ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional
(Grupo de Trabalho do Sector Têxtil)
26 e 27 de Junho de 2006
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho

27 de Junho
Audição Parlamentar na Universidade do Minho
(Guimarães)
09h15 »» 9h30 Abertura da Audição
"Enquadramento do Têxtil e do Vestuário – Estratégias e desafios"
(Produção, Certificação Ambiental, Comercialização, Qualificação dos Recursos Humanos)
09h30 »» 10h15 Intervenções
Universidade do Minho – Prof. Dra. Ana Maria Rocha
Universidade da Beira Interior – Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel
10h15 »» 11h00 Experiências Empresariais
NATURA PURA, SA – Eng. António da Silva Ressurreição
DIELMAR, SA – Dr. Luís Filipe Rafael
11h00 »» 13h00 Debate
13h00 »» 13h20 Conclusões
Deputado do PS, Deputado do PSD e Deputado do PCP
"Como subir no valor acrescentado?"
(Têxteis Técnicos, Inovação e Competitividade, Marca e Design, Certificação de Qualidade)
14h30 »» 15h15 Intervenções
Universidade da Beira Interior – Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel
Universidade do Minho – Prof. Dra. Ana Maria Rocha
15h15 »» 16h00 Experiências Empresariais
FAPOMED, SA – Sr. Orlando Lopes da Cunha
RIOPELE, SA – Dr. José Alexandre Oliveira
16h00 »» 18h00 Debate
18h00 Conclusões
Deputado do PS, Deputado do PSD e Deputado do PCP
Encerramento

ANEXO I- Súmula das Audições realizadas na Assembleia da República

1.1. Federação da Indústria Têxtil e do Vestuário de Portugal

Os representantes da FITVEP expuseram as preocupações dos seus associados, tendo focado, em síntese os seguintes pontos:

- Devia ter sido accionada a cláusula de salvaguarda em diversas categorias de produtos. Para além da introdução de mecanismos de vigilância, as medidas de salvaguarda foram uma alternativa apontada no âmbito das negociações da reunião do Conselho para o Comércio de Bens (OMC);
- A Europa não deve ser um futuro mercado de escoamento indiscriminado dos artigos chineses, e pensam que o Governo português dever ser sensível a esta matéria. Não deve ser Bruxelas a decidir um programa nacional.

  As associações nacionais mostraram-se disponíveis para preparar os dossiers com os dados que possam ajudar o governo nacional a tomar uma posição.

Registavam que:

- A União Europeia não tem tido vontade política para agir neste contexto pelos restantes negócios que tem com a China;
- Entre os principais exportadores de têxteis em ascensão contam-se: a Turquia, a Índia, a Roménia e o Vietname. O alargamento a Leste e sobretudo a entrada da China na Organização Mundial de Comércio alterou drasticamente as condições concorrenciais do mercado têxtil mundial;
- Relativamente ao acordo de 10 de Junho, referiram a necessidade de implementar o mecanismo de observação e vigilância das importações chinesas. Este mecanismo prevê um acompanhamento das importações *ex post*, com base nas declarações aduaneiras (nível de alerta normal), bem como a possibilidade de utilizar uma monitorização reforçada (nível de alerta laranja) acompanhando os fluxos no momento da importação;
- Não são contra o livre mercado, mas acham que têm de existir regras comuns no âmbito social, cambial, ambiental. As empresas portuguesas prepararam-se mas não conseguem combater determinadas práticas de comércio, caminhando agora para a obsolescência da indústria nacional neste sector. Verifica-se que não é só um problema de mão-de-obra barata porque países como o Bangladesh, Sirilanka e Vietname também se queixam.

Sugeriram algumas acções, de que se destaca:

- Implementação de medidas para combater o furto e salvaguardar a propriedade industrial, para além da simplificação do processo de apresentação de queixas anti-dumping e de outras práticas comerciais ilícitas. Neste sentido teria que haver uma maior exigência por parte da Inspecção-geral das actividades económicas no que se refere ao cumprimento da lei, verificando a etiquetagem, a utilização de produtos não permitidos a contrafacção e a não emissão de facturas."
- Concretização de um programa de desenvolvimento à semelhança do Programa de Apoio à Indústria Têxtil e Vestuário de Espanha e Itália
- Reorganização do Programa Dínamo anunciado pelo Senhor Ministro da Economia, além de novas medidas do PRIME e de ajuda às empresas nesta fase, em defesa dos postos de trabalho e da economia nacional.

1.2. Associação de Têxteis e Vestuário de Portugal

O representante da ATP, expôs as preocupações dos seus associados, tendo focado, em síntese, os seguintes pontos:

É missão da ATP a representação, intervenção e defesa condigna e efectiva dos interesses do Sector, sendo objectivos da ATP:

- Unir as empresas industriais de malha e confecção, dando força às suas reivindicações e visibilidade aos seus legítimos interesse;
- Defender as empresas, os empresários e as suas expectativas, criando condições para um ambiente que valorize a competitividade e desenvolvimento;
- Pressionar os órgãos de poder político e administrativo, libertando os estrangulamentos e constrangimentos à actividade e ao desenvolvimento das empresas;

- Prestar serviços úteis e personalizados, informando, aconselhando e orientando decisões;
- Garantir o futuro, afirmando-se como uma Associação em permanente mudança e actualização, acompanhando e estimulando a dinâmica e a capacidade de uma indústria, simultaneamente tradicional e moderna.

Consideravam que:

- Com a produção mundial de produtos têxteis em declínio, e com a produção mundial de vestuário praticamente estagnada, as maiores perdas verificam-se na Europa em especial na área do vestuário. Não de trata de uma perda conjuntural (como será provavelmente o caso da produção de produtos têxteis na Ásia), mas de uma perda estrutural: para que contribuem factores relacionados com o mercado de trabalho (custo da mão-de-obra; rigidez das leis laborais) e a cada vez maior abertura às importações. A América tem-se comportado, a este respeito, como um espaço mais fechado;
- Torna-se evidente que as produtividades mais elevadas ocorrem em alguns países de mais elevado custo da mão-de-obra (com a Alemanha à cabeça): com o valor a ser criado em actividades a montante (criação/design) e a jusante (comercialização) da fabricação propriamente dita. Impressionam, em qualquer caso, os resultados já conseguidos em países como a Coreia do Sul, Hong-Kong, Formosa, Turquia e a própria Tailândia, todos eles superiores ao conseguido em Portugal;
- Em 1995, a OMC definiu um período de transição de 10 anos para o fim dessas barreiras às importações, que acabou a 31 de Dezembro de 2004. Entretanto, a adesão da China à OMC, em 2002 veio alterar este cenário tornando-se o maior exportador mundial de vestuário;
- A China é hoje o maior exportador mundial de produtos têxteis e de vestuário, com uma quota de mercado cuja progressão só poderá ver-se travada por novos grandes produtores emergentes (caso do México, a que não deixará de se acrescentar um país como a Índia). Há ainda grandes exportadores europeus, todos eles com uma quota de mercado em queda acentuada (casos da Alemanha e da Itália, e, partindo já de níveis mais baixos, da França e da Bélgica);
- As exportações portuguesas de produtos têxteis e de vestuário concentram-se, quase exclusivamente, em países europeus com os Estados -Unidos a constituírem a única excepção, no que é normalmente considerado como um ponto fraco. Torna-se também evidente a dificuldade de penetração adicional nos mercados tradicionais, que terão de ser considerados maduros (casos da Alemanha, França e Reino - Unido). As oportunidades mais óbvias deverão encontrar-se no mercado espanhol, onde as exportações portuguesas não conseguem uma taxa de cobertura de mais de 60% das importações correspondentes;
- A Comissão Europeia cedeu à pressão do 'lobby' da distribuição e das autoridades chinesas. Assim classifica a ATP o pacto preliminar obtido em Pequim, que define que mais de 87 milhões de artigos de vestuário e 130 toneladas de fio de linho, retidos durante algumas semanas nas alfândegas europeias, podem ser liberados e introduzidos no mercado;
- O pacto celebrado contraria a determinação do passado dia 10 de Junho (acordo de Xangai) para controlar a importação de artigos têxteis e de vestuário chineses na Europa. O acordo determinava a reintrodução temporária – até final de 2007 – de quotas em 10 categorias de produto, em resposta ao crescimento exponencial das exportações chinesas;
- Apesar da Comissão Europeia ter revelado "firmeza" nas negociações, "que fazia crer que os acordos assinados eram para cumprir, malgrado as pressões dos importadores e distribuidores europeus e as ameaças de guerra comercial por parte da China". Prevaleceram interesses que, no entender de Paulo Almeida, "são contrários aos da indústria e do emprego têxtil europeus". Alguns países que eram contra, entre os quais Portugal, votaram favoravelmente esta proposta;
- A convenção prevê, segundo informações recolhidas junto da Euratex, que metade das 87 milhões de peças e das 130 toneladas de fio de linho sejam desbloqueadas fora dos termos do entendimento estabelecido em Junho último, o que constitui uma "inexplicável e inaceitável cedência" da UE relativamente à China. A restante metade será liberada, recorrendo-se, em parte, a quota de produtos têxtil ainda não esgotada ou por conta das quotas do ano que vem.

Registavam que:

- Não são contra o livre mercado, mas pensam que têm de existir regras comuns no âmbito social, cambial, ambiental.
- É importante que haja reciprocidade na abertura dos mercados. A União Europeia tem em média taxas aduaneiras de 12%, na Índia são de 70%. Há uma disparidade muito grande, a UE tem taxas extremamente baixas", lembrou o presidente da ATP acrescentando que "os nossos produtos deviam entrar com a mesma taxa na Índia ou na China";
- Quando comparada a evolução do comércio chinês de têxteis e do vestuário em valor com a evolução do resto do mundo verifica-se que as importações comunitárias de produtos têxteis do resto do mundo registaram uma queda semelhante a 2002 (-6,5%), enquanto que as originárias da China aumentaram 6,0%. Analogamente, as compras de vestuário com origem no resto do mundo

caíram 2,2% ao passo que as vendas chinesas aumentaram 9,2%. Tendencialmente a China tem ganho quota no mercado da U.E., em 1995 tinha uma quota de 7,9% e 12,8% nas importações totais de têxteis e vestuário, respectivamente.

- Actualmente a China representa 13,9% nos têxteis e 20,4% no vestuário. Adicionalmente, referiu que enquanto entre 1995 e 2003 as importações comunitárias de têxteis do resto do mundo aumentaram 35%, as entradas da China aumentaram 138%. No vestuário, as importações da U.E. aumentaram 83% que compara com os 191% registados nas importações originárias da China;

- O principal instrumento que a UE dispõe é o chamado accionamento da "cláusula de salvaguarda" prevista no protocolo de acesso da China à OMC, assinado em 2001 ("textile specific safeguard clause") que pode ser invocada por qualquer estado membro da OMC face a distúrbios ocorridos nos mercados decorrentes da evolução abrupta de importações – accionamento que pode ocorrer até 2008 mas que assume, por natureza, um carácter excepcional e transitório;
- Nos termos desta cláusula a União Europeia publicou a 6 de Abril de 2005 os critérios para a implementação das medidas de salvaguarda. Subsequentemente, a 25 de Abril, a Comissão Europeia decidiu abrir inquérito – um passo prévio necessário ao accionamento da cláusula de salvaguarda – a nove categorias de produtos têxteis chineses exportados para a União, cujas importações aumentaram entre 51% e 534% desde o início do ano. O Comissário Peter Mandelson justificou a medida tomada referindo que o inquérito permitiria decidir se a UE deveria instituir medidas de salvaguarda.
- É evidente que as exportações chinesas deviam poder aumentar a um ritmo normal após a supressão dos contingentes, mas deviam igualmente proteger a indústria europeia se esta se encontrasse perante um aumento devastador e sem precedentes;
- As empresas portuguesas prepararam-se mas não conseguem combater determinadas práticas de comércio, havendo que implementar medidas para combater o furto e salvaguardar a propriedade industrial (fiscalização e combate à fraude e evasão fiscal), para além da simplificação do processo de apresentação de queixas anti-dumping e de outras práticas comerciais ilícitas.
- Deve haver regulação do mercado e não proteccionismo mas estão perante países com direitos sociais, práticas ambientais e direitos da propriedade intelectual diferentes;
- A indústria têxtil do vestuário portuguesa perante a globalização e o alargamento têm neste momento um grande desafio à sua frente. A qualificação de trabalhadores e empresários e a reestruturação das empresas são factores a ter fortemente em conta;
- A necessidade de «continuar a trabalhar internamente, junto do governo português, na possibilidade de accionar a cláusula das medidas de salvaguarda para determinados produtos». Para além da introdução de mecanismos de vigilância, as medidas de salvaguarda são uma alternativa apontada;
- A necessidade de lutar para que junto da Comissão e da OMC as regras de comércio sejam iguais e haver uma definição muito precisa do Governo para a reunião a realizar no final do ano em Hong-Kong;
- Portugal tem sido conhecido pela capacidade de fabrico, não o sendo pela marca ou pela distribuição. Estão a tentar alterar esta situação, sendo que existem países que já começaram, nomeadamente a Itália. Tem que se transformar empresas para investirem no serviço (execução de encomendas), apostar no design, na distribuição aproximando os consumidores (existem 100 lojas portuguesas abertas em Espanha), apostar nos têxteis técnicos para que Portugal se possa diferenciar e apostar na formação profissional, valorização dos recursos humanos e apoio aos centros tecnológicos.
- O Programa Dínamo, onde a associação se revê, mas que não tinha tido a intervenção que poderia ter;
- Sendo a internacionalização vital e não chegando o mercado interno, há que fazer parcerias com outros empresários e ter em conta que se tem de mudar a envolvente das empresas portuguesas face ao mercado externo, devido às diferenças fiscais (IVA), energia eléctrica e preço dos combustíveis;
- Por fim, relativamente ao ICEP, no entender da ATP, precisa de investimento por parte do Estado, no sentido de se fortalecer para melhor servir os exportadores portugueses."

1.2. Câmara do Comércio e Indústria Luso Chinesa

A representante da Câmara de Comércio, expôs os seus pontos de vista, tendo focado, em síntese, os seguintes pontos:

- São uma instituição portuguesa vocacionada para ajudar as empresas no desenvolvimento de negócios entre Portugal e a China, procurando fomentar a dinamização das relações económicas e comerciais entre a República Portuguesa e a República Popular da China e o entrosamento entre empresas e instituições dos dois países. A sua missão é fomentar os contactos entre entidades portuguesas e chinesas e promover investimentos recíprocos em Portugal e na RPC, em Macau e em Hong Kong;
- A afirmação da China como grande potência económica mundial, que há mais de uma década tem vindo a ser vaticinada, é talvez um dos factos mais marcantes deste início do século XXI.

- Apesar de ser difícil excluir a China – nem que seja na fase de avaliação de alternativas – da cadeia de valor de muitas indústrias forçadas a competir nos mercados internacionais, muitos empresários e gestores portugueses continuam hesitantes sobre as oportunidades presentes. O factor impeditivo não será tanto a distância geográfica porque, com o nível (técnico) de comunicações e de transportes de que hoje dispomos, nenhum país está suficientemente longe;
- Este cenário contrasta com o bilião de dólares de investimento directo estrangeiro que aflui à China todas as semanas reflectindo as acções, persistentes e muitas vezes concertadas, de empresários e governos que acreditam nas oportunidades proporcionadas por uma posição na China e de há muito lhes colhem os benefícios: eles sabem que a percepção destas oportunidades tem de estar enraizada no profundo conhecimento de um país em contínua mudança, designadamente do seu clima social e político, das possíveis alianças operacionais e estratégicas, dos padrões de consumo ou das enormes disparidades regionais;
- O programa de modernização que está em curso na China é um processo épico de construção, semelhante, em muitos aspectos, ao que ocorreu em Inglaterra e noutros países da Europa e da América do Norte na sequência da Revolução Industrial, só que na China a tarefa é muito mais complicada devido à dimensão do país e da sua população e ao desejo de encurtar o período temporal dentro do qual o processo se deve desenrolar. A chave do sucesso está exactamente no conjunto de decisões estratégicas que foram e continuarão a ser tomadas e que são, por natureza, de um âmbito muito vasto: todos os sectores produtivos são escrutinados; todos e cada um dos aspectos da rede de comunicação e transportes; do fornecimento de serviços; dos métodos de organização e gestão;
- Durante todos estes anos das políticas de "Reforma Económica" e "Abertura ao Exterior", a China mostrou claramente que espera que os empresários estrangeiros tenham um papel significativo no seu desenvolvimento. No entanto a mensagem de qual o tipo de participação esperada é difícil de descodificar para aqueles que não tenham um bom conhecimento do meio envolvente político ou legal chinês;
- Quando o país se começou abrir ao exterior no início dos anos 80 muitas empresas correram apressadas a tentar exportar e não se aperceberam que a China tinha levantado grandes barreiras administrativas e legais às importações para evitar deficit externo e que os estrangeiros eram orientados a entrar no mercado via IDE (Investimento Directo Estrangeiro);
- Este é um processo dinâmico e novos campos de cooperação se têm aberto à participação estrangeira e a adesão à OMC realizada em 2001, mas que só agora deverá começar a produzir efeitos significativos, é um motor de mudança.
- Esta mudança está a ser feita em etapas progressivas e é importante conhecer as regras do jogo que têm delimitado a acção das empresas estrangeiras na China nos anos recentes. Na China existem três níveis de decisão, o central, o provincial e o local e o que está acontecer é que embora o governo central reafirme o seu empenho em cumprir os acordos assinados com a OMC, as autoridades provinciais e locais nem sempre têm atitudes consentâneas, protegendo-se do choque concorrencial que a abertura inevitavelmente vai trazer, mantendo a lógica proteccionista anterior à adesão, mediante a aplicação regulamentos administrativos internos;
- Resumidamente as regras do jogo que as autoridades chinesas estabeleceram para serem jogadas pelas empresas estrangeiras são as seguintes:
    - As empresas estrangeiras têm sido chamadas a participar com IDE na indústria ligeira, num modelo de mão-de-obra intensiva orientado para a exportação.
    - O governo chinês encorajou sempre as empresas com capital estrangeiro a vender cerca de 80% da sua produção no mercado externo e orientou esse investimento para ser realizado na forma de joint-venture com empresas chinesas, muitas vezes seleccionadas pelas autoridades chinesas;
    - A maioria das empresas estrangeiras que têm jogado este jogo é PME que processam na China produtos de baixo valor acrescentado, baseados em mão-de-obra intensiva que beneficiam de uma quase inesgotável fonte de baixos salários.
    - Nos primeiros anos da Reforma este tipo de investimento foi feito sobretudo pelos Chineses de Hong Kong, Macau e Taiwan, depois seguiram-se os investimentos de empresas ocidentais muitas vezes em associação com esses investidores chineses e os seus parceiros na China, e numa fase mais recente já com maioria ou totalidade de capital;
    - Na negociação com as autoridades chinesas sobre a quota de venda no mercado interno são beneficiadas as empresas estrangeiras que trazem novas tecnologias, uma produção diferenciada, marcas internacionais reconhecidas no mercado interno, que de certa maneira contribuam para a modernização do tecido empresarial ou para a satisfação dos consumidores chineses que hoje em dia atravessam uma onda de consumismo, sobretudo de produtos com marca e no caso dos segmentos com maior poder de compra com marca estrangeira;

- Este jogo tem se mostrado competitivo para as empresas estrangeiras uma vez que os baixos custos de produção, permitem criar pressão sobre os preços dos concorrentes nos mercados externos que não seguem a mesma estratégia e no caso de produtos com marca reconhecida permitem ainda altas margens no mercado interno e externo, aumentando a rentabilidade global.
- Elementos importantes a assegurar neste jogo são o controle de qualidade e tecnologia, a gestão local, os riscos sociais e políticos na China e a percepção de qualidade pelos compradores estrangeiros, minimizada quando existe marca com qualidade reconhecida no mercado internacional;

- Para a modernização da sua indústria a China precisa de ter acesso a tecnologia moderna e portanto transferir para a China tecnologia de ponta é um elemento crucial para ter sucesso nas negociações com as autoridades chinesas. Hoje em dia os chineses viajam por todo o mundo, visitando feiras internacionais e empresas estrangeiras e sabem o que é melhor e o que querem. Outros factores importantes para o sucesso na China são a qualidade superior do produto, a percepção que os chineses têm do prestígio internacional da marca e/ou da empresas e a adaptação dos produtos às necessidades dos consumidores finais.
- Os chineses são negociadores difíceis que lutam pela redução dos preços, tendo sempre mais que uma oferta e indo de um fornecedor para outro até atingir o preço que pretendem.
- A oferta de um crédito competitivo e garantias de empréstimos é muito importante nestes tipos de contratos e devemos também referir que em muitos casos é necessário o envolvimento político dos governos a alto nível para abrir as portas certas.
- Mas este jogo tem vindo a tornar-se cada vez mais difícil mas também mais atractivo uma vez que a China prefere não comprar tecnologia a não ser que não tenha alternativa e prefere atrair investimento estrangeiro para produzir localmente oferecendo em troca a abertura do seu mercado interno.
- É um jogo muito importante para ser jogado na economia global e uma oportunidade para muitas empresas crescerem, considerando que a China é um mercado emergente para muitos produtos e serviços, necessitando de tecnologia sofisticada que no mundo desenvolvido está já na fase de maturidade do ciclo de vida internacional do produto. As principais dificuldades deste jogo são ter um pacote financeiro competitivo para oferecer, assegurar os direitos de propriedade intelectual sobre a tecnologia a transferir e licenciar, ter acesso ao mercado interno chinês e ter um bom relacionamento com as autoridades chinesas ao nível local, provincial e central;
- Para atingir os seus objectivos gerais de Modernização e em particular a correcção dos Desequilíbrios Regionais existentes entra as regiões costeiras e o interior; a China quer desenvolver um plano intensivo de construção de infra estruturas básicas e assim continuará a precisar de grandes investimentos para assegurar esse desenvolvimento incluindo o desenvolvimento da região ocidental;
- Este jogo obriga à formação de consórcios internacionais, constituídos por empresas financeiras, de engenharia, de construção e operadoras dos diversos tipos de infra estruturas, exige à partida grande credibilidade internacional e experiência do líder do consórcio;
- Um novo jogo começa a ter cada vez mais importância, é a participação das empresas estrangeiras no sector de serviços onde a produtividade é baixa e a procura muito alta e com enorme potencial de crescimento, particularmente nos serviços para a crescente classe média, como banca, seguros, distribuição, turismo, profissões liberais entre outros;
- A China precisa de modernizar o sector de serviços, melhorar a gestão, lançar marcas internacionais e internacionalizar a sua economia, mas as regras deste jogo muito atractivo não são ainda claras, porque existem sinais contraditórios, devido à preocupação que a China tem ao mesmo tempo salvaguardar o mercado interno chinês para as empresas chinesas;
- De referir que a falta de um enquadramento legal, claro e consistente, é uma barreira efectiva para a participação de empresas estrangeiras na distribuição no mercado interno quer no negócio grossista quer no retalhista, no entanto os grandes grupos de distribuição internacionais e muitas cadeias de retalho estão já a operar ou em vias de operar na China;
- A internacionalização das empresas chinesas sobretudo das PME´s é uma das políticas económicas prioritárias do governo chinês, que vê com bom olhos a cooperação dessas empresas com empresas de outros países para trabalharem terceiros mercados.
- A China precisa também de fazer o jogo internacional para assegurar fontes de fornecimento de matérias-primas essenciais para o seu crescimento e afirmou já oficialmente que gostaria que as empresas portuguesas entrassem neste jogo relativamente aos mercados dos países de língua portuguesa;
- Muitas empresas estrangeiras abordam o mercado chinês atraídas pelo seu enorme potencial sem primeiro compreenderem que na China o modo de entrada mais de que uma opção estratégica é uma limitação do meio envolvente e segundo, que as actividades económicas em que a China encoraja a participação dos estrangeiros está pré estabelecida;

- Um enorme desencontro acontece frequentemente com os estrangeiros a quererem exportar para a China ou estabelecer ali sucursais de vendas da mesma maneira que o fazem nos países ocidentais sem se darem conta que pura e simplesmente o governo chinês não encoraja ou condiciona mesmo essa actividade;
- A importação tem sido altamente controlada uma vez que apesar de para muitos produtos os regulamentos chineses referirem que a emissão da licença é automática o requerente deve provar que existe uma procura para esse produto e que têm divisas estrangeiras suficientes para pagar a transacção;
- As compras de governo chinês são também um processo opaco para os estrangeiros, com os fornecedores estrangeiros a enfrentarem uma discriminação clara a favor das empresas locais, mesmo quando os contratos de fornecimento são concursos onde os estrangeiros podem participar, estes fornecedores são muitas vezes desencorajados de o fazer por processos burocráticos altamente complexos ou por razões de preço;
- Concluindo, de um modo geral a falta de transparência do processo de liberalização do mercado em conformidade com os compromissos assumidos com a OMC é ainda um dos obstáculos quando se realizam negócios na China. Embora melhorias significativas estejam a ser feitas o processo legislativo permanece arbitrário;
- Por outro lado a implementação de normas de qualidade quer nacionais quer internacionais continua a ser uma fonte de preocupação. A regulamentação alfandegária e sua implementação continuam a ser um obstáculo ao comércio livre com a China quer para as empresas estrangeiras quer para as próprias empresas chinesas que se querem internacionalizar;
- Os empresários que estão interessados em desenvolver negócios com a China deverão assim ter presente que as regras do jogo estão a mudar, que o processo é dinâmico mas lento, que depende também da capacidade de interacção que os parceiros estrangeiros nomeadamente dos países da EU conseguirem estabelecer com as autoridades e com as empresas chinesas e que deverá ser acompanhado de perto porque ele vai criar muitas oportunidades de negócio mas se não for bem entendido e controlado criará também ameaças sérias;
- Afigura-se redundante enumerar exaustivamente as enormes vantagens que a fulgurante expansão económica chinesa traduz diariamente em novas oportunidades de negócio. Os associados da Câmara de Comércio estão disso bem conscientes e trabalham para tornarem essas oportunidades em negócios concretos criando mais valia para os seus sócios ou accionistas. Contudo, para aqueles a quem ainda poderiam restar algumas dúvidas, os ecos que a viagem de Sua Excelência o Presidente da República propagou no meio empresarial terão certamente despertado novo vigor na vontade de estar presente nesta corrida para a China. De facto, o tempo de actuar é agora. As oportunidades são as de hoje e não há tempo a perder;
- A criação de um *cluster* de empresas portuguesas de uma ou mais áreas de actuação poderia ter uma vantagem comparativa em relação a uma actuação solitária onde as sinergias trarão poupanças acrescidas em função das barreiras provocadas pela língua, distância e desconhecimento de alguns procedimentos do mercado chinês."

1.4. Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal – FESETE

O representante da FESETE expôs, em síntese, os seguintes pontos:

- Fez um diagnóstico do ano de 2005 que considerou mau. As exportações decresceram, houve perda de emprego, período marcado pelas multinacionais, as empresas portuguesas a reduzirem os postos de trabalho, as grandes e as micro-empresas a crescerem de forma exponencial. Estas micro-empresas produzem com fraca qualidade, têm poucos meios e pouca tecnologia e ninguém as representa, até porque as associações patronais estão mais viradas para as médias e grandes empresas;
- Ao nível da negociação, considerou existir uma lógica de favorecimento das grandes multinacionais e referiu-se à forma como a Comissão Europeia tem tratado os problemas, não se referindo a proteccionismo mas a regras que considerou básicas;
- Quanto às negociações com os Governos Portugueses considerou ter havido diálogo com o anterior Governo PS mas não com este Governo, estando a ser posta em causa uma convergência que tem existido. Considerou que este sector não estava a ser tratado pelo Governo com o mesmo interesse que trata os outros, fazendo alusão à Auto Europa;
- Referiu que o fenómeno da deslocalização é sobejamente conhecido na indústria têxtil e de vestuário, mas não lhe é exclusivo. Tem afectado os sectores do calçado e dos electrodomésticos. Acontece em empresas cujo tipo de produção se limita à confecção de produtos por moldes, sem que o trabalho realizado incorpore um valor acrescido na peça, que poderia acontecer por exemplo na área do design. Considerou fundamental existir inovação nestes sectores, sendo importante a marca e a imagem. Referiu-se ainda ao papel dos Centros Tecnológicos, CITEVE, CENESTAP e Universidade do Minho;
- Muitos empresários portugueses convenceram-se que era possível continuar a produzir e a vender apenas assente no factor da mão-de-obra barata. Antes de se estar na UE, e portanto submetidos a um conjunto de regras padronizadas, sempre que Portugal

tinha dificuldades na exportação o escudo era desvalorizado. Ou seja, a competitividade dos produtos portugueses assentava em factores económicos laterais que o Estado ia usando pontualmente. Os trabalhadores pagaram esta prática com salários baixos e inflação;

- "Não sendo contra o livre mercado, consideram que têm de existir regras comuns no âmbito social, cambial, ambiental. É importante que haja reciprocidade na abertura dos mercados. A União Europeia tem em média taxas aduaneiras de 12%, na Índia são de 70%. Há uma disparidade muito grande, a UE tem taxas extremamente baixas", lembrou o presidente da FESETE;
- No seu entender, esta indústria tem entre nós uma má imagem que importa mudar. Por cá, "faz-se pouca referência às boas práticas que existem". Referiu que este sector continuava a ter uma balança comercial positiva e que os níveis de produtividade continuavam a crescer acima da média das indústrias transformadoras, apesar das dificuldades, sendo portanto um sector com interesse para o país;
- Um dos problemas que aflige o sector é o da formação quer dos trabalhadores quer dos empresários. Em ambos a formação é baixa e tem de ser repensada. A baixa formação tem consequências ao nível das formas de organização da produção e, portanto, da produtividade. "A esmagadora maioria dos trabalhadores não tem a escolaridade básica; temos uma grande taxa de trabalhadores semi-qualificados e não qualificados; as profissões não têm carreira; a organização das empresas assenta muito na tarefa e na especialização. Referiu ainda que a formação era mais virada para os jovens, sendo que o problema era os trabalhadores com mais de 40 anos, desempregados, na sua maioria mulheres. Concluiu, dizendo que era preferível investir na formação que em subsídio de desemprego;
- Apesar destas deficiências reconheceu que começam a emergir novas formas de organização, como as células de produção em que um conjunto de trabalhadores polivalentes opera com todo o equipamento. A produtividade e a qualidade nas empresas com estas práticas aumentou, mas a maior parte dos empresários, por falta de formação, ainda não aderiu;
- Por último resumiu, focando a falta de negociação e participação a nível nacional para se poder passar ao nível europeu. Referiu a criação de concursos a nível nacional. Lamentou a falta de comissões de acompanhamento, referindo que o PRIME nada informa, não se sabendo quais as empresas que têm beneficiado deste Programa. "Depende de nós ter espaço nesta indústria que tem futuro"."

1.5. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal –CITEVE

Destacam-se alguns dos pontos focados pelo representante do CITEVE:

- "O CITEVE tem como missão o apoio ao desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas das indústrias têxtil e do vestuário, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade e do suporte instrumental à definição de políticas industriais para o sector;
- Acreditados pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) para cerca de 80% dos ensaios realizados, a credibilidade, competência, idoneidade e independência dos laboratórios do CITEVE são ainda comprovados pelo reconhecimento de um número significativo de grandes grupos/marcas económicos nacionais e internacionais;
- O CITEVE oferece ao Sector Têxtil e do Vestuário, no âmbito da Formação Profissional, uma série de actividades/cursos que visam contribuir para que as empresas do sector se adaptem com mais facilidade às mutações tecnológicas e à evolução do próprio mercado, tendo sempre em vista a Valorização dos Recursos Humanos das Indústrias Têxtil e do Vestuário;
- A oferta do CITEVE na formação contínua de activos cobre um conjunto de actividades ajustadas às expectativas e necessidades das empresas. Por um lado, o CITEVE disponibiliza ao Sector do Têxtil e do Vestuário uma formação por catálogo ou inter – empresas que assume um carácter contínuo e, por outro lado, concebe programas "à medida" na formação intra – empresas;
- Estas acções de formação são destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizadas ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações. Pretende-se, assim, reforçar e adequar as qualificações e as competências dos recursos humanos das empresas para favorecer a sua inovação e desenvolvimento científico e tecnológico e para colmatar as falhas do sistema ou de mercado;
- As mudanças recentes suscitadas pela envolvente tecnológica – redução dos ciclos de vida dos produtos, aumento dos custos e globalização das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), flexibilização de processos, exploração de sistemas de informação de elevado alcance – exigem novas abordagens à planificação e implementação de processos de

inovação. Nestas abordagens, a inovação deve ser concebida em termos de assimilação, transformação e difusão de conhecimento;

- O posicionamento privilegiado do CITEVE entre o meio Académico e o meio industrial, coloca na investigação aplicada a tónica das suas actividades de inovação, preferencialmente orientada ao desenvolvimento de novos produtos e processos, sejam eles puramente técnicos/tecnológicos, sejam processos inerentes a áreas de carácter horizontal (Ambiente, Energia, Higiene & Segurança, Tecnologias da Informação e da Comunicação);
- Para o CITEVE a inovação na ITV pode ser orientada ao produto ou aos processos e pode ser concretizada por quatro vias fundamentais: pelo design, pelos materiais, pela tecnologia e pela gestão/organização:
    - **Design –** Através da introdução de valor acrescentado resultante de um processo de criação inovador, pela combinação de cores, materiais, estrutura e formas, com vista à obtenção de um produto final com elevado grau de diferenciação. Através da intervenção do design pode inovar-se também pela via da funcionalidade do produto.
    - **Materiais –** Pela aplicação de novos materiais, sejam fibras, polímeros ou outros componentes, capazes de conferir ao produto final um aspecto inovador e diferenciado, quer pela via puramente estética, quer pela via da "função" ou da performance do produto.
    - **Tecnologia –** Entendendo que o conceito de tecnologia não abrange apenas o equipamento, mas também a técnica (processo), a inovação por via da tecnologia pode reflectir-se nestas duas componentes, com maior ou menor grau de integração. Assim, a modificação de determinada técnica ou processo, mesmo que não acarrete a substituição integral do equipamento instalado, pode ser uma via de inovação. Por outro lado, a transferência de tecnologias (de técnicas e/ou equipamentos) aplicadas noutros sectores de actividade é outra das formas de inovar pela tecnologia.
    - **Gestão/Organização –** Através da introdução de modelos inovadores de gestão da organização e do negócio, nomeadamente ao nível das actividades de planeamento, controlo e gestão ou ao nível das actividades comerciais. Neste âmbito, a aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação, assume cada vez mais um papel chave em processos de inovação.
- O GAPI-CITEVE (Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial) está vocacionado para a prestação de informações e dinamização de acções de promoção da Propriedade Industrial (PI) tendo especial relevo os seguintes serviços:
    - Entidade receptora dos Pedidos de Protecção Prévia;
    - Assistência técnica na instrução de processos nas diversas modalidades de PI (nomeadamente, esclarecimentos sobre regras, custos e procedimentos administrativos);
    - Pesquisas nas diversas modalidades de Propriedade Industrial;
    - Organização e promoção de acções de sensibilização sobre PI, especificamente orientadas ao sector têxtil e vestuário (workshops, seminários,...);
    - Fonte de informação do sistema de Vigilância Tecnológica do CITEVE em assuntos relacionados com a PI.

- Apostas que se apresentam para o Sector:
    - Aposta na moda como fundamental;
    - Aposta no vestuário técnico (defesa, material hospitalar, por ex.) como nichos de mercado mas com alto valor acrescentado;
    - Diferença pela apropriação tecnológica;
    - Reciprocidade em relação ao mercado;
    - Parceria com a Microsoft.

1.6. Centro de Estudos Têxteis Aplicados – CENESTAP

Da audição com o CENESTAP, registamos os seguintes pontos:

- Como primeiro enquadramento do problema da liberalização do mercado referiu que Portugal foi sempre um país muito fechado e de mão-de-obra barata, sendo que 80% da nossa exportação esteve protegida, o que não acontecia neste momento. Para além disso houve uma significativa subida de preço da mão-de-obra, considerado benéfico, mas que acarretou uma perda de competitividade do nosso país;

- Quanto à concorrência da China, em quantidade e neste momento já em qualidade, verifica-se como consequência uma descida dos preços na ordem dos 50%;
- Quanto às limitações do nosso país, referiu existir um deficit nas matérias comerciais, ou seja o marketing. Evidenciou o facto das empresas não terem dimensão suficiente para concorrerem no mercado internacional e a perda nas exportações. Considerou como muito importante a presença internacional, referindo as feiras;
- Dada a sua dimensão, as empresas portuguesas mostram dificuldades em penetrar no mercado, por exemplo da China, podendo contudo aproveitar a sinergia da entrada de outras empresas;
- Considerou importante a existência de duas marcas de dimensão ibérica que tivessem o efeito de arrastamento do sector;
- No que se referia aos têxteis técnicos, considerou-os importantes como forma de atrair investimento estrangeiro e como possibilidade de vir a ter uma indústria com pessoas muito qualificadas;
- Considerou que o desemprego no sector vai certamente aumentar, havendo necessidade de dispensar alguns trabalhadores e contratar pessoal qualificado, tendo que existir compreensão por parte do Estado relativamente à necessidade das empresas em libertar mão-de-obra.
- Quanto às políticas adoptadas referiu:
    - O PEDIP I e II, que funcionaram bem na época, mostrando uma sensibilização dos Governos para os investimentos tecnológicos, mas a componente do investimento em material e formação não foram feitos;
    - Alterações de Governos e de equipas começando sempre do ponto zero;
    - Programa Dínamo criou expectativas e não avançou. Era um plano muito extenso e sem orçamento específico para tal dimensão;
    - Este Governo não começou do zero mas ainda não avançou com nada. Não existe um interlocutor, havendo múltiplos “actores” o que impede uma visão de conjunto e agregada, agravando as dificuldades.”

ANEXO II- Aspectos Legislativos e Outros Instrumentos Públicos Nacionais

Foi solicitada à DILP (Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar) a elaboração de um trabalho de compilação de legislação e de outros instrumentos públicos específicos para o Sector da Indústria Têxtil e Vestuário, designadamente:

- Apoios à exploração, exportação e prospecção de novos mercados, à formação e requalificação profissional e à criação, manutenção ou redução de emprego;
- Legislação laboral e relativa ao licenciamento industrial, aos condicionantes ambientais e à certificação de qualidade de empresas e produtos, especifica para o sector.

Acontece que, na maior parte dos casos acima enunciados, não foi possível identificar um número significativo de normas específicas para o sector têxtil e do vestuário.

Em particular no que concerne aos apoios, os regimes que entraram em vigor com o actual Quadro Comunitário de Apoio são preferencialmente de natureza transversal (de apoio à internacionalização, à exportação, à inovação tecnológica) e não tanto de natureza sectorial, como em anteriores QCA (casos do PEDIP I e II e, especificamente para o sector em questão, a Iniciativa para Modernização da Industria Têxtil).

Deve registar-se, contudo, que existem excepções à natureza transversal dos apoios, nomeadamente no que concerne aos apoios especialmente atribuídos ao comércio, ao turismo ou às energias renováveis. É o caso, também, do Projecto Dínamo – Dinamização da Moda, que abrange o sector em análise.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese da legislação compilada relativa aos Sistemas de Incentivos às empresas em vigor:

1.1. Apoios genéricos

Diploma	Resumo
Portaria n.º 436/2003 de 27.05.2003	Cria o Sistema de Incentivos à Realização de Projectos-piloto Relativos a Produtos, Processos e Sistemas Tecnologicamente Inovadores e publica em anexo o respectivo regulamento de execução.
Portaria n.º 902/2003 de 28.08.2003	Projectos-piloto Relativos a Produtos, Processos e Sistemas Tecnologicamente Inovadores, o qual passa a denominar-se abreviadamente de DEMTEC.
Despacho Conjunto n.º 334/2004 de 02.06.2004	Cria uma majoração de 5% para jovens empresários no âmbito do Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE) e do Sistema de Incentivos à Modernização da Economia (SIME).
Portaria n.º 88-C/2006 de 24.01.2006	Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial – I & DT, abreviadamente designado por SIME & DT.
Portaria n.º 88-D/2006 de 24.01.2006	Aprova o novo Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE)
Portaria n.º 88-E/2006 de 24.01.2006	Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial – Desenvolvimento Internacional, abreviadamente designado por SIME Internacional.
Portaria n.º 130-A/2006 de 14.02.2006	Aprova o novo Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

1.2. Apoios específicos ao sector

Diploma	Resumo
Despacho n.º 9311/2003 de 13.05.2003	Designa como responsável do projecto Dínamo – Dinamização da Moda o licenciado Manuel Carlos Costa da Silva e estabelece o quadro de acção a desenvolver na primeira fase do referido Projecto.
Despacho n.º 5060/2006 de 06.03.2006	Determina a abertura de uma fase de selecção de projectos, aplicável a "projectos enquadráveis na estratégia e âmbito do Programa Dínamo".

1.3. Legislação laboral e de formação profissional específica

Diploma	Resumo
Portaria n.º 1232/2003 de 22.10.2003	Aprova as normas regulamentares de aprendizagem nos seguintes itinerários de formação da área têxtil, vestuário, calçado e couro (calçado), publicadas em anexo.
Portaria n.º 255/2006 de 10.03.2006	Aprova o regulamento de extensão das alterações ao CCT entre a ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (grossistas têxteis) e a FEPCES – Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

1.4. Apoios de carácter regional (Minho e Beira interior)

Diploma	Resumo
Lei n.º 171/99 de 18.09.1999	Estabelece medidas de combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior.
Portaria n.º 1467-A/2001 de 31.12.2001	Identifica as áreas territoriais que beneficiam para efeitos do disposto na Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro (combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior).
Portaria n.º 1470/2002 de 17.11.2002	Aprova e Regulamenta o Plano de Intervenção para a Beira Interior.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2004 de 17.02.2004	Aprova o mapa «Portugal menos favorecido», resultante do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, e prorroga o mandato do encarregado de missão nomeadamente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2003, de 20 de Fevereiro.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2003 de 26.03.2003	Promove a realização do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos. Nomeia o Prof. Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho encarregado de missão, com a incumbência de dirigir a elaboração técnica do Programa.
Portaria n.º 113/2005 de 28.01.2005	Regulamenta o Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE), que abrange os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela, e integra adaptações do Programa de Estágios Profissionais (regulado pela Portaria n.º 268/97 de 18 de Abril, e o Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (regulado pela Portaria n.º 196-A/2001 de 10 de Março).
Portaria n.º 190/2005 de 17.02.2005	Alarga o âmbito do Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE), que integra medidas gerais de emprego e formação profissional executadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P (IEFP), adaptações de medidas gerais e medidas especificas, aos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.
Portaria n.º 698/2005 de 23.08.2005	Alarga o âmbito do Plano de Intervenção para o Vale do Ave (PIAVE) aos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

1.5. Legislação relativa ao licenciamento e certificação

Diploma	Resumo
2002/371/CE	Decisão da Comissão de 15 de Maio de 2002 que estabelece os critérios ecológicos para atribuição do rótulo ecológico comunitário aos produtos têxteis e altera a Decisão 1999/178/CE
Despacho n.º 12701/2003 de 02.07.2003	Regulamenta os requisitos formais dos requerimentos e dos outros documentos de instrução dos pedidos de concessão de direitos de propriedade industrial e de protecção prévia de desenhos ou modelos da indústria têxtil e do vestuário.

ANEXO III- Recomendações do Grupo de Alto Nível para os Têxteis e o Vestuário – O sector dos têxteis e do Vestuário após 2005

A Comissão constituiu um Grupo de Alto Nível para o Sector dos Têxteis e do Vestuário no início de 2004, mandatado para formular recomendações sobre um conjunto integrado de iniciativas concretas que poderiam ser realizadas a nível regional, nacional e da UE, no intuito de facilitar o ajustamento do sector aos principais desafios, e para sugerir acções destinadas a melhorar a sua competitividade.

O Grupo de Alto Nível congrega decisores europeus de topo no sector em apreço. Nele têm assento comissários, representantes dos governos de quatro Estados-Membros da UE com uma forte presença no sector dos têxteis e do vestuário, um deputado do Parlamento Europeu, industriais, retalhistas e importadores, associações comerciais e sindicatos europeus, bem como representantes de associações locais ligadas aos têxteis e ao vestuário.

Recomendações do Grupo de Alto Nível

O relatório do Grupo de Alto Nível confirma que a visão estratégica mais indicada para o futuro do sector europeu dos têxteis e do vestuário se deveria centrar nas actuais vantagens competitivas da industria europeia. Estas vantagens estão ligadas aos progressos contínuos registados nos domínios da investigação, da inovação e da formação, juntamente com a realização gradual da zona de comércio livre pan-euromediterrânica, e à criação de um patamar de igualdade em questões comerciais, nomeadamente sobre o acesso aos mercados e a protecção efectiva dos direitos de propriedade intelectual.

Além disso, é necessário assegurar um enquadramento adequado, com especial incidência nas PME, de forma a permitir que o sector explore plenamente as suas potencialidades competitivas. A este respeito, as dificuldades das PME no acesso ao crédito foram identificadas pelo Grupo de Alto Nível como um dos domínios que requerem uma análise e atenção mais profundas por parte das autoridades públicas e das próprias partes interessadas.

Do relatório do Grupo de Alto Nível, conclui-se que, se, por um lado, a Comissão pode promover diversas acções úteis à melhoria do quadro destinado a promover a competitividade dos têxteis e do vestuário, por outro lado, o êxito do sector dependerá igualmente de iniciativas tomadas pelos Estados-Membros a nível nacional e regional e de acções das partes interessadas.

1.1. Investigação e inovação

No domínio da investigação e do desenvolvimento, a Comissão deve reagir pela positiva à proposta de equacionar a criação de uma Plataforma Tecnológica Europeia e de elaborar e aplicar uma agenda de investigação estratégica, sem deixar de sublinhar a necessidade de um claro empenho das partes interessadas em liderar e levar a bom termo um iniciativa desta natureza.

Além disso, as propostas de projectos apresentados pelas partes interessadas no âmbito do 6º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento foram acolhidas favoravelmente no Programa Nano ciências, materiais multifuncionais baseados no conhecimento e novos processos e dispositivos de produção.

1.2. Educação, formação e emprego

No que respeita à educação e à formação profissional, a Comissão concorda com a analise do Grupo de Alto Nível quanto à necessidade de uma estratégia à escala europeia de aprendizagem ao longo da vida e de garantir uma melhor adequação entre a oferta e a procura de formação. A nível da UE, o programa Leonardo Da Vinci e as medidas ao abrigo do artigo 6.º do Fundo Social Europeu fornecem o quadro para o financiamento de projectos sectoriais que se revistam de um valor europeu acrescentado e de acções inovadoras em matéria de emprego e adaptação à mudança industrial.

1.3. Outras questões relacionadas com a competitividade

REACH

A industria têxtil e do vestuário recorre intensivamente, a jusante, à industria química. O impacto neste sector da nova politica de produtos químicos (REACH) proposta está actualmente a ser objecto de uma analise minuciosa pela Comissão e, em cooperação com a industria têxtil e do vestuário, está a promover um estudo de avaliação de impacto sobre as potenciais repercussões de REACH para a industria têxtil e os seus fornecedores de produtos químicos.

Direitos de propriedade intelectual

No domínio dos direitos de propriedade intelectual (DPI), a Comissão reconhece a importância de melhorar a protecção dos direitos e o controlo da sua aplicação em países terceiros, bem como de sensibilizar os respectivos titulares para o problema da contrafacção e os riscos inerentes. O Grupo de Alto Nível apela à realização de acções de sensibilização e de educação dos titulares de direitos, bem como à disponibilização de instrumentos adequados para combater a contrafacção e a pirataria.

Rotulagem «made in»

O Grupo de Alto Nível não se encontrava em posição de formular qualquer recomendação sobre a indicação de origem, devido a opiniões divergentes sobre a matéria. Enquanto alguns dos membro do Grupo sustentavam que este era um domínio crucial em relação ao qual deveriam apresentar recomendações de acção, outros defendiam o contrario, por considerarem que o status quo deveria manter-se.

A Comissão está disposta a analisar se iniciativas nesta vertente poderiam ou não melhorar a situação competitiva da indústria da UE no mercado interno.

Acesso a financiamento

O sector dos têxteis e do vestuário é dominado por PME, que se defrontam com dificuldades crescentes para obtenção de crédito. Ao mesmo tempo, diversos instrumentos financeiros não estão necessariamente adaptados ao tipo de PME no sector em apreço.

De acordo com o Quarto Relatório sobre a Implementação da Carta Europeia das Pequena Empresas, o acesso de financiamento continua a ser uma importante limitação para as empresas em toda a UE, apesar de se terem registado alguns progressos. A experiência gerada por acções do sector público vocacionadas para melhorar o acesso das empresas a financiamento revelou que os melhores resultados se alcançam quando o sector público intervém em estreita cooperação com os mercados financeiros e incentiva o seu desenvolvimento.

1.4. Aspectos regionais

O Grupo de Alto Nível recomenda diversas acções relativas à politica regional. Em primeiro lugar, advoga uma maior participação do sector dos têxteis e do vestuário nos programas regionais dos Estados-Membros e exorta as autoridades regionais a elaborarem, juntamente com os intervenientes locais, planos estratégicos para a afectação de recursos públicos.

Verifica-se uma necessidade real de prever a evolução no sector dos têxteis e do vestuário nos próximos anos.

Por este motivo, importa que existam programas adequados, não só para dar resposta à questão de uma melhor formação para os trabalhadores dos têxteis e do vestuário, mas também para atenuar o impacto socio-económico nas regiões onde o sector se concentra.

Em regiões com elevada dependência da actividade do sector dos têxteis e do vestuário, os desafios suscitados pela evolução actual e previsível requerem uma abordagem integrada, no intuito de se encontrarem soluções sustentáveis. Embora caiba as autoridades públicas criar as condições-quadro adequadas que possibilitem a captação de investimento, a promoção do emprego e da competitividade, o reforço das iniciativas de formação e reconversão, os agentes locais e outros intervenientes têm de avançar com propostas concretas e pertinentes para dar resposta às necessidades de cada região.

1.5. Questão de politica comercial

Numa perspectiva estratégica, a rápida realização da Zona Pan – Euromediterânica é fundamental para o sector europeu dos têxteis e do vestuário, na medida em que lhe permitirá manter toda a cadeia de produção próxima de mercado europeu, conjugando vantagens em termos de custos, qualidade e proximidade.

O Grupo de Alto Nível realça igualmente a necessidade de melhorar o acesso aos mercados. Este é, desde há muito, um objectivo da política comercial da UE em relação ao sector dos têxteis e do vestuário. A Comissão manter-se-á na ofensiva em relação aos produtos têxteis e de vestuário no âmbito das negociações da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, procurando obter condições de acesso aos mercados de países terceiros que sejam equitativas e comparáveis à escala mundial para os principais produtores têxteis e de vestuário.

O sector dos têxteis e do vestuário está também seriamente preocupado com as importações provenientes da China para a UE. O Grupo de Alto Nível reivindica o estabelecimento de um sistema de controlo das importações de proveniência chinesa, que, periodicamente, recolheria dados sobre as quantidades e os preços unitários médios.

A Comissão tomou igualmente a iniciativa de estabelecer um diálogo orientado para os resultados com as autoridades chinesas competentes, implicando representantes da indústria e de outras partes interessadas.

ANEXO IV -Cronologia dos acordos de comércio internacional – O Impacto da China

O sector dos têxteis e vestuário é um sector de mão-de-obra intensiva, muito sensível em termos sociais. Desde a década de 60, uma grande parte do comércio internacional destes produtos foi regulada por acordos bilaterais.

- Em 1974 as negociações para as restrições e contenções passaram a ter lugar no âmbito do GATT, e o acordo internacional passou a designar-se por Acordo Multifibras (AMF). Foram celebrados quatro AMF: 1974-1978, 1978-1982, 1982-1986, e 1986-1992, que foi prorrogado.
- Após o Uruguai Round, em 1994, o AMF foi extinto e criado o Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1995, contemplando um período de 10 anos até à integração total na OMC (sucessora do Gatt).
- O ATV previa três fases de desmantelamento das restrições quantitativas existentes: 1995-1997, 1998-2001 e 2002-2004, determinando que o acordo não era prorrogável.
- Este processo determinou a integração de 16% das importações de cada Estado-membro no sistema multilateral em 1 de Janeiro de 1995, de mais 17% em 1998, e 18% em 2002. A escolha dos produtos a integrar em cada fase foi definida pelos países importadores, tendo em conta os interesses das respectivas industrias.
- A partir de 1 de Janeiro de 2005 o sector passou a estar sujeito às regras gerais da OMC, sendo eliminadas as restrições quantitativas ainda existentes (correspondentes a 49% das importações comunitárias de 1990, em toneladas), transformando-se a UE no mercado de acesso praticamente livre.
- A China em 11 de Dezembro de 2001 aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) e passou a beneficiar do regime contratual em vigor.
- Para além dos instrumentos de defesa comercial previsto na OMC, a UE pode recorrer no caso da China, a outros instrumentos transitórios estabelecidos aquando da adesão.

Com a liberalização total, a partir de Janeiro de 2005, as exportações de Têxteis e Vestuário da China para União Europeia aumentaram substancialmente. Esse facto desencadeia um conjunto de acções de vigilância e controlo:

- 1 De Janeiro de 2005 – Implementação de um sistema de Vigilância sobre as importações de produtos Têxteis e Vestuário, provenientes da China.
- Abril de 2005 – Abertura de inquérito para nove categorias de produtos têxteis e de vestuário, devido ao aumento exponencial das exportações Chinesas do Vestuário para a UE.
- 11 de Junho de 2005 – Assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), entre UE e China;
- 11 de Julho de 2005 – Publicação do Regulamento 1084/ 2005, que transpõe para o Ordenamento Jurídico Comunitário, o MoU, alterando o Reg. 3030/93.
- 12 de Julho de 2005 – Entrada em vigor na UE do Regulamento estabelece os limites quantitativos;
- 20 de Julho de 2005 – Entrada em vigor no Regime Jurídico Chinês MoU;
- Inicio de Agosto de 2005 – Atingidos os limites quantitativos, a UE deixa de emitir licenças de importação, começando a acumular-se mercadoria nas Alfandegas;
- 17 de Agosto de 2005 – Negociação entre Comissão e Estados Membros sob flexibilidades a aplicar à China para resolver problema de ultrapassagem das quotas;
- 25 de Agosto de 2005 – Comissão desloca-se à China para negociar uma solução, principalmente para os produtos pendentes nas alfândegas Comunitárias.
- 31 de Agosto de 2005 – Comissário Mandelson apresentou, em colégio de comissários e depois em Comité Têxtil, uma proposta de regulamente que altera o regulamento 3030/93, nomeadamente aumentando as quotas estabelecidas no Memorando do entendimento assinado com a China.
- 5 de Setembro de 2005 – Assinatura do acordo de Pequim, entre UE e China.
- 7 de Setembro de 2005 – Foi aprovado, em Comité Têxtil e em COREPER, o Acordo de Pequim, que altera as quotas estabelecidas no MoU, para 2005;
- 13 de Setembro de 2005 – Publicação em legislação CE do acordo de Pequim, no Regulamento 1478/2005, que altera os anexos do Reg. 1085/2005, referentes ao Reg. 3030/93.
- 14 de Setembro de 2005 - Entrada em vigor do Acordo de Pequim;

- 8 de Novembro de 2005 – Assinatura do Acordo EUA – China, entrada a vigor a 1 de Janeiro de 2006.
- 13 de Dezembro de 2005 – a Comissão apresentou ao Comité Têxtil uma proposta de regulamento para aumentar as quotas no sentido de resolver o problema dos contratos. Por divergência dos membros não levou a votação, prevendo-se diligências do Comissário Mandelson junto dos Ministros Comunitários.
- 10 a 18 de Dezembro – VI Conferencia Ministerial da OMC, em Hong-Kong. Determinou que as modalidades de negociação deverão delineadas o mais tardar até 30 de Abril de 2006 e a apresentação das listas completas baseadas nas modalidades até 31 de Julho de 2006.

ANEXO V- Enquadramento estatístico do Sector

Não tendo o Relatório do Grupo Têxtil a pretensão de apresentar um estudo do sector, mas apenas relevar a importância do sector no contexto da industria transformadora do País e do valor do seu contributo para a balança comercial, compilou-se alguns aspectos da informação recebida.

1 - Perfil do Sector

A Indústria Portuguesa do Têxtil e do Vestuário (ITV) apresenta um peso relevante na estrutura económica do país representando, em 2003 e relativamente à indústria transformadora nacional:

- 25% do emprego,
- 12% do VBP
- 14% do VAB.

Trata-se de uma indústria com grande intensidade exportadora tendo exportado, em 2004, 4.311 milhões de euros o que representa 15% das exportações totais da Indústria Transformadora.

Para uma breve caracterização do sector são apresentados os valores mais recentes publicados pelo INE:

	2003		
	Têxtil	Vestuário	ITV
Empresas	4.610	12.396	17.006
Emprego	87.098	135.504	222.602
Vol. Negócios (10^6 euros)	4.152	3.951	8.103
Produção (10^6 euros)	4.065	3.774	7.840
VAB p.m. (10^6 euros)	1.274	1.364	2.638
Importações (10^6 euros)	1.804	984	2.788
Exportações (10^6 euros)	2.222	2.351	4.573
Taxa de Cobertura (%)	123	239	164
Saldo (10^6 euros)	418	1.367	1.785

Tabela 1: Dados estatísticos

Fonte: INE

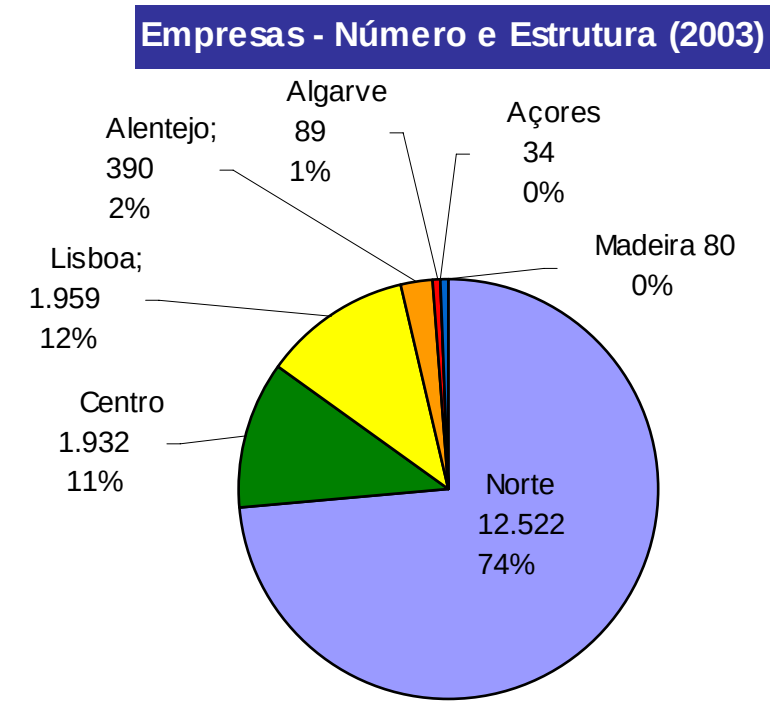
A **ITV** apresenta características específicas, integrando empresas de grande heterogeneidade, não só em termos de actividade como de estrutura empresarial.

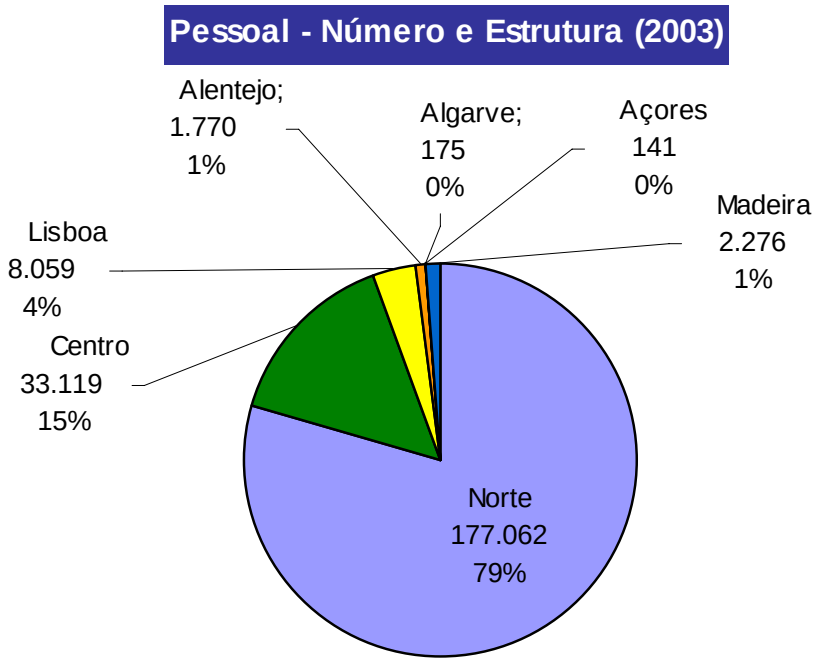
O sector têxtil é um sector de capital intensivo e apresenta uma elevada complexidade: processa uma grande diversidade de materiais (fibras, fios e tecidos, naturais e sintéticos), utiliza diferentes processos produtivos e dá origem a produtos finais distintos (tecidos, malhas e não tecidos).

O sector do vestuário é de mão-de-obra intensiva e compreende as operações de criação, desenvolvimento, corte e confecção de peças de vestuário exterior ou interior, de malha ou de tecido.

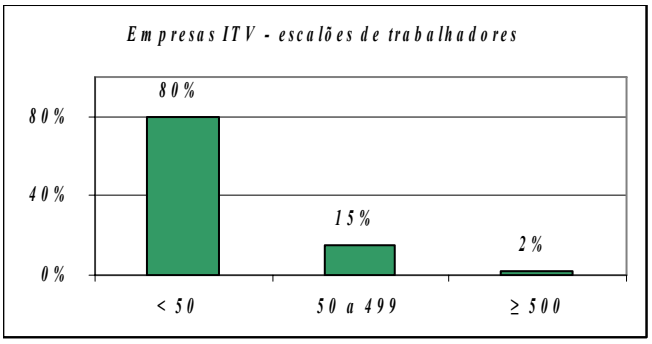
A **ITV** patenteia uma elevada concentração regional, centrada em regiões de forte densidade populacional e com grande dependência desta indústria, realçando-se a região Norte do País, nomeadamente nos distritos de Braga e Porto, onde laboram cerca de 65% das empresas, as quais detêm mais de 75% do emprego neste sector.

As regiões do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo absorvem a parte restante das empresas, sendo certo que o Centro tem vindo a diminuir a seu peso em número de empresas e em postos de trabalho.





A **ITV** nacional possui um importante número de unidades produtivas com predominância de pequenas e médias empresas, já que, como se constata no gráfico seguinte, cerca de 80% das empresas empregam menos de 50 trabalhadores.



Gráf. 1: Repartição das empresas por escalões de pessoal

Fonte: ATP

A produtividade na **indústria têxtil** é baixa quando comparada com a da indústria transformadora representando, em 2003, 70% do valor da IT.

A produtividade do trabalho da **indústria do vestuário** está muito aquém da média da indústria transformadora, representando, em 2003, 48% do valor da IT.

Na análise do valor há que ter em conta que a indústria do vestuário é uma actividade de mão-de-obra intensiva. Na realidade a automatização neste sector tem-se processado a um ritmo mais lento do que noutros sectores, nomeadamente o têxtil.

As grandes inovações ocorreram nas fases de concepção e desenvolvimento do produto e no corte, uma vez que a costura é a fase mais dificilmente automatizável, facto que se prende com as características específicas dos materiais utilizados e das operações efectuadas. No entanto, a produtividade desta indústria tem tido uma evolução lenta mas sempre crescente e, quando se compara o valor obtido em 2003 com o de 1990, o aumento foi de 109%, significando um grande esforço em investimento e inovação.

2 - Emprego, VAB e Comércio Internacional

Ao longo da última década assistiu-se a um perda do peso do Emprego e do VAB do sector dos Têxteis e Vestuário na economia em geral e na indústria em particular, reflectindo o processo de alteração estrutural em curso.

Indústria Têxtil e do Vestuário			
	1998	**2002**	**2003**
EMPRESAS (Nº)	**14.177**	**16.910**	**17.006**
% no total da indústria transformadora	19%	21%	22%
% no total das empresas	3%	3%	3%
PESSOAL (Nº)	**256.588**	**243.263**	**222.602**
peso na Indústria transformadora	26%	27%	25%
peso no total	8%	8%	7%
Exportações [€uros]	**4.784.259.934**	**4.978.123.897**	**4.585.222.602**
peso na Indústria transformadora	22%	18%	17%
peso no total	22%	18%	16%
Produção (€uros)	**8.687.332.663**	**7.924.006.204**	**7.839.839.067**
% da ITV no PIB	8%	6%	6%
Volume de Negócios (€uros)	**8.731.746.880**	**8.197.839.243**	**8.102.651.880**
peso na Indústria transformadora	14%	12%	12%
peso no total	3%	3%	3%

Fonte: Estatísticas das Empresas 2003 (INE)

Nota: Considera-se Indústria Têxtil e Vestuário (ITV) as CAE = Fabricação de Têxteis + Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo

Nota 2: O valor do PIB é retirado das CNT do INE

A balança comercial do **sector Têxteis e Vestuário** têm sido globalmente favorável a Portugal, sendo o saldo positivo garantido pelo contributo do Sector Vestuário, e atingiu o seu valor máximo em 2001.

De facto, a balança comercial do **subsector dos Têxteis** é deficitária. A partir de 2001, assiste-se a uma quebra sucessiva quer das exportações quer das importações. De referir que uma parte significativa das importações de têxteis destina-se ao abastecimento das indústrias têxtil e de vestuário (só o algodão e seus fios e tecidos pesaram quase 1/3 no total em 2004).

Evolução e peso do VAB e do emprego do Subsector Têxtil

	1995	2000	2001	2002	2003	2004*	2005*
VAB							
VAB pcorrentes (milhões €)	1773	1908	1973	2009	1923	1808	1707
VAB pconstantes 1995 (milhões €)	1773	1759	1811	1716	1635	1536	1426
Taxa de crescimento do VAB pconst (%)			3.0	-5.3	-4.7	-6.1	-7.2
VAB do sector no VAB Total (%)	2.4	1.8	1.8	1.7	1.6	1.5	1.4
VAB do sector no VAB da Indústria (%)	12.0	10.0	10.1	10.1	9.9	9.1	8.5
Emprego							
Emprego (milhares de empregados)	147	132	132	126	120	112	105
Taxa de crescimento do emprego (%)			-0.6	-4.3	-4.5	-6.9	-5.9
Emprego do sector no Emprego Total (%)	3.3	2.7	2.6	2.5	2.4	2.2	2.1
Emprego do sector no Emprego da Indústria (%)	15.0	13.1	13.0	12.7	12.2	11.6	11.3

Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DB - Indústria Têxtil, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector).

Notas: Estrutura do VAB com os SIFIMs distribuidos por todos os sectores, a preços correntes; * Estimativa

A balança comercial do **subsector Vestuário** é tradicionalmente favorável a Portugal.

Evolução e peso do VAB e do emprego do Subsector do Vestuário

	1995	2000	2001	2002	2003	2004*	2005*
VAB							
VAB pcorrentes (milhões €)	1109	1269	1312	1337	1280	1153	1043
VAB pconstantes 1995 (milhões €)	1109	1101	1133	1074	1023	931	847
Taxa de crescimento do VAB pc (%)			3.0	-5.3	-4.7	-9.0	-9.0
VAB do sector no VAB Total (%)	1.5	1.2	1.2	1.2	1.1	0.9	0.8
VAB do sector no VAB da Indústria (%)	7.5	6.7	6.7	6.7	6.6	5.8	5.2
Emprego							
Emprego (milhares de empregados)	140	140	139	133	127	121	112
Taxa de crescimento do emprego (%)			-0.6	-4.3	-4.5	-4.5	-7.3
Emprego do sector no Emprego Total (%)	3.1	2.8	2.8	2.6	2.5	2.4	2.2
Emprego do sector no Emprego da Indústria (%)	14.3	13.9	13.7	13.4	12.9	12.6	12.1

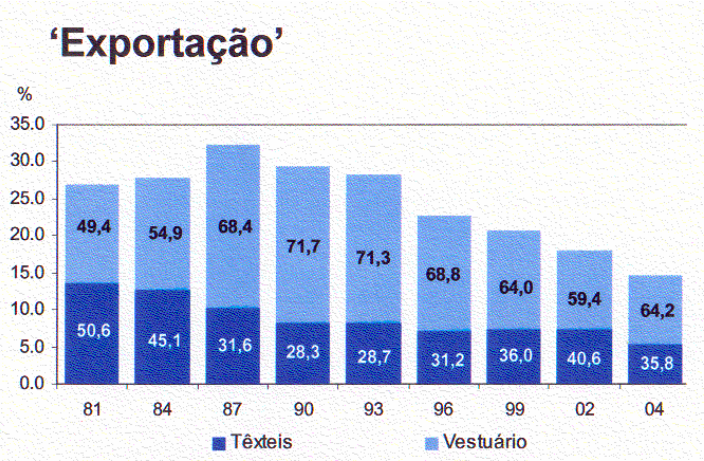
Fonte: GEE, com base em INE, CN Anuais 1995 a 2003 (Emprego e VAB do sector estimados com base na mesma estrutura de 1999 da subsecção DB - Indústria Têxtil, entre 2000 e 2003); 2004 e 2005 - Estimativa com base no INE, Índices de Produção Industrial (VAB do sector) e Índices de Emprego (Emprego do sector).

Notas: Estrutura do VAB com os SIFIMs distribuidos por todos os sectores, a preços correntes; * Estimativa

As exportações apresentaram um vigoroso crescimento logo após a adesão À CEE, e continuaram a aumentar até 1998 para, após uma fase de estabilização, entrarem em queda. Por sua vez as importações, que em 1985 representavam apenas 1,7% das exportações, viram essa relação atingir 43,2% em 2004. As Taxas médias de crescimento das importações e das exportações têm vindo a reduzir-se, tornando-se negativas em 2000-2004.

O peso das exportações de **têxteis** no PIB desceu de 1,6% em 2000 para 1,1% em 2004.
No **vestuário** o peso do saldo positivo no PIB desceu de 2,7% em 1995 para 1,1% em 2004.

Em termos do comércio global o sector tem vindo a perder peso. Após ter atingido 1/3 das exportações totais em 1987, situa-se em menos de 15% em 2004 sendo que o peso do vestuário no sector tem vindo a descer (72% em 1990 para 64% em 2004).



O principal exportador mundial de **Têxteis** é a China (Hong-Kong e Macau Incluídos), com uma quota de 24% em 2004 (aumento de 5,2 pontos percentuais relativamente a 2000). Portugal ocupou a 18ª posição. Com uma quota de 1%. Quando analisadas as quotas dos países europeus, Portugal ocupa a 8ª posição.

Exportação Mundial de Têxtil

	milhões de US$		Tx média var.anual	Estrutura	
	2000	2004		2000	2004
Total	**164 602**	**203 461**	**5.44**	**100.0**	**100.0**
China	30 985	48 904	12.09	18.8	24.0
China Continental	*17 035*	*34 035*	*18.89*	*10.3*	*16.7*
China, Hong Kong	*13 677*	*14 561*	*1.58*	*8.3*	*7.2*
China, Macao	*272*	*308*	*3.11*	*0.2*	*0.2*
EUA	13 911	17 379	5.72	8.5	8.5
Alemanha	12 174	15 600	6.40	7.4	7.7
Itália	12 248	15 552	6.15	7.4	7.6
Coreis SL	13 604	11 792	-3.51	8.3	5.8
Bélgica	7 783	8 062	0.88	4.7	4.0
Japão	7 784	7 840	0.18	4.7	3.9
França	6 876	7 648	2.70	4.2	3.8
Índia	6 079	7 235	4.45	3.7	3.6
Turquia	3 831	6 612	14.62	2.3	3.2
Paquistão	*n.d*	6 319	*n.d*	*n.d*	3.1
R. Unido	4 444	5 120	3.60	2.7	2.5
P. Baixos	2 633	4 517	14.44	1.6	2.2
Espanha	3 140	4 172	7.36	1.9	2.1
Austrália	3 192	2 973	-1.76	1.9	1.5
Canadá	2 316	2 650	3.42	1.4	1.3
México	2 861	2 349	-4.80	1.7	1.2
Portugal	1 741	1 937	2.71	1.1	1.0
Áustria	1 417	1 916	7.83	0.9	0.9
Rep.Checa	1 188	1 892	12.33	0.7	0.9
Brasil	949	1 750	16.53	0.6	0.9
Suíça	1 588	1 666	1.21	1.0	0.8
Polónia	861	1 474	14.38	0.5	0.7
Malásia	1 323	1 294	-0.56	0.8	0.6
Grécia	719	1 088	10.93	0.4	0.5
Dinamarca	927	1 082	3.95	0.6	0.5
Suécia	756	949	5.83	0.5	0.5
			% do total(2)	88.3	93.3

(1) Capºs da NC 50 a 60 + 63
(2) Não inclui o Paquistão em 2000
Fonte: GEE, a partir de dados de base da ONU - UN Statistics Division

A exportação mundial de **Vestuário** cresceu à taxa média anual de +1,7% entre 2000 e 2004, quando medida em dólares. O principal exportador é a China (36,3% do mercado mundial em 2004), a crescer +9,1% ao ano entre 2000 e 2004 (Portugal, +5,4%, na 15ª posição). Também neste sector Portugal ocupa a 8ª posição quando considerados os países europeus.

Exportação Mundial de Vestuário

	milhões de US$		Tx média	Estrutura	
	2000	2004	cresc.anual	2000	2004
Total	**169 306**	**221 687**	**6.97**	**100.0**	**100.0**
China	56 809	80 363	9.06	33.6	36.3
China Cont.	*32 290*	*54 952*	*14.22*	*19.1*	*24.8*
China, H-Kong	*22 693*	*23 467*	*0.84*	*13.4*	*10.6*
China, Macau	*1 827*	*1 945*	*1.57*	*1.1*	*0.9*
Itália	12 726	16 982	7.48	7.5	7.7
Alemanha	6 450	11 219	14.84	3.8	5.1
Turquia	6 183	10 855	15.11	3.7	4.9
França	5 014	7 383	10.16	3.0	3.3
México	8 424	7 336	-3.40	5.0	3.3
Índia	5 664	6 155	2.10	3.3	2.8
Bélgica	3 605	5 744	12.35	2.1	2.6
R.Unido	3 723	4 711	6.06	2.2	2.1
Roménia	2 302	4 676	19.39	1.4	2.1
EUA	8 128	4 663	-12.97	4.8	2.1
Bangladesh	*n.d.*	4 612	*n.d.*	*n.d.*	2.1
Espanha	1 901	4 022	20.60	1.1	1.8
P.Baixos	2 258	3 685	13.03	1.3	1.7
Portugal	2 810	3 465	5.38	1.7	1.6
Tunísia	2 211	3 311	10.63	1.3	1.5
Coreia SL	4 552	3 124	-8.98	2.7	1.4
Marrocos	*n.d.*	2 990	*n.d.*	*n.d.*	1.3
Sri Lanka	*n.d.*	2 663	*n.d.*	*n.d.*	1.2
Paquistão	*n.d.*	2 648	*n.d.*	*n.d.*	1.2
Dinamarca	1 674	2 551	11.12	1.0	1.2
Polónia	1 877	2 154	3.50	1.1	1.0
Singapura	1 790	1 811	0.29	1.1	0.8
Canadá	1 874	1 750	-1.69	1.1	0.8
Bulgária	698	1 745	25.74	0.4	0.8
Grécia	1 227	1 547	5.96	0.7	0.7
Áustria	966	1 507	11.75	0.6	0.7
Hungria	1 160	1 420	5.19	0.7	0.6
			% do total(2)	85.1	91.9

(1) Capºs 61 e 62 da Nomenclatura Combinada (NC)
(2) Não inclui Bangladesh, Marrocos, Sri Lanka e Paquistão em 2000
Fonte: GEE, a partir de dados de base da ONU - UN Statistics Division

Em 2004, o principal fornecedor de **têxteis** da UE-24 foi a Alemanha, seguida da Itália, Bélgica, China, França, Turquia, e países Baixos. Portugal ocupava a 14ª posição, com uma quota de 1,9%.

Importações de Têxteis da E.U. - 24

Países de origem	milhões de euros		Taxa var.	Estrutura	
	2000	2004	média anual	2000	2004
MUNDO	**61 940**	**54 818**	**-3.01**	100.0	100.0
INTRA-UE	*39 473*	*34 815*	*-3.09*	*63.7*	*63.5*
EXTRA-UE	*22 468*	*20 003*	*-2.86*	*36.3*	*36.5*
Alemanha	8 383	7 933	-1.37	13.5	14.5
Itália	7 499	6 188	-4.69	12.1	11.3
Bélgica	4 669	4 169	-2.80	7.5	7.6
China	2 586	3 466	7.60	4.2	6.3
China continent.	*2 507*	*3 399*	*7.90*	4.0	6.2
Hong-Kong	*78*	*67*	*-3.91*	0.1	0.1
Macau	*0*	*0*	*-11.52*	0.0	0.0
França	4 183	3 312	-5.67	6.8	6.0
Turquia	2 228	2 805	5.92	3.6	5.1
Países Baixos	2 956	2 582	-3.32	4.8	4.7
Reino Unido	2 652	1 976	-7.09	4.3	3.6
Índia	2 012	1 900	-1.42	3.2	3.5
Espanha	1 945	1 600	-4.77	3.1	2.9
Paquistão	1 087	1 364	5.85	1.8	2.5
Áustria	1 473	1 232	-4.37	2.4	2.2
Rep.Checa	1 017	1 123	2.52	1.6	2.0
PORTUGAL	1 236	1 064	-3.67	2.0	1.9
Suíça	1 322	1 000	-6.76	2.1	1.8
EUA	1 790	931	-15.07	2.9	1.7
Coreia SL	1 174	825	-8.44	1.9	1.5
Polónia	671	821	5.16	1.1	1.5
Dinamarca	739	667	-2.51	1.2	1.2
Suécia	492	551	2.90	0.8	1.0
Japão	854	518	-11.76	1.4	0.9
Austrália	878	496	-13.29	1.4	0.9
Taiwan	749	424	-13.23	1.2	0.8
Indonésia	653	409	-11.04	1.1	0.7
			% do total	86.0	86.4

[1] UE-25 som Portugal

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat

Entre 2000 e 2004, a importação de **vestuário** na UE-24 aumentou à taxa média anual de +1,7%, com prática estagnação em valor nas chegadas intracomunitárias e um crescimento de +3% nas importações de países terceiros.

O maior fornecedor foi a China (16% do mercado em 2004), seguida da Turquia (9%). Portugal ocupou a 13ª posição no ranking, com uma quota de 2,6%.

Os principais mercados de destino do vestuário português encontram-se no espaço comunitário: Espanha, Reino Unido, França e Alemanha, países que em 2004 absorveram cerca de 70% do total.

Em todos 4 países atrás referidos houve quebra das exportações portuguesas em 2005 (entre -7,2% para a Espanha e – 17,9% para a Alemanha), na sequência de quebras já em 2000-2004, à excepção da Espanha que tinha crescido à taxa média anual de +12,7% em termos nominais.

Portugal e os 5 principais exportadores mundiais de Têxteis

Em 2004 as exportações de Têxteis portugueses representaram 1% das exportações mundiais de têxteis (1,1% em 2000), uma quota superior ao peso de Portugal no conjunto das exportações mundiais (0,39%), o que mostra que os têxteis ainda mantêm uma posição de relevo nas exportações portuguesas.

De assinalar um ganho de quota da China nas exportações de têxteis de 19,6% em 2000 para 24% em 2004.

Três tipos de Têxteis representam cerca de 2/3 da exportação portuguesa em 2004:

- Têxteis-lar (44%),
- Tecidos e fios de algodão (11,4%)
- Tecidos e fios de fibras sintéticas ou artificiais (10,5%).

Nos têxteis-lar Portugal ocupou a 7.ª posição no ranking em 2000 e 2004, precedido, por ordem decrescente de valor, pela China, Paquistão, Turquia, Índia e Alemanha.

ANEXO VI - A Experiência Italiana na resposta aos problemas das micro, pequenas e médias empresas do sector.

Ao longo das audições várias sugestões foram apresentadas, normalmente, com base em políticas adoptadas por outros países com idênticos constrangimentos. Pelo aspecto inovador que parecem integrar e porque são reconhecidamente casos de sucesso num país de grande tradição e inovação na indústria têxtil, a Itália, citamos três situações que merecem ser aprofundadas e avaliada da sua valia para Portugal

Em Itália encontramos inúmeros exemplos de como a sociedade se organizou para dar resposta aos desafios que continuamente se colocam na área da indústria, nomeadamente da indústria têxtil.

Na Vertente laboral merece relevo e análise os mecanismos de política social e industrial, como a ***Cassa de Integrazione Guadagni*** Ordinária e Extraordinária, na dependência do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

A Cassa integrazione gaudagni (CIG), começou por ser um instituto de **política social** italiano, instituído em 1945 (pós-guerra), na dependência do Instituto Nazionale della Prividenza Sociale, com o objectivo de auxiliar a recuperação de empresas em momentos temporários, de dificuldade produtiva, de custos excessivos com mão de mão de obra não utilizada.

Neste momento integra dois tipos de instrumentos para viabilizar a reestruturação de empresas com problemas circunstanciais no mercado

1.Cassa de Integrazione guadagni ordinária (CIGO)
A CIGO Substitui-se à empresa na retribuição dos trabalhadores, em situação de dificuldade temporária da indústria. A dificuldade da empresa deve dever-se a condições externas ou de mercado e não pode imputar-se à própria gestão ou aos trabalhadores. A prestação é mensal e tem a duração de 13 semanas ou12 meses, podendo em casos extraordinários chegar aos 24 meses.

Financiamento da CIGO
As receitas da CIG vêm de contribuições anuais obrigatórias impostas às empresas (1% dos ganhos das empresas; contributo adicional de 8% sobre o recebido das empresas que usufruíram do CIG) e do orçamento do estado

2.Cassa integrazione guadagni straordinaria (CIGS)
Mecanismo de **política industrial** constituído em 1968, com o objectivo de enfrentar situações de crise estrutural da indústria, promovendo a respectiva reestruturação e reconversão, na dependência do Ministério do trabalho e Instituto Nazionale della Previdenza Sociale.

Ao contrário do que sucede com a CIGO, o empresário pode lançar mão da CIGS quando a própria dificuldade na empresa se deva à própria decisão do empregador de proceder à reestruturação ou reconversão da empresa, no âmbito de uma gestão pró-activa.

Este instrumento pode mesmo visar a dispensa gradual de empregados, de forma a evitar graves repercussões no plano social, sendo normalmente utilizado com o procedimento de mobilidade de pessoal (**messa in mobilitá).**
Tal como na CIGO, a CIGS é operada através de retribuição aos trabalhadores (integração salarial extraordinária), podendo, contudo, por se destinar a enfrentar situações mais complexas, chegar a uma duração de 48 meses.

Financiamento da CIGS
Contribuições anuais obrigatórias das empresas (0,6% dos ganhos) dos trabalhadores (0,3% da retribuição) e ainda contribuições adicionais de empresas que utilizaram o CIGS (4,4% do recebido).

Na vertente da Investigação e Desenvolvimento integrada para uma região

Citá Studi Biela

Centro de estudo que resultou, em 2004, da Citá degli Studi in Textilia, S.p.A, sendo actualmente uma sociedade instrumental da Fondazione della Cassa di Risparmio di Biella.

Finalidade: dar respostas às exigências do território promovendo a racionalização dos recursos e das competências disponíveis.

A ***Citá*** tem por objectivo suportar os sujeitos económicos do território, fazendo investigação, promovendo a formação dos agentes económicos e oferecendo serviços de consultadoria.

Para além de formação em áreas distintas (recursos humanos, marketing; administração) a ***Citá*** oferece uma formação especializada na área do sector têxtil, nomeadamente em:

- Tecnologia e materiais (Fibras man made; fibras químicas; organização da produção na indústria têxtil; etc.)
- Projectar o têxtil (inovação e investigação criativa no design têxtil para novos cenários de consumo; proteger o produto de um ponto de vista da segurança; materiais e produtos para o conforto e isolamento térmico)
- Inovação e técnicas para o têxtil.

A Citá dispõe ainda de cursos base para profissionais do sector (confecção; controlo de qualidade, etc.)

A Citá oferece também serviços de certificação e credenciação.

Na Vertente Empresarial registamos a experiência referenciada na zona de *Prato*

Unione Industriale do Prato

Constituída em 1912, com o objectivo de assistir e tutelar os interesses da empresas associadas, promovendo uma assistência eficaz e directa no desenvolvimento e progresso da actividade empresarial.

Em particular a ***Unione***.

a) promove e participa na elaboração de acordos colectivos de trabalho;
b) tutela os interesses das empresas associadas representando-as perante as autoridades e outras organizações sindicais e económicas;
c) **coordena o interesse geral da produção no Prato, bem como as acções dos associados, estabelecendo a respectiva colaboração**

A ***Unione*** dispõe de um leque de serviços de informação, formação, consulta e assistência às empresas associadas (em certos casos só associados podem aceder), nas seguintes áreas:

- Direito do trabalho (informação sobre a contratação nacional no sector têxtil; documentos sindicais, etc);
- Formação (informação sobre formações em curso)
- Económico e fiscal
- Infra estruturas e do território
- Ambiente e segurança
- Inovação e qualidade (toda a informação disponível através do serviço on-line Prato têxtil) – informação sobre as normas técnicas de composição e qualidade, bem como outra informação e formação à distância acessível com password
- Estudos e informação do mercado

A ***Unione*** tem ainda preocupações no âmbito de relações externas, promovendo brochuras, vídeos, transmissões televisivas de forma a valorizar a imagem da indústria da região, desenvolvendo ainda uma relação com os media e assistindo os associados na promoção de eventos.

A ***Unione*** tem participado nos acordos para a concessão dos benefícios da Cassa Integrazione Guadagni Straornira especificamente para o sector têxtil da região.

Outro Apoio especifico para região

1. Protocolo d'Intesa: para a actuação da Cassa integrazione guadagni straordinaria no distrito têxtil do Prato (16 de Março de 2004)

O mecanismo da Cassa Integrazione Guadagni foi, atendendo às várias iniciativas locais sucessivamente prorrogado para fazer face aos desafios da indústria têxtil em várias regiões da Itália e nomeadamente no Prato, tendo aí sido essencial a intervenção da Unione Industriale do Prato junto do Ministério do Trabalho.

2.Entre os vários projectos destacamos O Projecto integrado de desenvolvimento local da província do Prato "sistema distrital integrado do Prato: competitividade e inovação, aprovado pela Junta Provincial, com o objectivo da requalificação e inovação do sistema produtivo da indústria têxtil, promovendo a sua modernização e constituição de um centro de investigação, inovação e alta formação ao serviço do distrito têxtil do Prato.

ANEXO VII - Repercussão que a iniciativa teve na comunicação social

guimarãesdigital

POLÍTICA

Audição parlamentar na Universidade do Minho

Nesta terça-feira, o campus de Azurém, da Universidade do Minho acolhe uma audição parlamentar, no âmbito do grupo de trabalho do sector têxtil da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.

Deputados, empresários e docentes universitários, vão debates vários temas ligados aos sectores têxtil e do vestuário.
"Enquadramento do têxtil e do vestuário - estratégias e desafios", como subir no valor acrescentado" para além de experiências profissionais, fazem o programa desta audição parlamentar.

27 de Junho de 2006

1 Correio do Minho, 28 de Junho de 2006

País precisa de um 'lobby' para a indústria têxtil

Terminou ontem, em Guimarães, a audição e visita parlamentar do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil e Vestuário à região da Beira Interior e Minho. No final, ficou a mensagem de empresários e especialistas, num apelo a uma estratégia clara de política industrial e a criação de um 'lobby' para a indústria têxtil, por forma a combater a crise e a colocar o sector no contexto internacional.

Joana Russo Belo

O país precisa de criar um 'lobby' para a indústria têxtil e uma estratégia clara de política industrial que coloque o sector no contexto internacional. Esta foi uma das conclusões e mensagens deixadas ontem, durante a audição e visita parlamentar do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil à região da Beira Interior e Minho, uma iniciativa que culminou na Universidade do Minho, em Guimarães. Durante dois dias, os deputados ouviram mais de cem intervenções de empresários e especialistas na área do têxtil e vestuário, auscultando preocupações e necessidades sentidas no sector, assim como analisando os bons exemplos e práticas desenvolvidas nos últimos anos.
Lembrando que o sector têxtil atravessa um período difícil, mas que tem várias janelas de oportunidades, o deputado Emídio Guerreiro sublinha que a crise resulta da "forma como foi feita a liberalização".

Daí que o Estado, "sem exigir transparência no processo, está a pôr em causa a viabilidade desta indústria", "a nossa melhor indústria", como foi referido ao longo do debate.
O deputado social-democrata considera que é urgente fazer com que haja "reciprocidade das regras" da liberalização do comércio de têxtil de forma objectiva, permitindo não apenas que os mercados brasileiro e asiático "possam vir para cá sem taxas", mas que a Europa possa exportar com as mesmas vantagens.
Para o responsável, a situação só será invertida quando o Estado definir, com clareza, uma "estratégia de política industrial para o país", "com objectivos definidos". Até porque, acrescenta, está em curso a preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio e ninguém sabe as regras, "e que faz com que a confiança não seja muito grande". "Se o país não diz que a indústria têxtil deve continuar a existir e a criar valor para o país, torna-se complicado", realçou, frisando que o futuro passa por clarificar, objectivamente, as regras do jogo.
Recorde-se que com a liberalização do comércio têxtil, em Janeiro de 2005, Portugal viu-se confrontado com a concorrência e competitividade de mercados como o asiático, agravando a crise no sector.

Aposta na inovação e diferenciação

A juntar às mensagens e necessidades dos empresários do sector do têxtil e vestuário, a audição parlamentar permitiu analisar alguns dos casos de sucesso do Vale do Ave, entre eles a empresa Riopele,S.A, em funcionamento desde 1927.
Luísa Santos fez questão de lembrar a estratégia dos últimos anos direccionada para uma aposta na inovação e investigação, aliando o design ao desenvolvimento de novos produtos e marcas próprias. "É na diferenciação do produto que podemos ter algum valor acrescentado em relação à concorrência asiática e europeia", frisou, destacando que para se ultrapassar a crise de valores do sector é necessário investir "fortemente no design", a par da qualidade e inovação.

Presente no encontro, a deputada europeia Elisa Ferreira apelou à necessidade de o país organizar um discurso para o sector têxtil, relançando a imagem do sector - que actualmente é muito negativa - e permitindo que a indústria têxtil seja vista como a indústria mais interessante do país.
Para isso, acrescentou, é preciso criar um 'lobby' a nível nacional de forma a colocar o sector no contexto internacional e na Europa, com uma imagem à medida das potencialidades e áreas estratégicas de desenvolvimento.

Atentamente, os meus cumprimentos,

Nuno Fraga Coelho

Gabinete de Apoio à Presidência C.M. Guimarães

RÁDIO FUNDAÇÃO FM GUIMARÃES

Comissão parlamentar de Assuntos Económicos visita Vale do Ave

POLíTICA

Os deputados que integram o grupo de trabalho do sector têxtil da Comissão de Assuntos Económicos, na Assembleia da República, visitam, esta segunda-feira, a empresa Somelos e a Universidade do Minho, em Guimarães. A iniciativa acontece no âmbito da "Audição e Visita Parlamentar" às regiões da Beira Interior e Minho que decorre entre hoje e amanhã.

De acordo com o programa, os deputados grupo de trabalho do sector têxtil visitam as instalações da empresa Somelos, a partir das 17H00. Uma hora depois deslocam-se à Universidade do Minho para visitar e reunir com os responsáveis do Departamento de Engenharia Têxtil.
Ainda na Universidade do Minho está marcada para amanhã uma audição parlamentar com empresários e docentes universitários.

Esta e outras notícias podem ser consultadas em www.radiofundacao.net

GUIMARÃES AUDIÇÃO E VISITA PARLAMENTAR À REGIÃO DA BEIRA INTERIOR E MINHO

País precisa de um 'lobby' para a indústria têxtil

Terminou ontem, em Guimarães, a audição e visita parlamentar do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil e Vestuário à região da Beira Interior e Minho. No final, ficou a mensagem de empresários e especialistas, num apelo a uma estratégia clara de política industrial e a criação de um 'lobby' para a indústria têxtil, por forma a combater a crise e a colocar o sector no contexto internacional.

JOANA RUSSO BELO

O país precisa de criar um 'lobby' para a indústria têxtil e uma estratégia clara de política industrial que coloque o sector no contexto internacional. Esta foi uma das conclusões e mensagens deixadas ontem, durante a audição e visita parlamentar do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil à região da Beira Interior e Minho, uma iniciativa que culminou na Universidade do Minho, em Guimarães. Durante dois dias, os deputados ouviram mais de cem intervenções de empresários e especialistas na área da têxtil e vestuário, auscultando preocupações e necessidades sentidas no sector, assim como analisando os bons exemplos e práticas desenvolvidas nos últimos anos.

Lembrando que o sector têxtil atravessa um período difícil, mas que tem vários jornais de oportunidades, o deputado Emídio Guerreiro sublinha que a crise resulta da "forma como foi feita a liberalização".

Daí que o Estado, "sem exigir transportaria ao processo, está a pôr em causa a viabilidade desta indústria", "a nossa melhor indústria", como foi referido ao longo do debate.

O deputado social-democrata considera que é urgente fazer com que haja "reciprocidade das regras" da liberalização do comércio do têxtil de forma objectiva, permitindo não apenas que os mercados brasileiro e asiático "possam vir para cá sem taxas", mas que a Europa possa exportar com os mesmos vantagens.

Para o responsável, a situação só será invertida quando o Estado definir, com clareza, uma "estratégia de política industrial para o país", "com objectivos definidos". Até porque, acrescenta, está em curso a preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio e ninguém sabe as regras, "o que faz com que a confiança não seja muito grande".

"Se o país não diz que a indústria têxtil deve continuar a existir e a criar valor para o país, torna-se complicado", realçou, fixando que o futuro passa por clarificar, objectivamente, as regras do jogo.

Recorde-se que com a liberalização do comércio têxtil, em Janeiro de 2005, Portugal viu-se confrontado com a concorrência e competitividade de mercados como o Asiático, agravando a crise no sector.

Audição parlamentar juntou deputados, empresários e especialistas do sector têxtil no UM

APOSTA NA INOVAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

A juntar as mensagens e necessidades dos empresários do sector do têxtil e vestuário, a audição parlamentar permitiu analisar alguns dos casos de sucesso do Vale do Ave, entre eles a empresa Riopele S.A., em funcionamento desde 1927.

Luísa Santos fez questão de lembrar a estratégia dos últimos anos direccionada para uma aposta na inovação e investigação, aliando o design ao desenvolvimento de novos produtos e nossas próprias.

"É na diferenciação dos produtos que poderão ser alguns valor acrescentado em relação à concorrência asiática e europeia", frisou, destacando que para se ultrapassar a crise de valores do sector é necessário investir "fortemente no design", a par da qualidade e inovação.

Presente no encontro, a deputada europeia Elisa Ferreira apelou à necessidade de o país organizar um discurso para o sector têxtil, relançando a imagem do sector - que actualmente é muito negativa - e permitindo que a indústria têxtil seja vista como a indústria mais interessante do país.

Para isso, acrescentou, é preciso criar um 'lobby' a nível nacional de forma a colocar o sector no contexto internacional e na Europa, com uma imagem à medida das potencialidades e antes estratégicas de desenvolvimento.

Guimarães

Casos de sucesso devem impor-se às fragilidades do sector têxtil

► Audição da Comissão Assuntos Económicos na Assembleia da República

Joaquim Fonte

O sector do têxtil e vestuário foi dado como morto várias vezes, mas ainda existe. Foi o que ficou demonstrado na audição e visita parlamentar, de três dias, à Beira Interior e ao Minho, de deputados que integram o Grupo de Trabalho do Sector Têxtil da Comissão de Assuntos Económicos na Assembleia da República.

Nas conclusões, comunicadas ontem à tarde, na Universidade do Minho, em Guimarães, os deputados vão apresentar as fragilidades do sector, mas também os casos de sucesso. "Acabámos de constatar, e ontem [...] que o têxtil existe", notou o deputado Emídio Guerreiro, do PSD. "Mais magro, com dificuldades, mas vive", atalhou José Ribeiro, do PS, lembrando os cerca 210 mil postos de trabalho directos.

Agostinho Lopes, do PCP, lembrando "uma visão negra do sector têxtil", enaltecera o papel das "empresas de ponta" visitadas. José apoiou e "litorou inteiramente": 80 por cento das 12 mil unidades do sector têm menos de 10 trabalhadores e mais de 80 por cento (de 4400) têm 10, 20 trabalhadores. "Não podemos esquecer esta realidade", alertou.

O deputado comunista não deixou de ter a realidade que

Inovação é apontada como a única saída para um sector que apresenta graves debilidades

José Mourinho e o sobretudo

«« O treinador da equipa de futebol do Chelsea, de Inglaterra, é das figuras mais mediáticas do momento. Felizes suas conquistas futebolísticas (entre as quais se contam as à frente do Futebol Clube do Porto), também, pelo seu guarda-roupa. Em que se inclui o inseparável sobretudo. O nome de Mourinho e o seu guarda-roupa foram apontados [...] pelo eurodeputado Elisa Ferreira. A ex-ministra socialista do PS, em tom jocoso, considerou que o modo português deve incluir um ziguezague entre o marketing e a publicidade que possa permitir reforçar os seus produtos "mais de in Portugal". "Haverá quem pretenda imitar o Mourinho, ele já veste um sobretudo português e não sabemos", desejou a deputada. «

Realidade do sector

60 por cento das 12 mil unidades do sector têm menos de 10 trabalhadores

80 por cento dos 4500 empresas têm entre 10 a 20 trabalhadores

15 mil desempregados com o concelho de Guimarães inscritos no Centro de Emprego

caracterizou o sector numa zona como o Vale do Ave, com uma das taxas de desemprego mais elevadas do país, assim como o abandono escolar que afeta milhares de pessoas para impor-lhes um qualificação o mais rapidamente.

De resto, no encontro, o presidente da Câmara, António Magalhães, apelou para a "necessidade de o governo criar uma rede de intervenção social para responder aos "terríveis do processo de globalização" perto de 15 mil desempregados no concelho, segundo o Centro de Emprego, a maioria com mais de 45 anos e baixas qualificações.

"Tudo se pode mudar", reagiu José Ribeiro, apontando os casos de sucesso que existem na região vizinha e defendendo a profissionalização e as parcerias, em que devem entrar as universidades e os centros de investigação. "A vida [...] para enfrentar as dificuldades", referiu Guerreiro, vincando a importância de passar uma "mensagem positiva" como contraponto ao cenário negro". Salientou, desenvolveu, houve [...] que atrai [...] os jovens dos cursos superiores ligados ao sector, não obstante a elevada procura de técnicos qualificados. «

ideias e factos

O ensino que temos

Nesta semana chega ao fim mais um ano lectivo nas Escolas Portuguesas. Os alunos do 12º. e 9º. ano estão já em exames nacionais. Tem sido um final agitado, quer por uma greve de professores, quer por notícias que na comunicação social põem a nu problemas das escolas, como a violência, ou o fracasso do abandono escolar.

Há quem culpe os professores de todos estes problemas, como é o caso da senhora Ministra da Educação e vê de alterar o Estatuto da Carreira Docente exigindo exames para se ser professor, exigindo muitas horas nas Escolas porque os professores não trabalham, chamando os pais a classificar os professores, tudo isto no intuito de impedir a progressão na carreira docente, e assim poupar alguns cobre ao Estado.

Há quem culpe as famílias que se desagregam, que não vão à Escola, que não acompanham os filhos, e depois ainda são chamadas a avaliar os professores, como prémio destes comportamentos.

Há quem culpe o Estado que vem experimentando reformas atrás de reformas, que não dá possibilidade aos pais de escolherem as escolas para os seus filhos ao não dar condições iguais ao ensino público e privado que não estimula os melhores professores, etc.

Há quem culpe os grupos de alunos marginais porque são violentos, não estudam, faltam às aulas, espalham a confusão na Escola.

Tudo isto tem um pouco de verdade, e a culpa nunca é só de uma das partes.

Chegou-se onde se chegou, porque a Escola ensina, mas na maioria das vezes não incute valores de pensamento e de uma indispensável plataforma moral que ensinem a viver e conviver numa sociedade toda ela feita de contradições como acabámos de verificar. O problema não se resolve combatendo os professores e dizendo que se gabaram os pais; ou "mimando e protegendo os meninos terríveis e birrentos", para que não vão a engrossar os que abandonam a Escola. O problema resolve-se com exigência, com colaboração activa entre a Escola e a família, com vias profissionalizantes no nosso ensino. É preciso dar autoridade ao professor na sala de aula, e não retirar-lhe toda a autoridade.

Também as Escolas do Ensino Superior estão a chegar ao fim de mais um ano, e já se anunciam reformas profundas neste sector, e não só com a convenção de Bolonha. Cada Escola terá de anunciar a percentagem de empregabilidade dos alunos que a frequentaram. Se é para castigar as Escolas que não ensinam a coisa parece estar certa. Se é para fechar as Escolas que não têm saída profissional, terão de fechar a maioria, já que são mais de 30.000os licenciados que temos no desemprego por esse país fora: professores, engenheiros, advogados, agrários, etc.

Penso que não é às Escolas que compete criar empregos para os seus alunos; isso é trabalho de empresários e da própria sociedade civil como tal.

A liberdade de ensino ainda não chegou ao nosso país. Só com liberdade de ensino pode haver projectos educativos baseados em valores, cuja prioridade vacia de família para família. Um Estado totalitário que não dá aos pais a possibilidade de escolher, em igualdade de condições, a Escola para os seus filhos, não dá possibilidade a que haja verdadeiros educadores; provoca "ensinantes". AD

Audição e visita Parlamentar à região da Beira Interior

Deputados analisam têxteis

No âmbito da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional da Assembleia da República acaba de ser criado o grupo de trabalho sobre o "Sector Têxtil", integrada por deputados do PS, PSD e PCP, tendo por objectivo acompanhar a situação do sector e identificar os problemas e as medidas necessárias à sua estabilização no novo quadro de liberalização do comércio internacional, de acordo com uma nota informativa chegada à nossa Redacção com origem no Parlamento.

Esta comissão, da qual faz parte a socialista Hortense Martins, eleita pelo círculo de Castelo Branco, informa que "pretendendo contactar na região da Beira Interior e Minho, Universidades, Institutos Tecnológicos, Empresas e outros agentes e para aprofundar o conhecimento do sector, o Grupo de Trabalho promove uma Audição Pública nos dias 26 e 27 de Junho, na Universidade da Beira Interior (UBI) e na Universidade do Minho".

Do programa previsto para o dia 26, segunda-feira, de acordo com o que conseguimos apurar até ao fecho da presente edição do Reconquista, faz parte uma visita à empresa Paulo de Oliveira SA (BH15), seguindo-se pelas 10H00 uma visita e reunião com o Departamento de Ciências e Tecnologia Têxtil da UBI. Nesta mesma universidade terá a partir das 11H00 a referida "Sessão Pública - Encontro com agentes do sector". A audição pública contará também com a participação de Elisa Ferreira, Deputada ao Parlamento Europeu.

Deste Grupo de Trabalho fazem parte os seguintes deputados: Teresa Venda (PS), Hortense Martins (PS), Miguel Laranjeiro (PS), Rosário Águas (PSD), Emídio Guerreiro (PSD) e Agostinho Lopes (PCP).

Prémio de 5 mil euros

À procura do jovem europeu do ano

Recompensar um jovem cidadão europeu pelo seu empenhamento na procura da compreensão internacional sobre o papel da União da Europa (UE) é o objectivo do Prémio Jovem Europeu do Ano, promovido pela Fundação Heinz Schwarzkopf, sediada em Berlim, na Alemanha, com o apoio do Parlamento Europeu.

Esta iniciativa já vai na 10ª edição e irá atribuir ao vencedor uma bolsa de 5.000,00 euros. Podem participar jovens com idades entre os 18 e os 28 anos, desde que tenha, trabalhado, de forma voluntária, "para a compreensão entre os povos ou a integração europeia e ter conseguido sucesso exemplar nesse processo".

A organização sublinha que não procura um jovem com carreira de sucesso, mas sim que tenha "aprendido a agir com iniciativa, empenhamento e sentido de responsabilidade, demonstrando, assim, estar apto para agarrar as oportunidades actuais de forjar uma coexistência pacífica numa Europa de diversidade".

Este Prémio destina-se a financiar um estágio prático de seis meses, junto de um membro do Parlamento Europeu ou de outra instituição europeia ou um projecto que promova a integração europeia.

As candidaturas, cujo formulário pode ser retirado do site www.juventude.gov.pt ou http://www.heinz-schwarzkopf-stiftung.de/, devem ser enviadas até 30 de Junho para: Heinz-Schwarzkopf-Stiftung Junges Europa - Sophienstraße 28-29, 10178 Berlin – Germany.

NO MINHO E BEIRA INTERIOR

Sector têxtil em audição parlamentar

REDACÇÃO

Os deputados da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional - Grupo de Trabalho do Sector Têxtil" estão hoje e amanhã na Universidade do Minho no âmbito de uma visita e audição parlamentar que se inicia na Beira Interior.

A visita parlamentar começa na empresa Paulo de Oliveira SA, na Covilhã e segue para a Universidade da Beira Interior (UBI), onde decorre uma reunião com o Departamento de Ciências e Tecnologia Têxtil.

Ainda na UBI, ao final da manhã, há uma sessão pública marcada pelo encontro com agentes do sector têxtil.

Já no Minho, os deputados da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional visitam a empresa Sonelos SA, em Oui-marães, a partir das 17H. Uma hora de depois, o Grupo de Trabalho do Sector Têxtil visita e reúne com o Departamento de Enge-nharia Têxtil da Universidade do Minho.

A audição parlamentar decorre amanhã na Universidade do Minho (U.M.) entre as 9H15 e as 16H, hora para que estão previstas as conclusões pelos deputados do PS, PSD e PCP.

A audição abre com o "Enquadramento do têxtil e do vestuário - estratégias e desafios", com destaque para a produção, certificação ambiental, comercialização e qualificação dos recursos humanos.

Entre as 9H30 e as 10H15, intervêm Ana Maria Rocha, da U. M., e Rui Alberto Lopes Miguel, da UBI.

As especificidades empresariais são apresentadas por António da Silva Ressurreição, da Natura Pura SA, e Luís Filipe Rafael, da Dielmar SA.

A audição da manhã termina com um debate.

"Como subir no valor acrescentado?" é uma pergunta a que se vai tentar dar resposta, tocando áreas como os têxteis técnicos, inovação e competitividade, marca e design e certificação de qualidade.

As intervenções da tarde (a partir das 14H30) estão a cargo dos mesmos docentes das duas universidades.

As empresas Fapomed SA, pela voz de Orlando Lopes da Cunha, e Riopelo SA, por José Alexandre Oliveira, apresentam as suas experiências.

Deputados debruçam-se sobre o sector têxtil

TRIBUNAL JULGADO POR FURTO NA RUA TOMÁS FIGUEIREDO

Dono ficou sem a colecção de moedas

O dono de uma residência na Rua Tomás de Figueiredo ficou sem a sua valiosa colecção de moedas antigas, na sequência de um assalto. Avaliada em 25 mil euros, as que foram recuperadas não valem mais que 1000 euros.

LUÍS M. FERNANDES

Diligências levadas a cabo pela PSP não permitiram apurar a quem foram vendidos os objectos furtados, na madrugada de 22 de Abril de 2004, de uma residência da Rua Tomás de Figueiredo, em Braga. O arguido julgado por ter estado na posse de uma pequena parte das moedas recuperadas disse que as comprou a um indivíduo actualmente preso. Este, chamado a depor, disse ao tribunal nada saber sobre o assunto. Não vendeu moedas nenhumas.

Naquela madrugada, quase vésperas do Dia da Liberdade, a hora não determinada, a residência de António Carvalho foi assaltada, tendo as investigações policiais apurado que foi obra do arguido que agora respondeu em audiência de julgamento, na companhia de um outro já julgado.

De acordo com as averiguações da investigação, A. Magalhães, ficou de vigilância, enquanto o outro, F. Pereira, com chave falsa, se introduziu na garagem anexa da residência, apoderando-se dos objectos que ali se encontravam: vários fios, anéis e brincos em prata no valor de 500 euros; várias moedas de colecção avaliadas em 25 000 euros; várias esferográficas Pierre Cardin e Mont Blanc e 6 quadros alusivos a armas de fogo cujo valor, neste dois casos, não foi apurado.

Parte das moedas foram recuperadas porque estavam na posse do arguido A. Magalhães, de 34 anos, um reformado que nunca trabalhou.

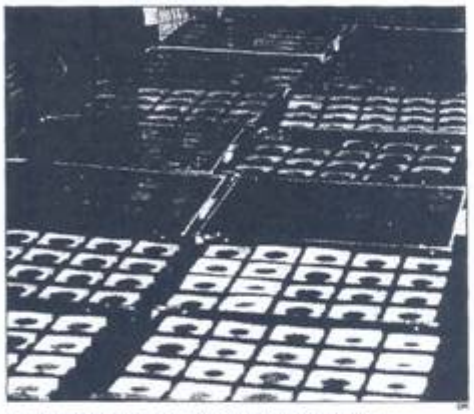
Submetido a julgamento colectivo, a que presidiu o juiz João Coelho, com a procuradora Rosalina Gonçalves a representar o Ministério Público, A. Magalhães teve de responder outro acusado da autoria de um crime de furto qualificado, defendendo ainda o Ministério Público a condenação dele como reincidente.

Defendido pela advogada Liliana Silva, o arguido revelou ter sido um indivíduo, actualmente preso, um tal F. Pereira, quem lhe vendeu por 20 euros as moedas que teve em seu poder e que depois as entregou ao ofendido.

"Ele chegou e disse: anda comigo. Eu não sabia onde ia" — disse o arguido, esclarecendo que isso aconteceu à noite, referindo-se à participação do indivíduo preso.

"Foi com ele por quê? Você é criado dele?" — perguntou-lhe o juiz João Coelho.

"Ele disse que ia buscar uma coisa" — respondeu o arguido.



Colecção de moedas furtada em assalto estava avaliada em 25 mil euros

Mais tarde, quando Magalhães se encontrava num café, o F. Pereira reapareceu e chamou-o. Trazia umas moedas. O arguido comprou-as por 20 euros. No dia seguinte foi procurar o ofendido.

Respondendo à procuradora, A. Magalhães disse ter esperado cerca de meia hora pelo Pereira num largo. Foram então os dois para um café onde o mesmo Pereira lhe pediu para esperar por ele. O Pereira tinha-lhe dito que precisava de vender as moedas e invelou que morava para os lados das Enguardas.

As moedas de colecção, segundo o seu dono, estavam catalogadas e ficou-se a saber quem as tinha, porque quem assaltou a residência foi oferecer algumas delas num bar. E na altura mencionaram-lhe o nome do arguido.

As moedas tinham sido guardadas em pastas que, por sua vez, estavam guardadas em duas malas.

Quando o arguido apareceu no posto de trabalho do ofendido disse-lhe que tinha participado no assalto e onde morava o Pereira e que este é que tinha ficado com tudo.

Chamado a depor, o Pereira disse que não sabia nada sobre o assunto. Conhece o arguido de vista, porque pára no café perto da sua residência. Negou que tivesse vendido as moedas.

"Não me vendeu nada a mim, nem lhe vendi nada a ele" — acrescentou Pereira, com Magalhães a mostrar-se agastado com o depoimento daquele.

Magalhães tem estado a aguardar em liberdade o veredicto dos jurados da Vara Mista.

Cursos CABELEIREIRO/A
Carteira Profissional
- AJUDANTE (1000h.)
- PRATICANTE (480 h.)
- OFICIAL (660 h.)
Reconhecidos pela Acreditado pela
ESTÉTICA
- ESTETICISTA COSMETOLOGISTA (1448 h.)
- MANICURA PEDICURA
MASSAGISTA DE ESTÉTICA (1580 h.)
Cursos diurnos e pós-laboral
Bellekorpus - Centro de Formação
Rua de Santa - Ed. Santa, 186 (Frente ao Mercado Municipal)
BARCELOS 253 823 393 / 963 292 233
ABERTAS INFORMAÇÕES / INSCRIÇÕES

ENCERRAMENTO MACONDE

Sindicato Têxtil responde às críticas do PCP/Braga

O Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Confecção e Têxtil respondeu, em comunicado, às "acusações do PCP de Braga" sobre o encerramento da Maconde. A estrutura sindical considera "lamentável que o PCP de Braga não tenha a coragem de publicamente assumir a sua acusação contra a tal organização sindical" e afirma-se "como responsável e sem submissão a qualquer linha partidária", denunciando "quem não vê nos acontecimentos se não uma oportunidade para agitação, propaganda e protagonismos medíocres".

Diário XXI a Beira Interior online

Arquivo | Quem Somos | Assinar | Peça Notícias | Contactos

GLOBAZ PT

Primeira Página
Especial
Comentário Diário
Região
Opinião / Correio do Leitor
Beiras
Nacional
Internacional
Cultura
Desporto
Edição de 17 de Julho

Pesquisa

Primeira Página > Destaque

Receios sobre o mercado global dominam encontro com deputados

Terça-Feira, 27 de Junho de 2006

Grupo de Trabalho do Sector Têxtil na Assembleia da República, visita Covilhã

Segundo a coordenadora do grupo, "com o contributo das universidades, centros tecnológicos e alguns empresários, o sector têxtil português pode competir num mercado global com produtos de alta qualidade e diferenciação"

Luís Fonseca

O Grupo de Trabalho do Sector Têxtil, que integra sete deputados da Assembleia da República, "pretende emitir um relatório sobre a situação do sector até ao final da actual sessão legislativa", anunciou na Covilhã, Teresa Venda (PS), coordenadora do grupo. Aquela responsável falava após uma visita a uma fábrica de lanifícios e depois de uma audição pública na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, em que participaram empresários e técnicos do sector.
"Estamos a trabalhar há seis meses, a ouvir os diversos agentes do sector e a recolher opiniões sobre a conjuntura. O nosso objectivo é emitir um relatório até final da sessão legislativa", a 20 de Julho, referiu Teresa Venda. O sector têxtil representa 25 por cento do sector transformador português e "desde 2001 até agora houve um ajustamento empresarial significativo" com encerramento de firmas. "Mas temos hoje a massa crítica suficiente para responder ao desafio" sublinhou. Segundo a coordenadora do grupo, "com o contributo das universidades, centros tecnológicos e alguns empresários, o sector têxtil português pode competir num mercado global com produtos de alta qualidade e diferenciação".

VISITA ENGLOBA COVILHÃ E GUIMARÃES
"No relatório vamos apresentar as nossas sugestões, indusivamente para diálogo com a União Europeia. A partir do relatório cada grupo parlamentar poderá também ter as suas próprias iniciativas", acrescentou Teresa Venda. O Grupo de Trabalho do Sector Têxtil funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional da Assembleia da República. Integram-no os deputados Agostinho Lopes do PCP, Emídio Guerreiro e Rosário Águas do PSD, Miguel Laranjeiro, José Ribeiro, Hortense Martins e Teresa Venda do PS. Os deputados visitaram ontem uma das fábricas do grupo Paulo de Oliveira, o maior grupo do sector laneiro na Europa, que congrega quatro unidades industriais no concelho da Covilhã.
Depois daquela unidade industrial, visitaram ainda o Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis da Universidade da Beira Interior. Naquela instituição, cerca de 300 alunos estudam em dois cursos dedicados ao sector: Engenharia Têxtil e Design Têxtil e do Vestuário.
Depois da Covilhã, os deputados seguem para Guimarães, onde hoje tem lugar uma audição parlamentar, na

Universidade do Minho (Guimarães), subordinada aos temas "Enquadramento do Têxtil e do Vestuário - Estratégias e desafios" e "Como subir no valor acrescentado?".

"Apologia irresponsável da globalização"
Durante a audição pública que decorreu também na universidade covilhanense, os deputados ouviram em uníssono o empresário Paulo de Oliveira e o presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, Luís Garra, pedirem a activação das cláusulas de salvaguarda às importações têxteis da Ásia.
"Andamos a fazer uma apologia irresponsável da globalização. Na verdade, se deixamos afundar o têxtil, pouco mais temos para oferecer", realçou Paulo de Oliveira. "Se outros países como a Turquia e os Estados Unidos accionaram as cláusulas de salvaguarda, porque é que não o fizemos? Que interesses anda a União Europeia a defender", questionou, face à invasão de vestuário chinês de que sofre o velo continente.

FALTA O "SALTO SALARIAL"
Por seu lado, para Luís Garra, "foi um erro não activar as cláusulas de salvaguarda". Mas o responsável sindical destacou também como um erro a política de baixos salários seguida no sector em Portugal. "Não há empresário ou técnico que não o reconheça: ganha-se pouco no sector. É preciso dar o salto", realçou. O presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, recordou que, desde 2002 até hoje, encerraram cerca de 40 empresas e foram destruídos quatro mil postos de trabalho no sector têxtil, no distrito de Castelo Branco. "Actualmente, as confecções e lanifícios empregam entre seis a sete mil pessoas", sublinhou.
Durante a audição, o presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto (PSD), sugeriu que o governo "contractualize parcerias com as empresas, universidades e autarquias, em que estabeleça metas e faça contratos de fornecimento de novos produtos. "É esse o segredo dos clusters. O Governo não pode olhar para as empresas apenas quando elas estão para fechar ou prontas a se deslocalizar", rematou.

Salários têm que aumentar
Entre outros aspectos, Teresa Venda acredita que para alcançar aquele objectivo, "não podemos diminuir os salários que pagamos no sector, pelo contrário, há que aumentá-los". Por outro lado, no que respeita à globalização do comércio têxtil, aquela responsável reconheceu que "os mercados estão abertos, mas ainda não há reciprocidade", nomeadamente nas trocas comerciais com a Ásia. "Temos que defender políticas que nos garantam essa reciprocidade e que probejam a nossa propriedade intelectual", realçou.

Há pressões para levar o CILAN para o Porto
A coordenadora do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil na Assembleia da República, garantiu ontem ter registado as queixas do empresário Paulo de Oliveira, contra a possibilidade de o Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios (CILAN) ser deslocado para o Porto.
"Essa não será uma intenção do Governo. Tanto quanto sei, trata-se de uma vontade de lobbies empresariais", respondeu Teresa Venda, quando questionada sobre essa possibilidade na audição pública de ontem, na Universidade da Beira Interior (UBI). No final da sessão, aos jornalistas, garantiu ter ficado "sensibilizada" com a mensagem transmitida.
Ao Diário XXI, Maria João Garrett, director do CILAN, disse não ter "conhecimento oficial de qualquer deslocalização" dos serviços do centro. "Há alguns centros que têm pólos", mas, neste caso, "não faço a mínima ideia. Só a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) poderão esclarecer o que se passa", uma vez que são as duas entidades promotoras do CILAN.
O centro é uma entidade formadora de peso na Covilhã, movimentando "mais que 200 formandos por dia e à volta de 40 formadores". O CILAN confere formação de nível III, pontualmente formação de nível V (técnicos superiores de higiene e segurança no trabalho), formação inicial e formação de activos.

ubinforma

newsletter | Universidade da Beira Interior

24 a 30 Junho | edição nº 23 de 2006

Visita Parlamentar à Beira Interior e Minho
26 Junho, 11:00, Anfiteatro 8.1.

Na próxima segunda-feira, seis deputados da Assembleia da República, dos vários grupos parlamentares, que constituem o Grupo de Trabalho do Sector Têxtil da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, vão estar na Covilhã para uma visita ao Departamento de Ciências e Tecnologia Têxtil da UBI e à empresa Paulo de Oliveira.

Para além da Covilhã, a comitiva seguirá para o Norte, onde visitará igualmente a Universidade do Minho e empresas do sector, onde procederá a uma Audição Parlamentar.

O Grupo Têxtil da AR (Assembleia da República) foi constituído com o objectivo de avaliar as questões estratégicas do sector e as ameaças e desafios que emergem no novo contexto mundial considerando designadamente: Globalização/Internacionalização; MercadosTradicionais/MercadosEmergentes; Deslocalização/Subcontratação; Produção/ Criação e Design; Artigos de baixo valor acrescentado/Artigos de Alto Valor acrescentado; Regulação/Certificação;

No final será elaborado um relatório relatório de iniciativa que procurará indicar caminhos, acções concretas para a manutenção/valorização do valor económico e social do sector têxtil no contexto da economia do País.

Esta visita surge na sequência de um conjunto de audições já realizadas no Parlamento e pretende conhecer outras visões estratégicas para o sector, especialmente das universidades que têm desenvolvido trabalho reconhecido para a sua valorização.

Programa

26 de Junho

8h30 ››› 9h15
Visita à empresa Paulo de Oliveira , SA (Covilhã)

10h00 ››› 11h00
Universidade da Beira Interior
Visita e reunião com o Departamento de Ciências e Tecnologia Têxtil

11h00 ››› 12h30
Universidade da Beira Interior
Sessão Pública – Encontro com agentes do sector

17h00 ››› 17h45
Visita à empresa Somelos , SA (Guimarães)

18h00 ››› 18h30
Universidade do Minho (Guimarães)
Visita e reunião com o Departamento de Engenharia Têxtil

27 de Junho

Audição Parlamentar na Universidade do Minho (Guimarães)

09h15 ››› 9h30 Abertura da Audição
"Enquadramento do Têxtil e do Vestuário – Estratégias e desafios"
[Produção, Certificação Ambiental, Comercialização, Qualificação dos Recursos Humanos]

09h30 ››› 10h15 Intervenções
Universidade do Minho – Prof. Dra. Ana Maria Rocha
Universidade da Beira Interior – Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel

10h15 ››› 11h00 Experiências Empresariais
Natura Pura , SA – Eng. António da Silva Ressurreição
Dielmar , SA – Dr. Luís Filipe Rafael

11h00 ››› 13h00 Debate

13h00 ››› 13h20 Conclusões
Deputado do PS, Deputado do PSD e Deputado do PCP
"Como subir no valor acrescentado?"
[Têxteis Técnicos, Inovação e Competitividade, Marca e Design, Certificação de Qualidade]

14h30 ››› 15h15 Intervenções
Universidade da Beira Interior – Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel
Universidade do Minho – Prof. Dra. Ana Maria Rocha

15h15 ››› 16h00 Experiências Empresariais
Fapomed , SA – Sr. Orlando Lopes da Cunha
Riopele , SA – Dr. José Alexandre Oliveira

16h00 ››› 18h00 Debate

18h00 Conclusões
Deputado do PS, Deputado do PSD e Deputado do PCP
Encerramento

FICHA TÉCNICA
Propriedade:
Universidade da Beira Interior
Edição: Gabinete de Relações Públicas
Design: Raquel Rosa

grp@ubi.pt
http://ubinforma.ubi.pt

ESTATUTO EDITORIAL

<< voltar à Página Inicial

se desejar subscrever esta newsletter s.f.f. envie um mail para grp@ubi.pt com o assunto: subscrever a ubinforma

ANEXO VIII – A

Apresentação da Prof. Dra. Ana Maria Rocha – Universidade do Minho

Formação e Inovação: Instrumentos para a Mudança

Universidade do Minho

Indústria Têxtil e Vestuário

Formação e Inovação: Instrumentos para a mudança

Junho de 2006

O Ponto da Situação

Universidade do Minho

- Uma taxa de desemprego ascendente ➔
  (dados ultrapassados)

Concelho	% Variação*
Braga	10,69
P. Lanhoso	8,10
Esposende	7,31
Fafe	6,89
Barcelos	4,70
Vizela	4,17
Guimarães	3,88
V N Famalicão	2,34

Taxa de variação mensal entre Agosto e Setembro de 2005
Fonte: Plataforma Minho

Uma Realidade Inevitável

Universidade do Minho

- Encerramento das empresas com produtos em que o factor mão de obra é o preponderante
- Desemprego resultante do encerramento dessas empresas
  - Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em Julho último estavam inscritas nos centros de emprego do Vale do Ave mais de 47 mil pessoas. Só de Guimarães eram 12 160 desempregados (*DNotícias, 5/09/05*).
  - Segundo o INE, em 2003, residiam nos dez concelhos do Vale do Ave mais de 651 mil pessoas. No Vale do Ave havia, à data, mais de 7,2% de desempregados (valores largamente ultrapassados)

Consequências do Aumento de Desemprego

Universidade do Minho

- Desagregação social local
- Deslocação dos desempregados e suas famílias para grandes centros com agravamento da situação social das periferias urbanas
- Emigração (INE 2003):
  - Mais de 40 por cento são originários do Norte do País,
  - maioritariamente jovens (15-29 anos),
  - casados e 77,4% só Ensino Básico. (*Fonte: Correio da Manhã 10/03/05*)
  - 24000 pessoas partiram para o estrangeiro em 2004. Estas são precisamente as pessoas com maior espírito de iniciativa e que irão fazer mais falta ao país.

Alternativas

Universidade do Minho

- Nenhuma alternativa é por si só, solução. É necessário desencadear um conjunto vasto e abrangente de medidas que :
  - Assegurem as viabilidade a médio e longo prazo das empresas têxteis sobreviventes (*Inovação* e *Formação*)
  - Criem alternativas de emprego em sectores emergentes (Inovação e *Formação*)
  - Aumentem a competitividade da região (*Inovação* e *Formação*)

1ª Medida: Consolidação do sector Têxtil (ITV)

Universidade do Minho

- Expansão da actividade para novos produtos
  - têxteis para aplicações técnicas
  - **i-textiles** (têxteis interactivos) estratégia de algumas das empresas mais dinâmicas do sector
  - Marca, *marketing* e *design*……
- O "têxtil" não é só produto mas também é
  - **Processo** e **Equipamento**. Objectivo: **exportar em toda a fileira Têxtil**.
- Em particular para as novas actividades apresentadas há uma capacidade instalada na Região
  - única na Europa e superior, **actualmente** à asiática

1ª Medida: Consolidação do sector Têxtil (ITV)

- Existe na região – nomeadamente na Universidade do Minho – competência de nível internacional reconhecida, para assegurar o desenvolvimento destas medidas
- Mas há também uma notável capacidade instalada nas empresas, na Universidade do Minho e nos Centros Tecnológicos: o "**know-how" único dos seus Recursos Humanos**

1ª Medida: Consolidação do sector Têxtil (ITV)

- A Indústria Têxtil de "*cariz tradicional*" não está toda condenada a morrer:
  - Há sectores mais "capital intensivo" que "mão-de-obra intensivo"
  - Temos excelente "know-how" dos processos
  - Falta melhorar a formação de (empresários e trabalhadores), apesar dos enormes passos dados
  - Falta a cooperação empresarial: "trabalho em rede"
- O "contra" de não termos matéria-prima não é relevante caso contrário não seria a China a ameaça presente. *(temos matéria-prima: RH)*

2ª Medida: Emprego em sectores emergentes

- A constituição de empresas com utilização intensiva de novos materiais, o desenvolvimento da indústria de componentes de automóvel e da indústria do dispositivo médico (ver *Medicon Valley*, Expresso Economia 22/10/05) são *algumas das* alternativas que potenciarão a criação de novos empregos nestes sectores com importante intervenção da Eng.ª Têxtil na Formação e Inovação

Acções na Formação

- Desenvolver um pacote de formação abrangendo um vasto conjunto de áreas do saber de forma a:
  - Flexibilizar a reconversão do emprego
    LLL – Formação ao Longo da Vida
  - Melhorar a competitividade (novas competências transversais e de gestão, etc.)
    Formação Especializada de curta duração (no local ou na UM)
  - Formação de Técnicos superiores
    todos os ciclos (lic., mestrado e doutoramento)
  - Facilitar formação com uso de ensino à distância combinado com ensino presencial (blended-learning)

Acções na Inovação

- Desenvolver uma nova cultura de Inovação em que o motor está nas empresas
  - Análise e especificação de produtos
  - Especificação de novos processos
  - Avaliação de necessidades nacionais e internacionais para a produção
- Cooperação com os Centros de Investigação e Desenvolvimento
  - Na desenvolvimento dos passos anteriores
  - Na implementação de novos Produtos, Processos e Equipamentos.
- Uma acção integrada e orientada do Estado

As Condições já Existentes

- A capacidade da UM em investigação e desenvolvimento:
  - 700 doutorados
  - 15 Centros de ID com Muito Bom ou Excelente (3/4 dos doutorados da UM trabalham nestes Centros)
  - Interfaces tecnológicas (CCG, PIEP, CVR, TecSense, CITRA) com grande cooperação com a indústria

As Condições já Existentes

- Curso de renome
  - Facilidade de saídas profissionais
  - Estrutura curricular abrangente
    - Produtos/materiais
    - Processos
    - Equipamentos
- Excelência na Investigação e Desenvolvimento
    - Avaliação FCT
    - Equipas multi-disciplinares

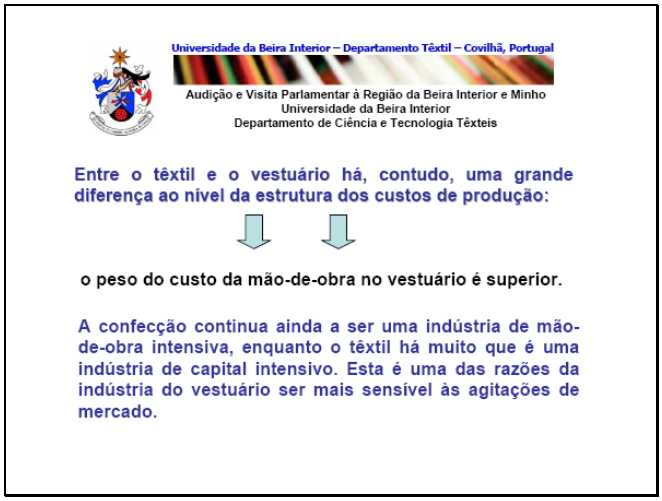
Em conclusão

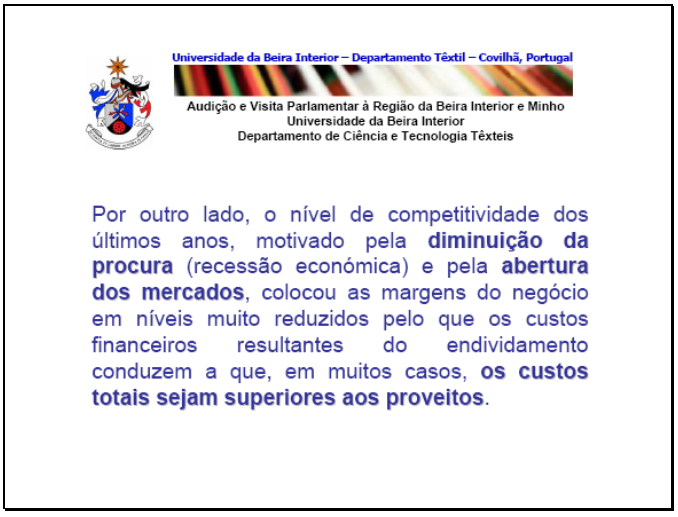
- A indústria têxtil continuará a representar uma fatia importante na economia
- Existe falta de engenheiros e técnicos
- Aposta na formação
  - A nível de licenciatura e pós-graduação
  - Formação de curta duração e orientada
  - Internacionalização da formação
- Capacidade de Inovação única no espaço europeu

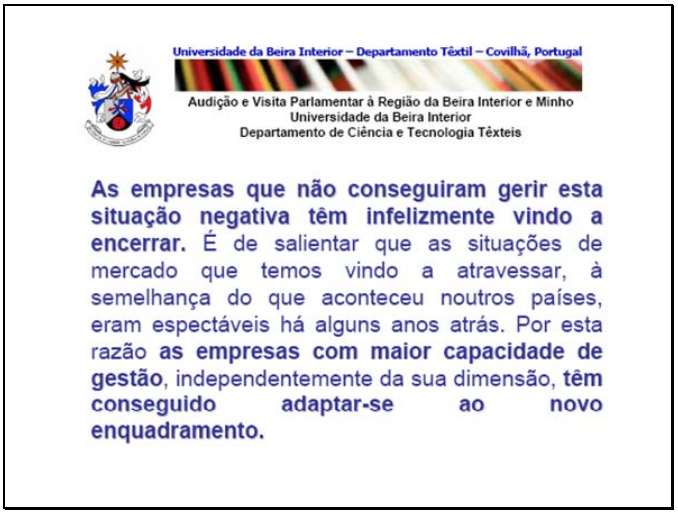
ANEXO VIII – B

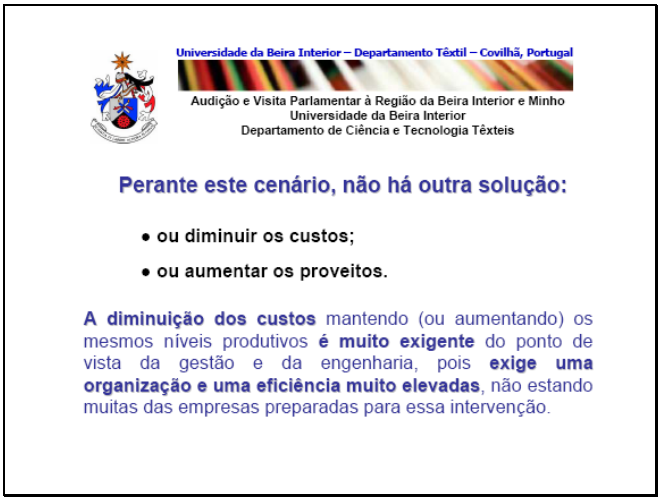
Apresentação do Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel – Universidade da Beira Interior

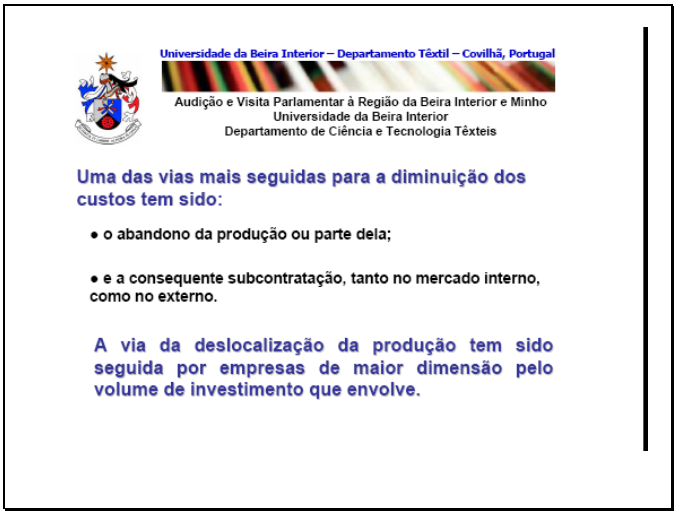
Enquadramento do Têxtil e do Vestuário Estratégias e Desafios




Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Por outro lado, o nível de competitividade dos últimos anos, motivado pela **diminuição da procura** (recessão económica) e pela **abertura dos mercados**, colocou as margens do negócio em níveis muito reduzidos pelo que os custos financeiros resultantes do endividamento conduzem a que, em muitos casos, **os custos totais sejam superiores aos proveitos**.


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
As empresas que não conseguiram gerir esta situação negativa têm infelizmente vindo a encerrar. É de salientar que as situações de mercado que temos vindo a atravessar, à semelhança do que aconteceu noutros países, eram espectáveis há alguns anos atrás. Por esta razão **as empresas com maior capacidade de gestão**, independentemente da sua dimensão, **têm conseguido adaptar-se ao novo enquadramento.**


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Perante este cenário, não há outra solução:
• **ou diminuir os custos;**
• **ou aumentar os proveitos.**
A diminuição dos custos mantendo (ou aumentando) os mesmos níveis produtivos **é muito exigente** do ponto de vista da gestão e da engenharia, pois **exige uma organização e uma eficiência muito elevadas**, não estando muitas das empresas preparadas para essa intervenção.

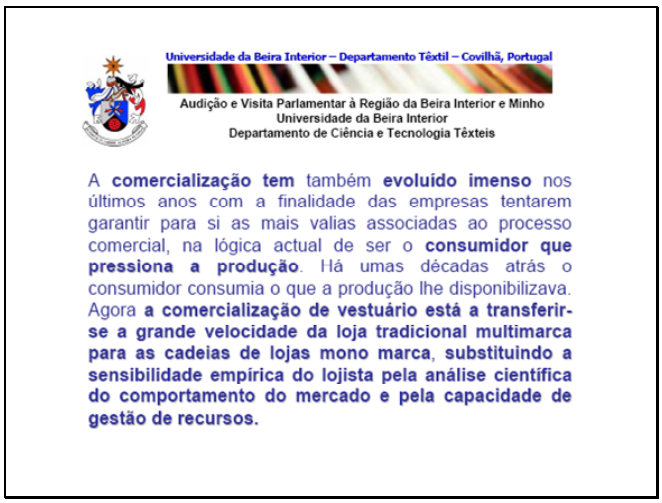

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Uma das vias mais seguidas para a diminuição dos custos tem sido:
• o abandono da produção ou parte dela;
• e a consequente subcontratação, tanto no mercado interno, como no externo.
A via da deslocalização da produção tem sido seguida por empresas de maior dimensão pelo volume de investimento que envolve.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A deslocalização relativamente à subcontratação tem a vantagem:
• do controlo da qualidade;
• dos prazos de entrega;
• dos ganhos operacionais.
A deslocalização relativamente à subcontratação tem a desvantagem:
• do investimento;
• e da assunção de compromissos.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A subcontratação no mercado interno permite a manutenção de um universo de pequenas empresas, a maioria delas com cariz familiar (daí os baixos custos operacionais), que sobrevivem enquanto as empresas de maior dimensão tiverem serviço para lhes dar, a um preço suportável.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
O aumento dos proveitos tem resultado de ganhos de produtividade ou de produção com maior valor acrescentado. Em qualquer dos casos, a gestão e a engenharia são indispensáveis para se atingirem os objectivos.
São indispensáveis:
• gestão estratégica e financeira;
• tecnologia;
• organização e racionalização produtiva;
• inovação e desenvolvimento de produtos e processos;

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
São indispensáveis (continuação):
• design;
• marketing;
• canais de distribuição.

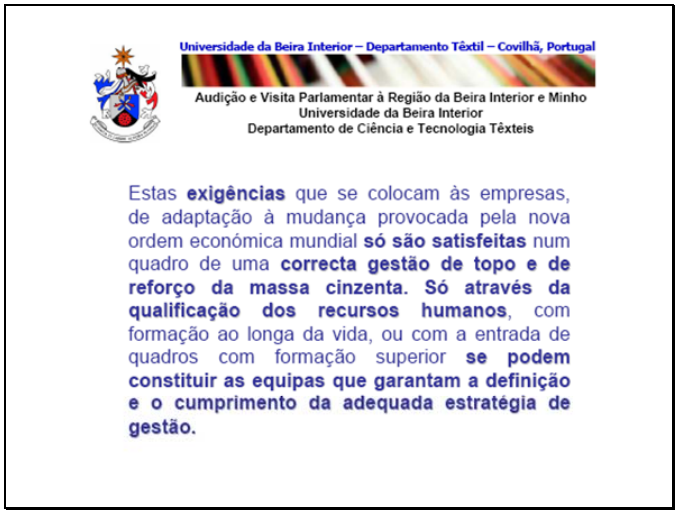

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A comercialização tem também evoluído imenso nos últimos anos com a finalidade das empresas tentarem garantir para si as mais valias associadas ao processo comercial, na lógica actual de ser o consumidor que pressiona a produção. Há umas décadas atrás o consumidor consumia o que a produção lhe disponibilizava. Agora a comercialização de vestuário está a transferir-se a grande velocidade da loja tradicional multimarca para as cadeias de lojas mono marca, substituindo a sensibilidade empírica do lojista pela análise científica do comportamento do mercado e pela capacidade de gestão de recursos.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A **adequada estratégia comercial** a par com a **estratégia produtiva e de produto são** de facto **factores decisivos para o sucesso das empresas**. Quanto melhor se conseguir chegar ao consumidor final, tanto mais controlo se tem no negócio. A distribuição massificada de vestuário está a transferir-se para as grandes superfícies por via da fidelização de clientes. ***Estas empresas,*** **controlam as colecções**, **definem os preços**, **controlam a qualidade**, **mas não produzem**, **subcontratam a produção**, onde quer que seja interessante, directamente ou através de pequenas empresas que gerem a logística.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A distribuição selectiva de vestuário ganha dimensão nas cadeias de lojas que disponibilizam um **adequado mix de produtos** sob uma **marca** que garante **modernidade**, **design**, **qualidade**, **status**, em locais acessíveis e confortáveis. **Parte desta produção é feita em empresas industriais associadas e a restante subcontratada.**

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Esta **nova ordem** da comercialização de vestuário **junto do consumidor**, em que as empresas de distribuição auscultam constantemente as indicações do mercado e gerem stocks mínimos de roupa, **pressiona a produção**, **mas também abre caminho para oportunidades** de empresas industriais se afirmarem **através da versatilidade**, **da qualidade** e **da resposta rápida** (produção em cima da colecção). **Para fazer face à procura, as empresas de distribuição apostam na "produção de confiança", onde o factor proximidade é determinante para garantir o prazo de entrega**. Nestas situações a produção sai valorizada.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Mesmo as empresas cuja estratégia comercial não passa pela distribuição directa ao consumidor, têm sentido nos últimos anos uma enorme necessidade de estar perto dos principais mercados abrindo escritórios comerciais. Mais do que vender, os negócios exigem uma prestação de serviço ao cliente.


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Estas exigências que se colocam às empresas, de adaptação à mudança provocada pela nova ordem económica mundial só são satisfeitas num quadro de uma correcta gestão de topo e de reforço da massa cinzenta. Só através da qualificação dos recursos humanos, com formação ao longa da vida, ou com a entrada de quadros com formação superior se podem constituir as equipas que garantam a definição e o cumprimento da adequada estratégia de gestão.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Muitas destas afirmações podem parecer lugares comum. São-no de facto para as empresas que não precisam de as ouvir, pois possuem capacidades instaladas e recursos humanos que lhes permitem percorrer os caminhos estratégicos correctos. Mas o universo das empresas têxteis e de vestuário nacional é muito vasto e, infelizmente, a maioria não se enquadra completamente neste grupo. É o empresário que, em primeiro lugar, tem que se decidir pela escolha das equipas.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
As exigências de sobrevivência competitiva implicam:
• quadros de gestão;
• quadros de engenharia industrial;
• quadros de inovação e desenvolvimento de produto;
• quadros de design;
• quadros de marketing.

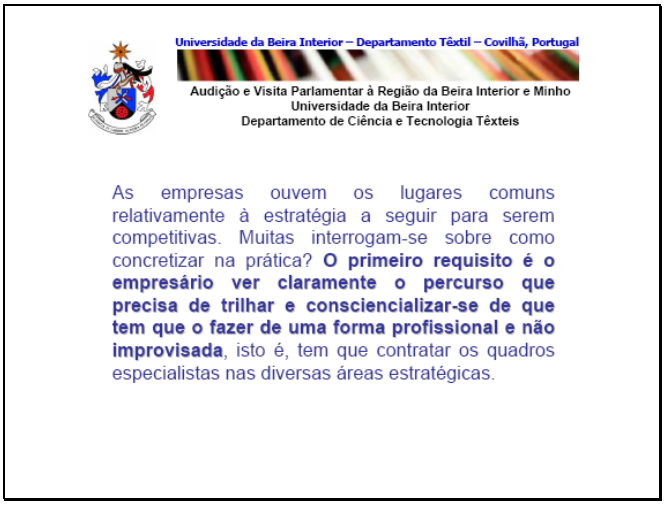
Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A UBI está empenhada em continuar a formar quadros superiores para as empresas têxteis e de vestuário, depois de ter adequado os seus cursos no âmbito do Processo de Bolonha, ouvidas que foram as associações empresariais:
• Licenciatura em Engenharia Têxtil e Licenciatura em Design de Moda;
• Mestrado em Engenharia Têxtil (opções Enobrecimento e Desenvolvimento do Produto) e Mestrado em Design de Moda (opções Têxtil e Vestuário).
Por outro lado, a UBI colabora com a ESTEBI na monitoria de cursos de especialização tecnológica (CET) para formação de quadros intermédios.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Rui A. L. Miguel
Professor Associado e Presidente do
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Universidade da Beira Interior – Covilhã, Portugal
email: rmiguel@ubi.pt

ANEXO VIII – B

Apresentação do Prof. Dr. Rui Alberto Lopes Miguel – Universidade da Beira Interior

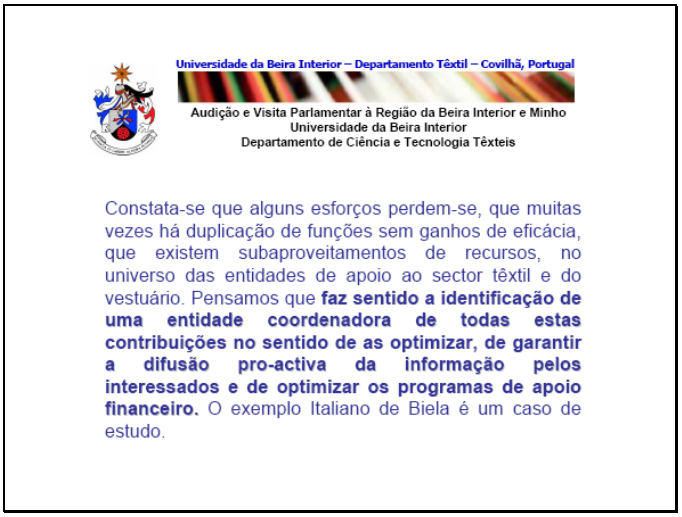
Como Subir no Valor Acrescentado?

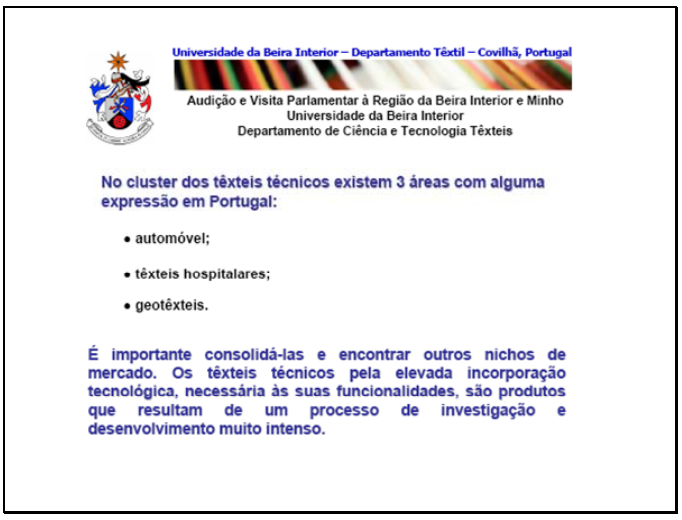


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Muitas vezes a empresa sabe as decisões que deve tomar, mas face aos investimentos envolvidos fica receosa em avançar. Necessita de ajuda financeira através de programas comunitários desenhados para essa finalidade. Estes programas devem ser facilitadores da execução do seu propósito para motivar os empresários a aderir e estarem dotados com a verba suficiente, pois o pior que se pode ouvir é "o seu projecto é excelente mas já não há verba para o apoiar".

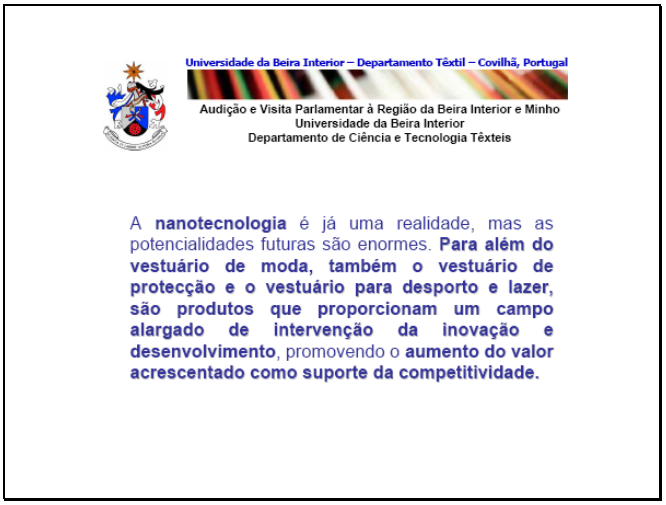
Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Neste domínio, faz todo o sentido a criação das áreas de design, de marketing e de inovação e desenvolvimento do produto na estrutura funcional da empresa. O embrião dessas áreas pode surgir através de um projecto de I&D em parceria com a universidade, cimentado a prazo com a admissão de quadros superiores, nomeadamente mestres e doutores (também passíveis de apoio financeiro). Nesta temática a ligação universidade-empresa deve ser encorajada e apoiada.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A maioria dos empresários está preocupada com a gestão corrente dos seus negócios, não tendo tempo, e muitas vezes afinidade, com os programas de apoio ao investimento. As associações empresariais devem aqui desempenhar um papel importante, conhecendo os programas e divulgando-os de uma forma pro-activa junto dos seus associados. As universidades seguramente que estarão disponíveis para colaborar.


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Constata-se que alguns esforços perdem-se, que muitas vezes há duplicação de funções sem ganhos de eficácia, que existem subaproveitamentos de recursos, no universo das entidades de apoio ao sector têxtil e do vestuário. Pensamos que faz sentido a identificação de uma entidade coordenadora de todas estas contribuições no sentido de as optimizar, de garantir a difusão pro-activa da informação pelos interessados e de optimizar os programas de apoio financeiro. O exemplo Italiano de Biela é um caso de estudo.


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
No cluster dos têxteis técnicos existem 3 áreas com alguma expressão em Portugal:
• automóvel;
• têxteis hospitalares;
• geotêxteis.
É importante consolidá-las e encontrar outros nichos de mercado. Os têxteis técnicos pela elevada incorporação tecnológica, necessária às suas funcionalidades, são produtos que resultam de um processo de investigação e desenvolvimento muito intenso.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Contudo, a inovação como garante da competitividade não se resume a produtos como os têxteis técnicos. Também no vestuário, o aumento do valor acrescentado dos produtos, se deve à inovação em termos de moda ou de novas funcionalidades obtidas pela mistura de matérias primas e/ou pelo acabamento dos tecidos.

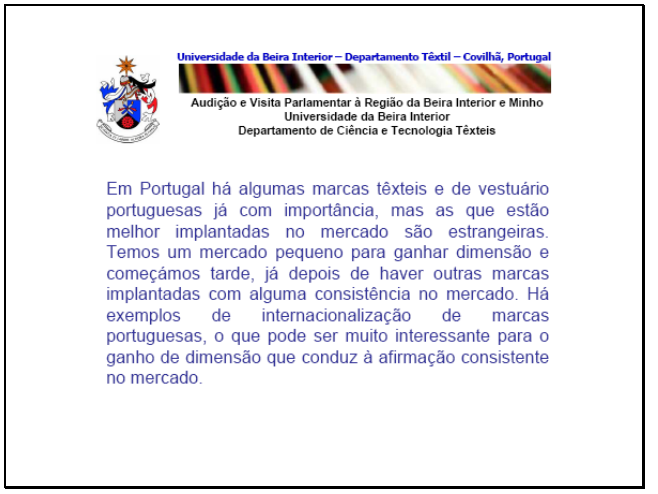

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A **nanotecnologia** é já uma realidade, mas as potencialidades futuras são enormes. **Para além do vestuário de moda, também o vestuário de protecção e o vestuário para desporto e lazer, são produtos que proporcionam um campo alargado de intervenção da inovação e desenvolvimento**, promovendo o **aumento do valor acrescentado como suporte da competitividade.**

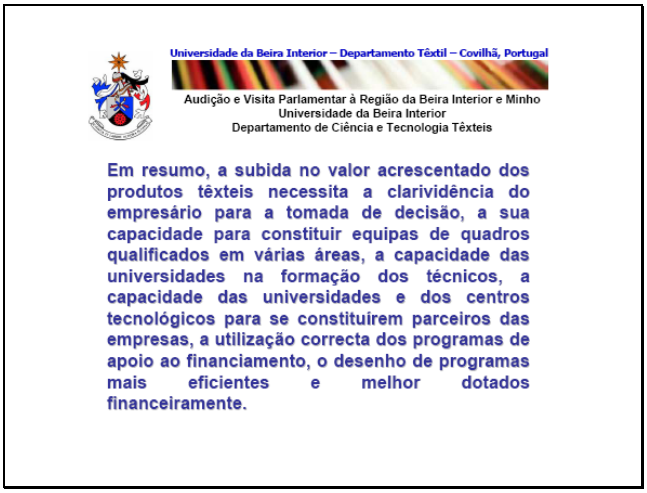
Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
A introdução da electrónica no vestuário e nos têxteis em geral, vem **permitir o aparecimento de funcionalidades** inimagináveis há uns anos atrás. **A monitorização em tempo real de funções vitais através de sensores "diluídos" no vestuário e a sua transmissão à distância permite imaginar potencialidades enormes no futuro para segmentos de mercado de alto valor acrescentado.**

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Os **recursos humanos** devidamente **habilitados** nas áreas da ciência e tecnologia têxteis, mas também noutras áreas científicas, **são indispensáveis para as acções de inovação e desenvolvimento dos projectos**. As empresas que queiram enveredar por estas áreas têm que apostar na constituição de gabinetes de I&D e engenharia de produto, bem como aos programas de apoio ao investimento.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
O design como metodologia para a concepção de produtos apelativos e funcionais para satisfazer o mercado, optimizando os materiais e a tecnologia disponíveis é uma via indispensável para o aumento do valor acrescentado dos produtos e para a competitividade. Os empresários precisam de reconhecer estas qualidades no design e as escolas têm que cada vez mais apurar a formação dos designers, no sentido de lhes conferirem também competências industriais. A certificação de qualidade, como uma garantia que a empresa dá aos seus clientes, pode ter o seu processo interno de implementação facilitado em empresas que funcionem com base em metodologias de design.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
É objectivo de muitas empresas ter marcas implantadas no mercado. Não há dúvida que o consumidor reconhece na marca os atributos dos produtos e identifica-se ou não com ela. A definição de uma marca e a sua gestão têm de ser feitas por especialistas. Também aqui não há espaço para amadorismos. A implantação de uma marca no mercado pode ser longa e cara. O segredo está em conseguir criar o seu próprio espaço pelos atributos diferenciadores dos produtos ou serviços propostos pela marca.

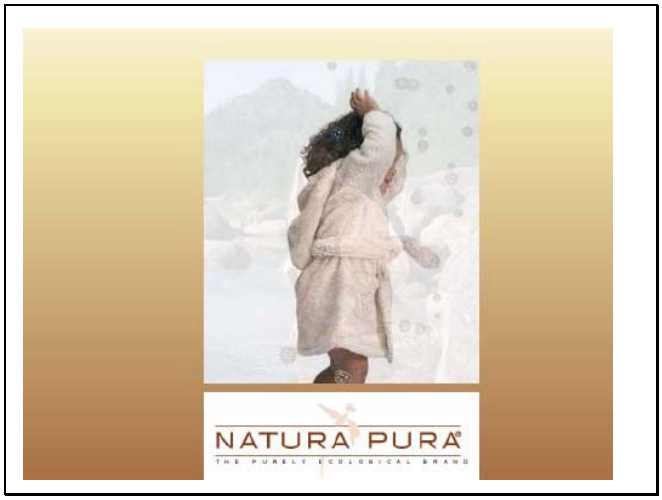

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Em Portugal há algumas marcas têxteis e de vestuário portuguesas já com importância, mas as que estão melhor implantadas no mercado são estrangeiras. Temos um mercado pequeno para ganhar dimensão e começámos tarde, já depois de haver outras marcas implantadas com alguma consistência no mercado. Há exemplos de internacionalização de marcas portuguesas, o que pode ser muito interessante para o ganho de dimensão que conduz à afirmação consistente no mercado.


Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Em resumo, a subida no valor acrescentado dos produtos têxteis necessita a clarividência do empresário para a tomada de decisão, a sua capacidade para constituir equipas de quadros qualificados em várias áreas, a capacidade das universidades na formação dos técnicos, a capacidade das universidades e dos centros tecnológicos para se constituirem parceiros das empresas, a utilização correcta dos programas de apoio ao financiamento, o desenho de programas mais eficientes e melhor dotados financeiramente.

Universidade da Beira Interior – Departamento Têxtil – Covilhã, Portugal
Audição e Visita Parlamentar à Região da Beira Interior e Minho
Universidade da Beira Interior
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Rui A. L. Miguel
Professor Associado e Presidente do
Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis
Universidade da Beira Interior – Covilhã, Portugal
email: rmiguel@ubi.pt

ANEXO VIII – C

Apresentação do Eng.º António da Silva Ressureição – Natura, S.A.



Uma questão de escolha...
•Protecção da pele de químicos nocivos;
•Protecção do ambiente;
•Posição activa enquanto consumidor consciente.

Saúde
Bem-estar
Pureza
Segurança

Design
Qualidade
Ecologia

A Comissão Europeia garante...

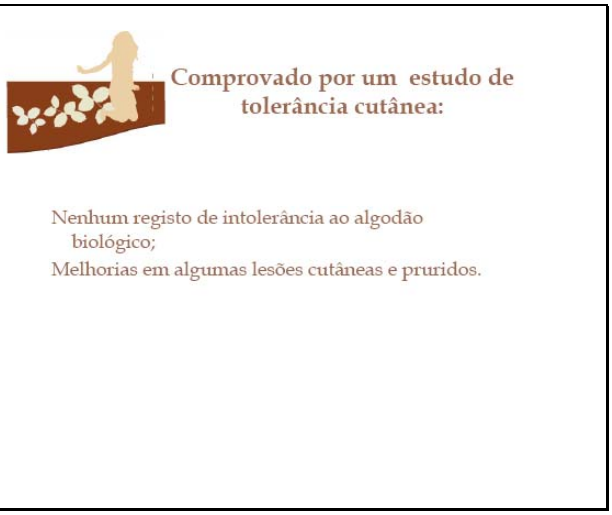
Rótulo Ecológico Europeu:

- Certificação por um organismo público independente;
- Produtos que cumprem rigorosos critérios de impacto ambiental.

Dermatologicamente testada

O algodão NaturaPura, 100% biológico e sem tratamentos químicos é:

- 100% saudável;
- 100% seguro;
- Indicado para peles patológicas.


Comprovado por um estudo de tolerância cutânea:
Nenhum registo de intolerância ao algodão biológico;
Melhorias em algumas lesões cutâneas e pruridos.

ANEXO VIII – D

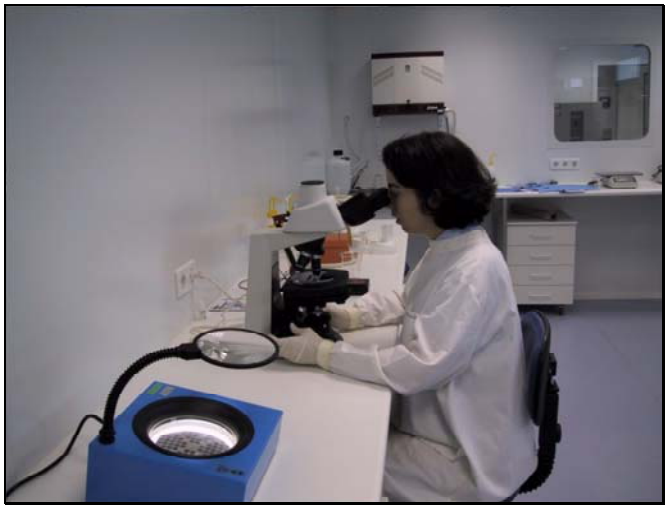
Apresentação do Sr. Orlando Lopes da Cunha – FAPOMED, S.A.

EDIFÍCIO NOVO COM ALTERAÇÕES ADEQUADAS

CONTROLE...

CONTROLE DE QUALIDADE...

MAIS CONTROLE DE QUALIDADE...



Identificação de Factores de Risco

Deve estar instalado um programa muito apertado de controle de contaminação visando os factores que influenciam a contaminação dos dispositivos médicos, para limitar a presença de micro organismos viáveis e de partículas.

A fim de não exceder os “Limites de Segurança da Esterilização” (SAL) deve estar implantado um rigoroso controle dos factores com potencial para influenciar negativamente a contaminação do produto.

Identificação de Factores de Risco

Estão identificados como possíveis contribuintes para a contaminação do produto os seguintes factores:

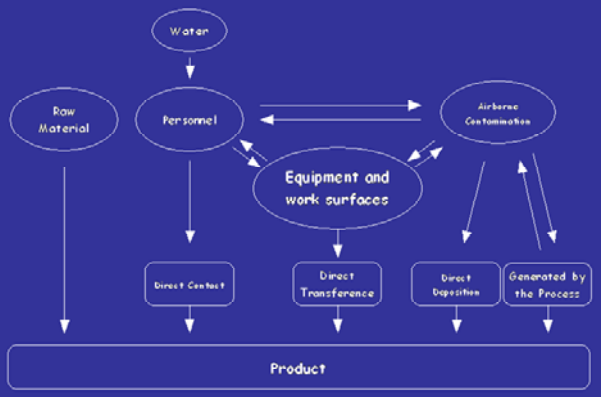
- Matérias-primas
- Equipamento
- Superfícies de trabalho
- Contaminação ambiental
- Água
- Pessoas (pessoal)

Identificação dos Factores de Risco

A interactividade entre estes factores no processo produtivo determina “de facto” como sucede a contaminação do produto.

Por isso e baseados nos procedimentos existentes durante o processo produtivo podemos estabelecer o seguinte modelo dinâmico de contaminação do produto, com a respectiva interactividade.

Identificação de Factores de Risco



Que mais pode o produtor fazer para melhorar o Controle da Infecção?

- Uma escolha adequada dos materiais
- Design e concepção
- Sterilização.

Actividades de I&D

Actividades de I&D

Áreas principais de pesquisa

- Microbiologia
- Esterilização
- Têxteis técnicos
  - Desempenho dos materiais
  - Laminados com resistência acrescida

Actividades de I&D

"BIOSTER"
I&D consórcio - programa

Determinação de parâmetros microbiológicos em dispositivos médicos

Microbiologia em linhas de produção e influência no produto final

Pesquisa sobre estudos de validação para processos de esterilização (feixe de electrões, raios gama, vapor)

Actividades de I&D

"MEDTEX"
Craft Project

Desenvolvimento de têxteis médicos re-usáveis (trilaminados) para uso no Bloco Operatório.

Desenvolvimento de produtos têxteis médicos re-usáveis (laminados) com resistência significativamente aumentada à lavagem, desinfectantes e processos de esterilização

Actividades de I & D

"STERITEX"
R&D Project

Influência da esterilização no desempenho de materiais de uso único e produtos para Protecção Hospitalar.

Desenvolvimento de produtos que possam garantir a protecção de pacientes e pessoal médico, com as características adequadas à sua aplicação final.

Quantificação e controle das alterações críticas nas propriedades dos produtos depois da esterilização.

Projectos de I&D - Partenariado

Institucional – Dispositivos Médicos
INFARMED –
APORMED –
Institucional – I&D

ITN – Instituto de Tecnologia Nuclear
CITEVE –
UM –
ITV – Institut für Textile und Verfahrenstechnik
IAF – Institute of Applied Research

Hospitais

Prelada – Hospital Dr. Domingos Braga da Cruz
IHU – Krankenhaus Reininckendorf, Instituteof Hygiene na Environmental Medicine

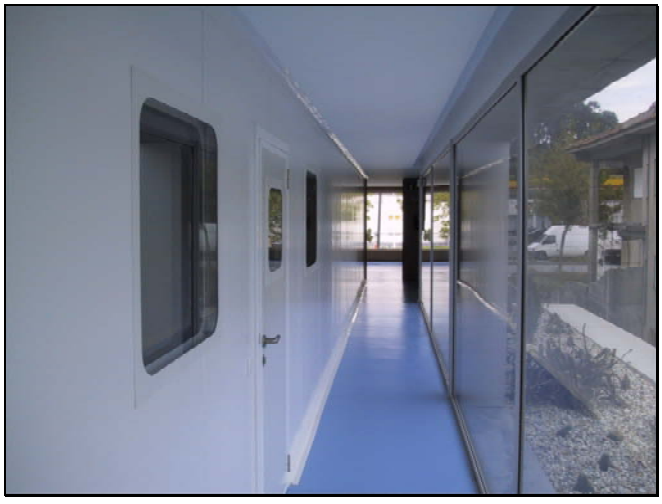
Firmas

Bastos Viegas SA
Oftalder SA
Bernard Gmbh & Co KG
Voack Ges.m.b.h & Co
Krah Gmbh & Co

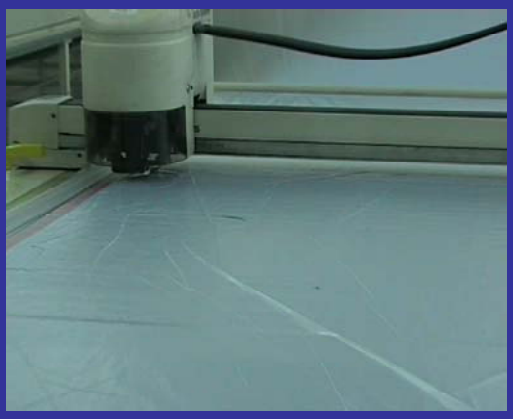
EDIFICIO ORIGINAL

EDIFÍCIO NOVO COM ALTERAÇÕES ADEQUADAS

A LIMPEZA TOTAL É FUNDAMENTAL

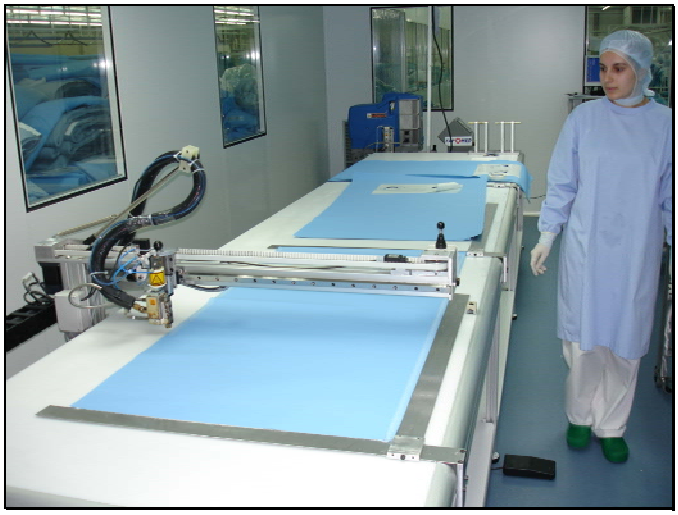


AUTOMAÇÃO REDUZ TEMPO DE PRODUÇÃO



MENOS MANIPULAÇÃO

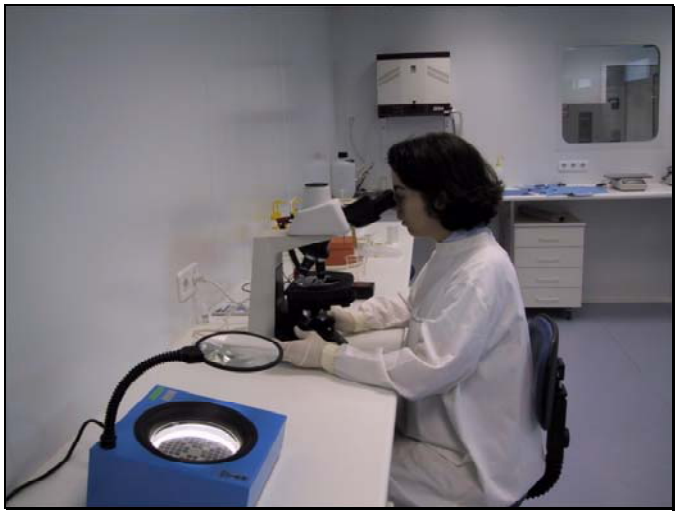
MENOS CONTAMINAÇÃO



CONTROLE…

CONTROLE DE QUALIDADE…

MAIS CONTROLE DE QUALIDADE…



Identificação de Factores de Risco

Deve estar instalado um programa muito apertado de controle de contaminação visando os factores que influenciam a contaminação dos dispositivos médicos, para limitar a presença de micro organismos viáveis e de partículas.

A fim de não exceder os “Limites de Segurança da Esterilização” (SAL) deve estar implantado um rigoroso controle dos factores com potencial para influenciar negativamente a contaminação do produto.

Identificação de Factores de Risco

Estão identificados como possíveis contribuintes para a contaminação do produto os seguintes factores:

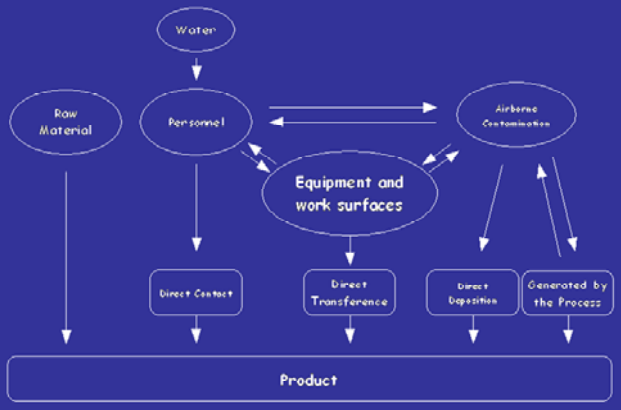
- Matérias-primas
- Equipamento
- Superfícies de trabalho
- Contaminação ambiental
- Água
- Pessoas (pessoal)

Identificação dos Factores de Risco

A interactividade entre estes factores no processo produtivo determina “de facto” como sucede a contaminação do produto.

Por isso e baseados nos procedimentos existentes durante o processo produtivo podemos estabelecer o seguinte modelo dinâmico de contaminação do produto, com a respectiva interactividade.

Identificação de Factores de Risco



Que mais pode o produtor fazer para melhorar o Controle da Infecção?

- Uma escolha adequada dos materiais
- Design e concepção
- Sterilização.

Actividades de I&D

Actividades de I&D

Áreas principais de pesquisa

- Microbiologia
- Esterilização
- Têxteis técnicos
  - Desempenho dos materiais
  - Laminados com resistência acrescida

Actividades de I&D

"BIOSTER"
I&D consórcio - programa

Determinação de parâmetros microbiológicos em dispositivos médicos

Microbiologia em linhas de produção e influência no produto final

Pesquisa sobre estudos de validação para processos de esterilização (feixe de electrões, raios gama, vapor)

Actividades de I&D

"MEDTEX"
Craft Project

Desenvolvimento de têxteis médicos re-usáveis (trilaminados) para uso no Bloco Operatório.

Desenvolvimento de produtos têxteis médicos re-usáveis (laminados) com resistência significativamente aumentada à lavagem, desinfectantes e processos de esterilização

Actividades de I & D

"STERITEX"
R&D Project

Influência da esterilização no desempenho de materiais de uso único e produtos para Protecção Hospitalar.

Desenvolvimento de produtos que possam garantir a protecção de pacientes e pessoal médico, com as características adequadas à sua aplicação final.

Quantificação e controle das alterações críticas nas propriedades dos produtos depois da esterilização.

Projectos de I&D - Partenariado

Institucional - Dispositivos Médicos
INFARMED -
APORMED -
Institucional - I&D

ITN - Instituto de Tecnologia Nuclear
CITEVE -
UM -
ITV - Institut für Textile und Verfahrenstechnik
IAF - Institute of Applied Research

Hospitais

Prelada - Hospital Dr. Domingos Braga da Cruz
IHU - Krankenhaus Reininckendorf, Instituteof Hygiene na Environmental Medicine

Firmas

Bastos Viegas SA
Oftalder SA
Bernard Gmbh & Co KG
Voack Ges.m.b.h & Co
Krah Gmbh & Co

Graças pela vossa amável atenção

FIM

ANEXO VIII – E

Apresentação da Dra Luísa Santos – RIOPELE, S.A.

FABRICA TÊXTIL RIOPELE, SA

INOVAÇÃO EM TECIDOS

GRUPO TÊXTIL RIOPELE

EMPRESA FAMILIAR QUE VEM FOCALIZANDO AS COMPETÊNCIAS NO NEGÓCIO TÊXTIL TENDO COMO PRINCIPAIS REFERÊNCIAS:

-**FÁBRICA TEXTIL RIOPELE** : EMPRESA VERTICAL COMPREENDO AS UNIDADES FIAÇÃO, TECELAGEM, TINTURARIA E ACABAMENTOS

-**OLIFIL:** EMPRESA DE FIAÇÃO

-**RPB:** EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RESPONSÁVEL PELO OUTSOURCING DE OPERAÇÕES DE CONFECÇÃO PARA OS CLIENTES RIOPELE

-**CLUBE CHOCOLATE**: EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO QUE INICIOU A SUA ACTIVIDADE NO BRASIL PROMOVENDO AS SUAS PRÓPRIAS MARCAS "ESTÚDIO CHOCOLATE ", "CHOCOLATE JEANS", "CHOCOLATE BOSSA" E MAIS RECENTEMENTE A "CHOCOLATE CARIOCA"

-**CCT:** EMPRESA RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS LOJAS "MARK STORE"

-**VICRI:** MARCA DE LUXO NO SEGMENTO DA MODA MASCULINA

GRUPO TÊXTIL RIOPELE

RELACIONADA AINDA COM O NEGÓCIO TÊXTIL

NA ÁREA DA ENERGIA

-**SARAMAGOS**: UNIDADE DE COGERAÇÃO RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO DE ENERGIA ÀS EMPRESAS DO GRUPO E À REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

GRUPO TÊXTIL RIOPELE - ASPECTOS PRINCIPAIS

- ✓ **TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA:** EXISTIMOS DESDE 1927
- ✓ **ALIADAS À MODERNIDADE E COMPETITIVIDADE:** CONSTANTE ADAPTAÇÃO TECNOLÓGICA, RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS E SISTEMAS DE GESTÃO EFICIENTES(SAP) POR FORMA A RESPONDER EFICAZMENTE AOS DESAFIOS DA CONCORRÊNCIA ACRESCIDA E DA TRANSFORMAÇÃO NOS MERCADOS
- ✓ **POSICIONAMENTO DE LIDERANÇA NA MODA E NO DESIGN DE TECIDOS PARA CONFECÇÃO:** ATRAVÉS DAS COLECÇÕES RIOPELE RECORRENDO A SINERGIAS E PARCERIAS COM OUTRAS EMPRESAS IGUALMENTE REPUTADAS NA ÁREA DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO- PARCERIA COM A EMPRESA ITALIANA BONOTTO
- ✓ **ELEVADOS PADRÕES DE QUALIDADE E AMBIENTAIS:** CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9001-2000, ÖKO-TEX STANDARD 100, EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL ISO 14001. PRODUZIR COM QUALIDADE É UM DADO ADQUIRIDO MAS PROCURAMOS FAZÊ-LO COM UMA GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS E DAS TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS.
- ✓ **CONSIDERADA UMA EMPRESA LÍDER E COM EXCELENTE IMAGEM NO CONTEXTO MUNDIAL JUNTO DAS MARCAS DE REFERÊNCIA NO SECTOR:** OS NOSSOS CLIENTES SÃO EMPRESAS REPUTADAS NO SECTOR VESTUÁRIO E DA DISTRIBUIÇÃO, ARMANI, MARELLA, MAX MARA, HUGO BOSS, KENZO, DKNY, ZARA, MANGO, ETC

GRUPO TÊXTIL RIOPELE

- ⇒ **APOSTA NO PRODUTO ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÕES PRÓPRIAS E EM PARCERIA (BONOTTO)**
- ⇒ **FORTE INVESTIMENTO NA CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS**
- ⇒ **PRODUCTO PRINCIPAL:** TECIDOS

PRINCIPAIS TIPOS DE TECIDO:

Misturas Poliester-Viscose c/Lycra
Misturas de Lã c/Lycra
Misturas Linho and Linho c/Lycra
Misturas Acrílico c/Lycra
Algodão c/Lycra
Seda c/Lycra

- ⇒ **EMPRESA DESDE SEMPRE ORIENTADA PARA E EXPORTAÇÃO**

Mercados UE and Extra-UE: 96% do Total de Produção

- ⇒ **U.E. – ALEMANHA, ITALIA E ESPANHA REPRESENTAM OS PRINCIPAIS MERCADOS**
- ⇒ **EXTRA-U.E. – E.U.A. É O MERCADO PRINCIPAL, MAS TAMBÉM ESTAMOS PRESENTES NOS MERCADOS DO JAPÃO, BRASIL, RÚSSIA, CANADÁ, CHINA, COREIA DO SUL, AUSTRÁLIA,ETC**

Portugal: 4% do Total de Produção

GRUPO TÊXTIL RIOPELE- O NOSSO MERCADO

- ⇒ **A RIOPELE É UMA EMPRESA QUE ACTUA NO MERCADO GLOBAL-** COMERCIALIZAMOS OS NOSSOS PRODUTOS NOS MERCADOS MADUROS E NOS MERCADOS EMERGENTES
- ⇒ **A NOSSA REDE DE COMERCIALIZAÇÃO –** AS VENDAS SÃO EFECTUADAS ESSENCIALMENTE ATRAVÉS DE UMA REDE DE AGENTES LOCAIS E ESTAMOS PRESENTES NA ESPANHA, FRANÇA, REINO UNIDO, BÉLGICA, HOLANDA, ALEMANHA, ITÁLIA, POLÓNIA, TURQUIA, RÚSSIA, E.U.A., JAPÃO, CHINA, COREIA DO SUL, BRASIL, COLÓMBIA, AUSTRALIA E ÁFRICA.
- ⇒ **ACTIVIDADES PROMOCIONAIS -** PARA ALÉM DOS HABITUAIS ESTUDOS DE MERCADO PARTICIPAMOS NAS PRINCIPAIS FEIRAS DO SECTOR NA EUROPA, PREMIERE VISION EM PARIS, MILANO UNICA EM MILÃO E A NÍVEL MUNDIAL, PREMIERE VISION SHANGAI.
- ⇒ **A NOSSA IMAGEM-** A EMPRESA TEM UMA REPUTAÇÃO DE COMPETÊNCIA, PROFISSIONALISMO E QUALIDADE DE SERVIÇO QUE NOS PERMITE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DOS CLIENTES MAIS EXIGENTES NO MUNDO DA MODA, DESDE DESIGNERS INTERNACIONAIS, ATÉ ÀS PRINCIPAIS CADEIAS DE DISTRIBUIÇÃO E MARCAS REPUTADAS

ESTRATÉGIA DA EMPRESA

APOSTA NA MODA E NA INOVAÇÃO

O NOSSO OBJECTIVO É SERVIR O CLIENTE OFERECENDO PRODUTOS ALTAMENTE INOVADORES. POR ESSA RAZÃO REALIZAMOS ELEVADOS INVESTIMENTOS EM DESIGN E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO.

ESTAMOS INTEGRADOS NO MUNDO DA MODA ALTAMENTE COMPETITIVO E DENTRO DO NOSSO LEQUE DE CLIENTES DESTACAM-SE AS PRINCIPAIS MARCAS DE VESTUÁRIO E DE DISTRIBUIÇÃO À ESCALA MUNDIAL, BEM COMO ALGUNS DOS ESTILISTAS MAIS CONHECIDOS COMO DRIES VAN NOTTEN OU ZAC POSEN E ALGUMAS DAS MARCAS MAIS INOVADORAS E CRIATIVAS DO MUNDO DA MODA COMO MARITHÉ FRANÇOIS GIRBAUD.

ENTENDEMOS QUE A CRIATIVIDADE TEM QUE SER PROMOVIDA E COMPENSADA. INVESTINDO NESTA ÁREA ESTAMOS A CRIAR AS CONDIÇÕES PARA A DIFERENCIAÇÃO E A MAIS-VALIA DO NOSSO PRODUTO DETERMINANTES PARA UMA MELHOR PERFORMANCE COMPETITIVA.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA

APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

RPB- ESTA EMPRESA FOI FUNDADA HÁ 3 ANOS COM O OBJECTIVO DE PERMITIR À RIOPELE OFERECER AOS SEUS CLIENTES O CONCEITO DE *"SERVIÇO COMPLETO"*. COMO APENAS PRODUZIMOS E COMERCIALIZAMOS TECIDOS SENTIMOS A NECESSIDADE DE FORNECER TAMBÉM AOS NOSSOS CLIENTES PRODUTOS CONFECCIONADOS. O SERVIÇO PRESTADO TEM QUE SER COMPETITIVO, UMA VEZ QUE OS NOSSOS CLIENTES TÊM DE *PER SE* ACESSO DIRECTO À CONFECÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO AOS MELHORES PREÇOS.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA

APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

RPB- NÃO POSSUI PRODUÇÃO PRÓPRIA, EM VEZ DISSO SUBCONTRATA TODAS AS OPERAÇÕES DE CONFECÇÃO NAS MELHORES CONDIÇÕES DE PREÇO E QUALIDADE.

SATISFAZEMOS OS PEDIDOS DOS NOSSOS CLIENTES APOSTANDO NA RESPOSTA RÁPIDA, EM *"LEAD TIMES"* COMPETITIVOS E NA PROXIMIDADE AOS MERCADOS, FACTORES QUE CONSIDERAMOS FUNDAMENTAIS PARA PRESTARMOS UM SERVIÇO ATRACTIVO.

ACTUALMENTE, E PARA ALÉM DE PORTUGAL, RECORREMOS A FORNECEDORES NOS PAÍSES DA EUROPA DE LESTE (BULGÁRIA E ROMÉNIA) E DO NORTE DE ÁFRICA.

ENTRE OS CLIENTES TEMOS NOMES IMPORTANTES DO MUNDO DA MODA COMO ARMANI OU KENZO.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA
APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

CLUBE CHOCOLATE: UMA CADEIA DE LOJAS INICIADA NO BRASIL E À QUAL ESTÃO ASSOCIADAS AS MARCAS DE VESTUÁRIO FEMININO "CHOCOLATE BOSSA", "ESTÚDIO CHOCOLATE", "CHOCOLATE JEANS" E "CHOCOLATE CARIOCA".
AS LOJAS DA CLUBE CHOCOLATE APRESENTAM UM CONCEITO QUE PRETENDE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DE UM PÚBLICO URBANO, SOFISTICADO E EXIGENTE. É POSSÍVEL ENCONTRAR NAS LOJAS, PARA ALÉM DE ROUPA, OUTRO TIPO DE PRODUTOS, COMO MÓVEIS, OBJECTOS DE DESIGN, LIVROS, CD'S , DVD'S, FLORES E ATÉ PRODUTOS ALIMENTARES. E AS LOJAS DO BRASIL TÊM RESTAURANTE.
AS LOJAS **CLUBE CHOCOLATE** LOCALIZAM-SE NO BRASIL (RIO DE JANEIRO E S.PAULO) E EM PORTUGAL (PORTO). UMA VEZ CONSOLIDADO O CONCEITO PRETENDEMOS EXPANDIR A REDE DE LOJAS PARA OS E.U.A. E A EUROPA.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA
APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

CLUBE CHOCOLATE : AS MARCAS DE VESTUÁRIO DA EMPRESA "CHOCOLATE BOSSA", "ESTÚDIO CHOCOLATE" E "CHOCOLATE JEANS" TAMBÉM SÃO COMERCIALIZADAS EM MAIS DE 100 LOJAS MULTIMARCA NO BRASIL E A NÍVEL INTERNACIONAL- COMO A SAKS FIFTH AVE. (EUA) E UM CONJUNTO DE LOJAS DIRIGIDAS AO SEGMENTO ALTO DO MERCADO.

A ESTRATÉGIA DA EMPRESA PASSA PELA AFIRMAÇÃO DA MARCA "CLUBE CHOCOLATE" ATRAVÉS DE PONTOS DE VENDA PRÓPRIOS MAS TAMBÉM ATRAVÉS DA PRESENÇA NAS PRINCIPAIS LOJAS INTERNACIONAIS, QUER NOS MERCADOS MADUROS, QUER SOBRETUDO NOS MERCADOS EMERGENTES, COMO SEJAM A CHINA, A RÚSSIA OU A INDIA.

PARA ALÉM DO *"SABOR DO BRASIL"* PRETENDEMOS PROMOVER A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESIGN DOS TECIDOS PORTUGUESES E O CONHECIMENTO DO NEGÓCIO TÊXTIL DO GRUPO RIOPELE.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA
APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

VICRI– É UMA MARCA DE VESTUÁRIO MASCULINO QUE FOI ADQUIRIDA PELA RIOPELE EM 2003. ESTÁ DIRECCIONADA PARA O CONSUMIDOR DE GAMA ALTA E ORIENTADO PARA A MODA ORIGINAL E CRIATIVA.

COMEÇOU POR SER UMA MARCA DE CAMISAS E GRAVATAS, MAS ACTUALMENTE COMERCIALIZA TODO O TIPO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO INCLUINDO ACESSÓRIOS, EVOLUINDO PARA O CONCEITO *"TOTAL LOOK"*

A VICRI ESTÁ PRESENTE NAS CASAS DE MODA DE REFERÊNCIA E NOS ARMAZÉNS DE MAIOR PRESTIGIO EM TODA A EUROPA.

PODE-SE ENCONTRAR A MARCA VICRI, POR EXEMPLO, EM ESPAÇOS COMO A SELFRIDGES, HARVEY NICHOLS OU LIBERTY EM LONDRES. MAIS RECENTEMENTE, É POSSÍVEL ADQUIRIR VICRI NA NOVA LOJA CHOCOLATE NO PORTO.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA
APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

VICRI – PRESENTE NOS MERCADOS MUNDIAIS MAIS IMPORTANTES E EM EXPANSÃO PARA MERCADOS EMERGENTES COMO A RÚSSIA E A CHINA.

A VICRI TEM UMA LOJA NO PORTO E SHOW-ROOMS EM NOVA IORQUE, LONDRES, MILÃO, ROMA, MUNIQUE E BARCELONA.

A ESTRATÉGIA DA MARCA PASSA PELA CONSOLIDAÇÃO DOS MERCADOS ACTUAIS E A ENTRADA EM NOVOS MERCADOS EM FORTE CRESCIMENTO, COMO A CHINA.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA
APROXIMAÇÃO AO CONSUMIDOR E AO MERCADO

CCT- É A EMPRESA QUE GERE O CONCEITO *"MARK STORE"*. ACTUALMENTE, TEMOS UMA LOJA "OUTLET", EM VILA DO CONDE, ONDE VENDEMOS PEÇAS DE VESTUÁRIO DAS NOSSA MARCAS CHOCOLATE E VICRI, E TAMBÉM PEÇAS DA MARCA *"MARK STORE"* A PREÇOS BASTANTE COMPETITIVOS. ESTAS PEÇAS SÃO CONFECCIONADAS COM TECIDOS RIOPELE.

O OBJECTIVO DESTAS LOJAS É VENDER PEÇAS DE VESTUÁRIO DE COLECÇÕES ANTERIORES A PREÇOS REDUZIDOS E TAMBÉM INTRODUZIR E PROMOVER PROGRESSIVAMENTE A MARCA MARK STORE NO MERCADO.

NESTE CONTEXTO ABRIMOS RECENTEMENTE UMA LOJA DO CONCEITO "MARK STORE" NA CIDADE DO PORTO, NA FOZ, DESTINADA A VENDER APENAS PRODUTOS DESTA MARCA.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA PARA O FUTURO

-MANTER A APOSTA NA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E NA CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO- A DIFERENCIAÇÃO DO PRODUTO COMO FACTOR PREFERENCIAL DE COMPETITIVIDADE

-GARANTIR UMA RELAÇÃO DE PROXIMIDADE COM O MERCADO, ATRAVÉS DE UMA COOPERAÇÃO ESTREITA COM OS CLIENTES E DE INVESTIMENTO CRESCENTE NA ÁREA DA DISTRIBUIÇÃO E NA AFIRMAÇÃO DAS MARCAS

-CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS E CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA NOS MERCADOS EM CRESCIMENTO, SEJA ATRAVÉS DAS EXPORTAÇÕES, SEJA ATRAVÉS DE FORMAS MAIS ELABORADAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA

-ESTUDO E SELECÇÃO DAS FORMAS DE ACTUAÇÃO MERCADO A MERCADO, CONSIDERANDO SEMPRE AS PARCERIAS E A COOPERAÇÃO COM AGENTES LOCAIS

-ADAPTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ÀS NOVAS MODALIDADES DO NEGÓCIO E À INTERNACIONALIZAÇÃO CRESCENTE DA EMPRESA

FÁBRICA TÊXTIL RIOPELE, S.A.
AVENIDA RIOPELE, Nº 946
4770-405 POUSADA DE SARAMAGOS
PORTUGAL
TELEF. 351 252 990990 FAX. 351 252 992170
E-mail:luisa.santos@riopele.pt
www.riopele.com

ANEXO IX – ACTAS DAS AUDIÇÕES COM OS MEMBROS DO GOVERNO

Anexo IX – A

Audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação (António Castro Guerra)

Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

Reunião de 10 de Abril de 2007

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar a nossa reunião, agora com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, que sabe que está aqui a solicitação do Grupo de Trabalho do Sector Têxtil. É com muito prazer que o recebemos.
O Sr. Secretário de Estado é acompanhado pelo Sr. Dr. Nuno Lúcio, que já esteve presente na anterior audição, e por mais dois membros do seu gabinete, um assessor e o seu chefe de gabinete.
O Sr. Secretário de Estado terá a palavra para uma intervenção inicial com a duração de 15 a 20 minutos, após o que os Deputados dos partidos aqui representados colocarão as questões que entenderem. Se for necessário, teremos uma segunda ronda de perguntas.
Tem, então, a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, para a sua intervenção inicial.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação** (António Castro Guerra): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, boa tarde.
Naturalmente, é com prazer que estou aqui, disponível para colaborar com o Parlamento, nomeadamente na clarificação de alguns aspectos. Por isso, gostava de começar por felicitar o Parlamento por esta iniciativa.
Trata-se de uma iniciativa que propicia a todos nós, parlamentares mas também membros do Governo, em particular os mais responsáveis pela área da indústria e do comércio internacional, uma boa oportunidade para reflectirmos sobre um conjunto de sectores que são da maior relevância para a economia nacional e com uma incidência territorial forte, o que aumenta a sua importância na dimensão social da problemática que o desemprego pode criar nestas regiões.
Li o relatório com muita atenção (levei a sério a vinda aqui, ao Parlamento) e, da leitura que faço do mesmo, quero salientar o espírito positivo do relatório, escrito com cuidado. Não é um relatório «bota-abaixo», digamos assim, mas é um relatório construtivo, elaborado pelo grupo de trabalho constituído no âmbito desta Assembleia da República. E, portanto, é um relatório que, eu diria, no essencial e quanto às conclusões merece o nosso acordo genérico.
Colocamo-nos, naturalmente, à disposição dos Srs. Deputados, para responder às questões que entenderem colocar-nos, mas pedia a vossa atenção e a vossa permissão para tentar responder a uma questão de fundo que está neste relatório, vinda não de todos os grupos parlamentares mas de um grupo parlamentar, no sentido de que o Governo não tem uma política industrial para o sector. Ora, eu queria convencer VV. Ex.as de que temos uma política industrial para o sector e, se acharem que não, vamos aos contra-argumentos. Se depois continuarem a achar que não temos, acolheremos da vossa parte os bons argumentos para que a possamos ter.
Não queria entrar aqui, confesso que não é da minha natureza, numa discussão maniqueísta. «As coisas ou são pretas ou são brancas» — não é essa a minha natureza. Penso que as soluções estão sempre na tangente, há sempre a solução no meio, há sempre a solução que aponta para caminhos.
De facto, temos um pensamento sobre este sector que sustenta uma visão e uma estratégia para as indústrias têxteis e do vestuário que, de resto, não é só uma estratégia, é também uma estratégia à qual temos acoplado um plano prático. E do que dele foi feito no último ano e meio vamos dar conta, isto é, relativamente a estes dois sectores, o têxtil e o vestuário em Portugal, no qual descortinámos caminhos reais de ganhos de competitividade num contexto concorrencial particularmente agressivo.
Então, se assim é, qual é a visão estratégica que o Governo adopta e partilha com os segmentos mais progressivos ligados às indústrias do têxtil e do vestuário? São eles empresas e associações, trabalhadores e seus sindicatos, universidades, centros tecnológicos e outros centros do saber que, na sua vocação natural, têm trabalhado nos últimos tempos com as empresas mais dinâmicas deste sector. Ora, do nosso ponto de vista, a globalização é uma realidade que não é reversível. Não vale a pena querermos «tapar o vento com as mãos»; ela está aí, temos é que saber lidar com ela. Nem podemos fazer juízos morais sobre estas coisas. Ela existe! Nós não podemos negar as evidências, temos é de saber lidar com ela, tirar partido da globalização. Esta é a boa postura: estudar os problemas, compreendê-los e actuar, tirando partido deles!
É uma realidade, é certo, com contornos muito particulares no que respeita às indústrias muito internacionalizadas, como são os têxteis e o vestuário, tanto em termos de comércio, como é o caso, como em termos de investimento e desinvestimento, muitas vezes manifestado em movimento de deslocalização no quadro de uma decomposição internacional dos processos produtivos que, hoje, são as regras do jogo para a maior parte das indústrias, sobretudo quando os *players* são internacionais e tiram partido das vantagens «locacionais» dos vários espaços em que têm actividades económicas, seja a montante ou a jusante, na transformação, no comércio, enfim, no que for.
A globalização é uma realidade que, se por um lado, sobretudo no curto prazo, nos períodos de transição — e é esse o período que estamos a viver, é um período de transição — encerra ameaças, e sobretudo aflora problemas sociais delicados, por outro, porventura, com algum *lack of time* tem imensas oportunidades. Temos é que nos preparar para tirar partido dessas oportunidades. E gostaríamos de sintetizar este pensamento na seguinte convicção: os produtores e concorrentes emergentes e agressivos de hoje, sobretudo porque são grandes países, são os mercados mais relevantes de amanhã. Este é um ponto de vista que não devemos ignorar, porque nós também já por lá passámos. Vale a pena olhar para a História e considerar que a indústria têxtil, primeiro, a do vestuário, depois, é o resultado de um processo de abertura de novos mercados, particularmente europeus, a uma indústria que, inicialmente, estava confinada ao seu mercado doméstico. E tirámos partido disto.
Por isso, a indústria têxtil perdeu terreno na Europa em muitos países, enfim… Ou seja, estamos hoje a viver uma espécie de uma *remake*, porventura a uma escala maior, de um fenómeno de que nós próprios já fomos protagonistas. E, então, na altura, que juízo de valor é que fazíamos sobre isto? Vale a pena ter isto como pano de fundo!
E deixem-me dizer-lhes que, ao longo dos períodos, das várias fases por que a indústria passou, considero que sempre tivemos uma grande capacidade de resistência. É disso que se trata, de resistir, tirar partido e progredir, porque está ao nosso alcance.
De facto, os novos produtores asiáticos, enfim, grandes e pequenos países, mas sobretudo os grandes, que hoje apresentam excedentes de produção têxtil — como é o caso do Japão que, inclusivamente, já passou por isto —, agora, estão a sofrer o mesmo drama! O Japão já inundou a Europa de têxtil, a Europa está a ser inundada de têxtil pela Ásia e, portanto, esta é a realidade com que vivemos.

Mas ia eu a dizer que os novos países produtores asiáticos, que hoje apresentam excedentes na produção têxtil, mundialmente exportável, amanhã, experimentarão um acréscimo acelerado de rendimentos internos das suas populações. E esses rendimentos gerarão uma procura interna não, porventura, dos produtos que lá têm mas de produtos estrangeiros, porque eles têm um fascínio pela Europa, pelas marcas europeias, pela qualidade dos produtos europeus. E é disso que devemos, exactamente, tirar partido, ou seja, tirar partido das preferências dos consumidores que cada vez são mais homogéneas sobretudo a nível das *upper* classes que, no fundo, têm níveis de rendimento disponível que lhes permite, até por razões de *status*, aceder, querendo, aos padrões de consumo e à moda europeus.

Esta visão, que é uma convicção, permite-me tirar duas conclusões: a primeira conclusão é a de que no plano das negociações sobre o comércio internacional das indústrias do têxtil e do vestuário, devemos continuar a ser firmes junto da Comissão Europeia. Não devemos ser inocentes quanto a isto, mas também temos de ter a consciência das limitações que um país único tem para «modelar a cabeça» de uma comissão ou de um comissário. O trabalho tem de ser feito, claramente, em concertação com outros países que «estão no mesmo barco» com Portugal na defesa das suas quotas de mercado na Europa e nos mercados internacionais e, sobretudo, na necessidade de penetrar em mercados diversos extra-europeus, em países terceiros.

De facto, devemos continuar a ser firmes, como, aliás, o temos sido, e eu admito, estou seguro disso, que o meu colega Dr. Serrasqueiro fez a prova disso, pelas iniciativas que o Ministro da Economia, ele próprio e eu fizemos em várias sedes na defesa do têxtil português. Porque entre nós sabemos qual é o método de trabalho da Comissão Europeia: é o método dos consensos, é um método que tem de ser trabalhado. A Comissão Europeia tem, aliás, uma autonomia decisória em relação aos países e, portanto, penso que o que se conseguiu é, de facto, um bom resultado. Não é o resultado óptimo, mas foi o possível, teve consequências favoráveis ao ritmo a que a China estava a inundar os mercados europeus.

Por outro lado, temos de batermo-nos pela defesa das cláusulas de salvaguarda, por mecanismos de práticas anti-*dumping*, sendo certo que o *dumping*, como todos sabem, é um mecanismo muito difícil de provar. E a prova disto, quer dizer, em sociedades onde vigora o império da lei, onde, realmente a prova dos factos tem de ser feita, o *dumping* não pode ser questionado de um dia para o outro, tem de se fazer a prova disso. E isso obedece a normas internacionais que têm de ser respeitadas, portanto, não depende da mera vontade, do *dictat*, de um qualquer político ou de um qualquer comissário.

Mas não estamos a dizer que devam ser excluídas, devemos batalhar para isso; criar consciência de que temos de criar regras justas de mercado, o que é uma batalha infindável. Este é um tema de todos os tempos nos debates sobre OMC, este problema do *fair trade*, do comércio leal.

Porém, mesmo que fôssemos capazes — e estamos a sê-lo em alguns domínios — de criar mecanismos de protecção, vale a pena dizer que a protecção em economias de mercado é sempre transitória e temporária. Devemos é tirar partido, no período em que ela existe, para que possamos «muscular» as nossas empresas, possamos reforçar as suas vantagens competitivas para poderem afirmar-se nos mercados internacionais. Porque a indústria têxtil e do vestuário, a que eu não chamo tradicional (ela só é tradicional, porque é antiga, sempre nos vestimos e é por isso que é antiga) tem, de facto, potencialidades imensas e está aí para perdurar…, todos nós continuamos a vestir-nos todos os dias, porventura, cada vez melhor, cada vez somos mais exigentes, e é nesta postura das preferências dos consumidores que temos de nos colocar.

A segunda ilação que eu gostaria de tirar é esta: as oportunidades geradas pela globalização dos mercados e do comércio das indústrias têxtil e do vestuário apenas serão aproveitadas se a indústria portuguesa for capaz de inovar (e esta ideia, aliás, atravessa o vosso relatório) e de se internacionalizar. Esta indústria não se pode pensar a si própria para o mercado doméstico; tem de pensar para fora do mercado doméstico, para fora da Europa, onde cinco países compram cerca de 60% da nossa produção. A diversificação dos mercados é, de facto, uma questão central do nosso têxtil: diversificar e não concentrar mercados!

Aliás, penso que este entendimento vale para a toda a indústria portuguesa. Nós «afunilámos» muito, na Europa, e somos muito sensíveis aos ciclos europeus. É preciso olhar para outros mercados, porque a dinâmica do mercado mais potente já não está na Europa, está em mercados emergentes, e é para aí que temos de olhar. Isto sem, naturalmente, descuidar o poder de compra existente na Europa e as exigências deste mercado, porque as indústrias também se qualificam com consumidores exigentes. Portanto, o contacto com a Europa é, ele em si próprio, um bem público do qual podemos tirar partido.

Esta oportunidade só está ao nosso alcance se as empresas e os seus trabalhadores — e eu sei o que é que estou a dizer: também os trabalhadores, não é só os empresários —, todos os *takeholders* demonstrarem motivação e capacidade renovadas de se colocarem num novo patamar de competitividade, por si próprias mas, naturalmente, apoiadas em políticas públicas apropriadas.

Apesar do contexto internacional adverso em que sempre se têm movido as nossas indústrias têxteis e do vestuário, se quisermos ser justos, têm tido uma capacidade de resiliência notável, ao longo dos últimos anos e desde sempre — sempre ressurgiu e só foi capaz de ressurgir e de sobreviver com vantagem.

Nos últimos 10 anos, é verdade que se reduziram cerca de 100 000 postos de trabalho, mas a produtividade aumentou. E esta redução no emprego não tem paralelo quando comparamos a evolução em termos de exportações, quotas de exportações, de valor acrescentado, de valor bruto da produção. Porque, aí, houve uma capacidade de sustentabilidade muito grande pela parte da indústria. Criamos mais riqueza com menos trabalhadores: este é o preço da eficiência, este é o preço dos ganhos de produtividade. Ou queremos perpetuar esta indústria mantendo os mesmos postos de trabalho? Vamos cá a ver! Essa é a pior das vias que podemos seguir, essa é que é a indústria que não tem futuro.

E isto só foi possível porque houve capacidade de inovação e de adaptação de muitas empresas e trabalhadores à mudança, exactamente com capacidade de resistência e de permanência no mercado.

Vale a pena ter em consideração o seguinte: claro que o mérito é das empresas, é sempre das empresas, de quem as dirige, de quem nelas trabalha. Mas, porventura estes resultados não são indiferentes aos dados que eu vos dar: nos três quadros comunitários de apoio, portanto, em cerca de 20 anos, foram investidos, mobilizados por incentivos na indústria têxtil e do vestuário, cerca de 3,5 biliões de euros (700 milhões de contos); outra constatação positiva é a de que o processo de investimento estrutural se, por um lado, implicou uma redução expressiva de desemprego, quanto ao desemprego, a sociedade portuguesa tem uma grande capacidade de o amortecer. A gestão disto fez-se com alguma tranquilidade social, sobretudo nos últimos anos. Hoje, não há mais bandeiras negras, como havia no Vale do Ave, nos anos 80 e 90 — enfim, só se as quiserem lá pôr, como é evidente —, quando se fez a transição do têxtil em sentido estrito para o vestuário, que claramente tipifica uma mudança estrutural muito grande na nossa indústria. Nós fomos perdendo importância relativa no têxtil e no vestuário e criámos o drama do trabalho pouco qualificado. Até aí tínhamos artesãos, gente tecnicamente qualificada, mas hoje temos indústrias com linhas de montagem. Esta transição, sobre a qual tenho aqui números, foi a grande mudança estrutural que nos vulnerabilizou.

Mas também é verdade que não integrando e não passando do têxtil ao vestuário estaríamos a perder qualquer coisa. Fizemo-lo, portanto, com os recursos que tínhamos, porque, se não o fizéssemos, teríamos o drama do desemprego porventura ainda mais acelerado.

Apesar do caminho percorrido, vale a pena ter a consciência de que o ajustamento estrutural nas nossas indústrias, em Portugal e nalguns países europeus, ainda não terminou. A liberalização do comércio não está concluída – aliás, as pautas têxteis do quadro da OMC estão acima das pautas de qualquer outra indústria, como sabem – e o potencial de agressividade dos novos *players* não está esgotado. Em contrapartida, as nossas empresas têm de saber ganhar novos mercados e novas quotas, sobretudo em segmentos

ainda pouco cobertos pela produção portuguesa, em nichos com grande potencial de crescimento de procura internacional. Não é para produtos banalizados que temos de orientar os nossos recursos, mas, sim, para segmentos claramente protegidos pelo crescimento estratégico em relação à agressividade internacional.
Observando o passado mais recente e não querendo minimizar a dimensão das dificuldades e a qualidade dos esforços necessários, comungamos da conclusão genérica deste relatório, no sentido de pensar que há futuro para a indústria têxtil em Portugal. Comungamos deste ponto de vista. Se não comungássemos, não estávamos a fazer nada no Ministério da Economia ou, porventura, os governos não teriam muita razão de existir, sobretudo na área económica.
Porém, afirmamos com idêntica convicção que estamos seguros de que as empresas com futuro têm de se configurar de forma diferente. Para terem mais futuro terão de produzir um têxtil diferenciado. A concorrência faz-se não nos custos, mas na diferenciação e onde esta vale a pena. Refiro-me a um têxtil que não assente apenas em vantagens de custos e, sobretudo, só em vantagens de custos laborais. Um têxtil com resposta rápida e flexível aos mercados, no fundo, não é o têxtil das grandes séries. Um têxtil criador e incorporador de moda, inovador, capaz de utilizar novas tecnologias e materiais. Um têxtil mais associado às necessidades de consumo das sociedades modernas e com maior responsabilidade social e ambiental – temos o Programa REACH aí à porta, como sabemos – e um têxtil mais amigo das tecnologias e energias mais limpas.
Ora, é esta, meus caros amigos, Srs. Deputados, a visão do Governo, uma visão felizmente partilhada, como já afirmei, pela generalidade dos protagonistas mais progressivos que povoam e dinamizam a indústria têxtil e do vestuário em Portugal.
Mas, para além desta nossa convicção, o Ministério tem vindo a concretizar um conjunto de acções de que vos darei nota, desenvolvidas em duas dimensões distintas, mas complementares quanto à coerência estratégica. Por um lado, defendendo com intransigência posições firmes na União Europeia, algo de que me vou dispensar de falar, visto que foi o tema da sessão anterior. Por outro, apoiando o fortalecimento da base competitiva das nossas indústrias nos factores críticos de competitividade, para haver sucesso no novo patamar em que temos de colocar o maior número possível de empresas.
Mas vale ainda a pena dizer o seguinte: o espaço económico das nossas empresas nunca é um espaço homogéneo. As empresas não têm todas a mesma capacidade. Nós temos vários milhares de empresas (tenho aqui os números) e não há política pública que chegue a todas as empresas. Ora, há, portanto, que fazer uma opção central. No pressuposto de que não é possível apoiar todas, a não ser nalgumas dimensões produtoras de bens públicos – e poderemos falar disso –, quando temos de tratar com empresas concretas não há «mãos» que cheguem e recursos suficientes para ir ao encontro de todas. Então, qual é a função do mercado? Coloca-se, portanto, a questão central de saber quem devemos suportar. Os melhores ou os piores? Este é o grande debate, meus caros amigos. Eu perfilho a ideia de que devemos apoiar os melhores, sobretudo aqueles que geram externalidade sobre terceiros. Ora, há uma miríade de empresas que não têm apetência nem sensibilidade informativa e a verdade é que não podemos resolver o problema da sua própria responsabilidade enquanto empresas, não nos podemos a estas substituir na vontade de progredir. O que devemos fazer é apoiar quem quer progredir. Esta é uma grande mensagem que vos queria transmitir. A não ser assim, estamos a criar um Estado paternalista do qual até já nos livrámos. Porventura, estaremos demasiado viciados em subsídios em Portugal, mas essa é uma história diferente.
Complementarmente, devemos actuar ao nível da reestruturação e do redimensionamento das empresas em dificuldade, para as quais, por um conjunto de razões, vale a pena olhar com particular incidência. Foi, aliás, isto que fizemos através do AGIR e de outras medidas extraordinárias de protecção social e de políticas relativas ao emprego nas regiões por este mais afectadas, tema que, penso, será tratado pelo meu colega do Emprego quando cá vier.
Deixem-me, portanto, falar do fortalecimento da base produtiva. Já que as questões do comércio foram tratadas pelo meu colega Serrasqueiro e as questões de emprego sociais pelo Sr. Secretário de Estado Fernando Medina, tratarei da base produtiva.
Começo por dizer que somos os responsáveis pelo que aconteceu de há dois anos a esta parte e, sobretudo, de há ano e meio a esta parte. Podemos dizer que temos alguma responsabilidade no que se passou há mais tempo, é verdade, mas, nesse caso, temos todos os que por lá passámos.
Desde 2005, e até ao final de aplicação do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia), ou seja, em cerca de ano e meio, porque o PRIME teve um período de análise e de reorientação, incentivámos 250 projectos de investimento na indústria de vestuário e do têxtil, incentivo que rondou os 65 milhões de euros e que mobilizou cerca de 150 milhões de euros de investimento. Vale a pena dizer que trabalhámos na ordem da relação directa com a empresa concreta, mas, sobretudo, na ordem da envolvente, na produção de bens públicos, naquelas medidas que geram efeitos difusores sobre um número muito maior de protagonistas empresariais. Associámo-nos, naturalmente, ao CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal) e às associações empresariais na mediatização de um conjunto de instrumentos e de acções que o Estado resolveu delegar neles pela via da contratualização. É este o caminho que temos de seguir, isto é, o de multiplicar a nossa capacidade de chegar ao mercado através de pontos focais muito centrados em centros de saber, ou seja, em associações. É esta, pelo menos, a minha visão do problema.
Em complemento, respondendo a um tema muito trabalhado no vosso relatório, e bem, uma das respostas possíveis às regiões de monoprodução é a aposta na diversificação. Não sei se têm conhecimento, por exemplo, que nas regiões do Ave, do Minho e do Tâmega, onde há muito têxtil, o novo PRIME, no período 2005-2006, atraiu investimentos fora da actividade têxtil que atingiram os 750 milhões de euros. Mas dou-vos mesmo exemplos, como o da IKEA, que vai criar muito emprego, a Quimonda, que é um grande exportador, a Blaupunkt, que também o é, e a Continental-Mabor, que é uma empresa de referência internacional. Por outro lado, é lá que se está a desenvolver o novo *cluster* da indústria portuguesa, que é o *cluster* eólico. Viana do Castelo será uma nova realidade num futuro próximo, porque está ali a nascer uma nova vertente industrial que vai criar cerca de 1000 postos de trabalho directos e 1700 indirectos. Já não falo, sequer, da riqueza que vai ser criada com todo o potencial eólico que há naquela região.
Mais do que o volume de recursos financeiros públicos alocados ao sector, devemos salientar que eles foram orientados em função da nossa visão estratégica, que consiste em promover a inovação e qualificar os recursos, duas componentes fundamentais para a internacionalização. Ou seja, a qualificação dos recursos humanos e a inovação são os ingredientes que potenciam que a empresa passe a competir em mercados internacionais, visto que, neste sector, ou se é internacional ou não se é. É um problema de tempo. Deste ponto de vista, o Governo não perdeu tempo.
O Programa Dínamo foi uma criação do governo anterior, mas concordámos com ele e estudámo-lo. Fizemos, contudo, algo de diferente, porque o governo anterior pensou-o e nós pusemo-lo a funcionar. Reconhecemo-nos, contudo, na bondade do Programa Dínamo, que tem sido a nossa forma de intervenção concertada sobre a indústria têxtil.
De forma muito breve, direi que o Programa Dínamo foi exposto publicamente no final de 2005, integrando três eixos de intervenção: imagem e internacionalização, qualificação de recursos humanos e empreendorismo e investimento em inovação e desenvolvimento. Vale a pena dizer que este não é um mero sistema de incentivos, mas antes, pela primeira vez no sector, uma forma concertada de actuação, porque envolve o Estado, as associações e as empresas para a criação de uma nova visão estratégica, que é evolutiva por definição. Este Programa, por outro lado, acolhe muitos recursos alocados e mediatizados pelas próprias associações e pelos parceiros locais.
Os resultados, por outro lado, são interessantes. Sobre o domínio da internacionalização não falarei, porque suponho que o meu colega já a ele se referiu. Mas, por exemplo, no plano da inovação, o plano da I&DT, os caminhos percorridos com a ajuda do novo

PRIME são, em muitos domínios, pioneiros. Os caminhos são pioneiros e inspiram a visão de uma política que podemos ter para o futuro.
Pela primeira vez, assistimos a um alargamento do número de empresas que desenvolveram I&DT, sendo de realçar que se constituíram oito NITEC (Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial) no sector têxtil. Registaram-se bastantes patentes ao longo deste período, mediatizadas pelo GAPI (Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial) que está inserido no CITEVE, e também no âmbito do SIME IDT (Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial — I&DT) surgiram novas empresas que se propuseram desenvolver inovação em consórcio com as universidades e com o CITEVE. Promovemos, nesta área, investimentos da ordem dos 5 milhões de euros de incentivos e quanto à formação houve uma mudança estrutural. A formação tinha sido daquelas zonas mal trabalhadas pelo PRIME antes de chegarmos ao Governo. Consultem os dados do PRIME e verificarão que demos um impulso fabuloso à formação, a cujo chamamento o têxtil também aderiu. Em colaboração com as associações e com o CITEVE, desencadeámos no PRIME uma onda de procura de acções de formação.
Juntamente com isto, lançámos o INOV Contacto e o INOV Jovem, ao mesmo tempo que o CITEVE, juntamente com a Microsoft, está a desenvolver *software* orientado para a indústria têxtil.
Last but not least, tivemos 665 empresas, ao nível de quadros de topo e de gestão, envolvidas em formação, no quadro do Programa AGIR. Os empresários perderam a vergonha de receber formação e vieram às nossas acções de formação.
Tenho aqui alguns dados sobre o redimensionamento de que posso falar depois, quando responder às vossas questões, mas queria dizer-vos como é que isto «joga» com o QREN. De todo o modo, como já falei muito tempo, deixamos isso para depois.
Para acabar esta primeira intervenção, queria dizer que temos uma visão estratégica. O novo PRIME deu-nos um pensamento particular que pode ser replicado em sede do QREN. Não pretendemos um programa só para o têxtil, mas tirar partido dos instrumentos do QREN, orientando isto para a «clusterização», para a qualificação e densificação do *cluster* do têxtil e do vestuário em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, peço desculpa pela minha insistência no sentido de serem respeitados os tempos, mas a sua intervenção durou 30 minutos e eu queria dar oportunidade aos Srs. Deputados de poderem colocar as questões que entendam.
Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, de facto, ao longo de quase dois anos, este grupo de trabalho tem vindo a acompanhar o sector, tem ouvido vários intervenientes — as empresas, os representantes dos trabalhadores — e, agora, numa ponta final, estamos a auscultar os representantes do Governo que, de uma forma ou de outra, tocam na actividade deste sector no seu dia-a-dia.
Estive a ouvir com muita atenção o Secretário de Estado e gostaria de fazer alguns comentários relativamente ao que disse.
Eu próprio também considero que o relatório é positivo — de facto, acho que o que interessa aqui é passarmos uma mensagem positiva para o sector — e, da nossa parte, mereceu acordo, não genérico mas na sua globalidade, porque participámos activamente na elaboração do mesmo, tendo feito as recomendações que considerámos importantes.
Percebi que há uma visão, um olhar, sobre o sector relativamente à política consequente, sobre que, depois, gostaria de questioná-lo mais em concreto porque parece-me que, aqui, o mais fácil é olhar para o sector, «tirar uma fotografia» e perceber o que se lá passa.
Gostaria de dizer ao Sr. Secretário de Estado que não percebo por que é que há uma desvalorização relativamente às questões do desemprego, porque, de facto, não pode existir. Isto não é uma questão de haver ou não «bandeiras». Recordo ao Sr. Secretário de Estado que o Vale do Ave tem cerca de 14% de desemprego neste momento. Se este não é um número que incomoda e é preocupante, penso que, então, nada o será.
Estas questões da diversificação são todas muito bonitas de dizer mas, relativamente ao grande volume de investimento alternativo que acabou de referir, está a situá-lo todo a mais de 100 km. de distância do Vale do Ave e nem sei a que distância da Cova da Beira, regiões estas que são, de facto, as duas onde a monoindústria têxtil é dominante. Por isso, interessante era ouvir aqui alguns exemplos de todos esses esforços de captação de investimento alternativo que, de facto, dessem resposta a estes 14% de desemprego no Vale do Ave, a todo este conjunto de empresas que vão encerrando, e o mesmo em relação à zona da Covilhã e do Fundão, onde também existe outro núcleo forte de indústria têxtil.
Quando diz que, para o futuro, não estão previstos programas específicos de apoio ao sector mas, sim, muito mais transversais, questiono é a resposta para estas duas regiões. A ideia é afinar e desenvolver o potencial que um *cluster* dos têxteis tem? Se é, então, há que investir no novo têxtil do século XXI, mas investir aí mesmo. Não vejo como é que as eólicas de Viana do Castelo dão uma resposta aos desempregados de Fafe, de Guimarães, de Famalicão e por aí fora.
Portanto, gostaria que explicasse melhor em que consiste essa questão da «clusterização», se, depois, o exemplo que me dá é no domínio das eólicas e não tanto deste sector.
Gostaria, ainda, de dar nota do seguinte.
Como é óbvio, há aqui um conjunto de problemas que se precipitaram desde a abertura do mercado. Desde Janeiro de 2005, houve um factor de perturbação, provavelmente porque, tal como noutros países, o sector não estava preparado e sentiu grandes dificuldades com a invasão dos produtos chineses.
Mas não deixa de ser sintomático um exemplo que vou passar a expor.
É porque, desde aquele momento de abertura dos mercados, houve países que foram reagindo de forma diferente e que foram criando mecanismos específicos para este sector.
Em 2005, a Itália e a Grécia tiveram iniciativas nesta área. Já em 2006, a Espanha lançou uma nova linha de apoio, específica para o sector têxtil, na ordem de 900 milhões de euros.
A verdade é que, em Portugal, nada se fez. Continuamos a refugiar-nos em programas de «banda larga» dos quais, quando estamos a analisar um sector específico, é extremamente difícil retirar dados específicos, concretos, para o sector que está em causa.
Isto também tem a ver com algo de que não falou mas vai falar a seguir, tem a ver com saber-se como vai ser o futuro do QREN, ou seja, se, nos próximos anos, vamos ou não ter programas que sirvam para reconversão, para apoiar os melhores.
Concordo com o Sr. Secretário de Estado quando diz que se deve apoiar os melhores, mas também se deve criar condições para que todos possam ser bons.
Ora, quando estamos a falar nisto, temos de distinguir claramente a realidade existente, sobretudo nestas duas regiões: é difícil chegar às empresas que têm 10 ou 20 pessoas que trabalham num vão de escada, pois estão a ser subcontratadas. Para estas últimas é preciso uma outra resposta porque este tipo de emprego desaparece.
Dentro da estratégia que o Sr. Secretário de Estado referiu como sendo os traços de actuação do Governo, a questão da marca e da moda, devo dizer-lhe que são coisas muito interessantes e importantes.
A este propósito, aproveito para dizer que, no fórum da têxtil, o CITEF, em Setembro de 2005, tive oportunidade de ouvir o Sr. Ministro da Economia sobre aquelas questões e, desde logo, fazendo algumas promessas do que iria ser criado no sentido de dar instrumentos às empresas para poderem enveredar por aí: era o fórum da moda, que ainda não existe; era o centro de inteligência para a moda e os

nanotêxteis, que ainda não existe; era o selo «dínamo», que ainda não existe; era o «gabinete dínamo», no Porto, que não encontro em lado nenhum.
É muito fácil e interessante falar de estratégias e de acções no geral mas, depois, quando confrontamos com o que o Governo foi dizendo a uma plateia de empresários no local próprio, como é o CITEF, em Setembro de 2005, verificamos, passado quase um ano e meio (estamos em Abril de 2007), que os tais instrumentos que concretizariam a dita estratégia e a política industrial que o Sr. Secretário de Estado diz que existe, não existem, de facto.
Não posso deixar de fazer um comentário relativamente ao QREN que me preocupa e que com certeza irá comentar depois.
Quanto ao Programa Operacional Factores de Competitividade, que, penso, é de onde irá emanar a maior parte do apoio para toda a economia portuguesa e, nomeadamente, também para este sector, não deixa de ser engraçado verificar que quem coordena isto a nível do Governo não é o Ministro da Economia mas, sim, o Ministro de Estado e da Administração Interna.
Na verdade, para as questões da qualificação das pessoas, temos o Ministro do Trabalho mas, no que se refere às questões da competitividade da economia, temos a tutela do Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna. Gostaria, portanto, de perceber como é que, depois, se faz esta articulação.
Ao longo destes quase dois anos de trabalho que temos desenvolvido, temo-nos deparado sempre, por parte dos parceiros, com a questão de saber quem é que é o nosso interlocutor, a quem é que o sector pode dirigir-se para falar dos vários problemas, evitando esta dispersão que existe. É que, conforme o assunto, é uma «capela» diferente e, depois, falta aqui a integração.
Penso que o QREN, pela forma como está organizado, vem criar novamente mais do mesmo, ou seja, para as questões da competitividade, o interlocutor passa a ser o Sr. Ministro da Administração Interna.
Fico por aqui e, depois, colocarei mais questões na segunda ronda de perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Venda.

A Sr.ª **Teresa Venda** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, muito obrigada pela visão sobre o sector que nos deu.
Como coordenadora do grupo de trabalho , gostava de salientar que o mesmo foi promovido por iniciativa do Partido Comunista Português. Faço-o, porque não está presente o nosso colega do PCP, apesar do seu interesse, precisamente por se encontrar noutra iniciativa da Comissão de Economia que decorre em simultâneo.
Gostava de referir também que, no âmbito da coordenação do grupo de trabalho que iniciou funções em 2005, todas as audições foram realizadas poucos meses depois da tomada de posse deste Governo portanto, algumas visões que tivemos do sector foram adquiridas antes de algumas iniciativas que, entretanto, o Governo já desencadeou, e acho que é preciso registar esse facto.
Concretamente em relação à área em que o Sr. Secretário de Estado está envolvido, gostava de referir duas questões que constituem uma preocupação para mim, como coordenadora do grupo .
No âmbito deste grupo de trabalho, tivemos oportunidade de verificar que o sector dito tradicional é um sector de elevada tecnologia que tem núcleos de ponta em grande desenvolvimento, quer tecnológico quer de *design*, e que, neste período de ajustamento e com muitos apoios que o Estado deu ao longo dos três Quadros Comunitário de Apoio, houve empresas que conseguiram ganhar o tal «músculo» e que, hoje, competem no mercado internacional. Digamos, então, que o que são ameaças para algumas empresas constitui hoje oportunidades para estas últimas que conseguiram fazer subir a sua produção na cadeia de valor. Portanto, penso que estas empresas precisarão de continuar a contar com políticas públicas que as ajudem a manter essa capacidade competitiva no mercado global.
Recordo dois aspectos que nos foram especialmente acentuados, um dos quais creio que está a ser ultrapassado.
Começando pelo ponto que penso esta a ser ultrapassado e que importa às empresas exportadoras, como entidades credores de IVA. A demora da recuperação do IVA origina problemas de financiamento que oneram os custos e prejudicam a sua competitividade. Ora, creio que o Governo já dinamizou iniciativas no sentido de antecipar a recuperação do IVA.
Um outro aspecto que nos foi referido por essas empresas que estão bem posicionadas para competir no mercado global, tem a ver com o custo dos factores, nomeadamente da electricidade que, quando comparado com a vizinha Espanha, é mais desfavorável para Portugal. Sei que há políticas que o Governo já está a desencadear no sentido de tornar mais competitivo o preço dessa energia, mas, repito, estou a referir aspectos que nos foram suscitados por estas empresas.
No trabalho que desenvolvemos reconheço um «défice», apesar das audições públicas realizadas nas regiões do têxtil e da sua divulgação não conseguimos ouvir uma parte do sector que considero mais frágil em termos empresariais, o das pequenas empresas que têm menos de 50 trabalhadores mas que representam 80% do sector. Sentimos que é entre as pequenas e as microempresas, onde há maior debilidade para vencer este grande desafio que nos é posto pela globalização.
Como o Sr. Secretário de Estado disse, não podemos «pôr uma porta», a globalização está aí e temos de preparar as empresas para lhe resistirem. Sabemos que, em face da abertura e liberalização do mercado, o processo de ajustamento provoca, de facto, desemprego e, como referiu, o processo de desemprego, territorialmente, tem peso em termos sociais.
Já depois de concluído este trabalho, fui convidada, a participar numa mesa redonda promovida por um grupo internacional que está a fazer uma abordagem do impacto da globalização e da deslocalização nestes territórios.
Uma mensagem de um participante de uma associação que estava presente foi a de que estão a ter problemas com as suas sub contratantes. Estão a assistir ao encerramento de algumas o que lhes criava problemas na produção. Estas grandes empresas que competem no mercado internacional são as próprias a recorrer a fornecedores internos funcionando num processo de clusterização. As razões invocadas para o encerramento decorriam da complexidade do processo de licenciamento e exigências em termos físicos, designadamente no que respeita às instalações e que agora emergiam na sequencia de acções de fiscalização em curso. Sublinhou que há determinadas exigências que as empresas médias e de grandes dimensão conseguem resolver rapidamente, mas que podem tornar inviáveis as pequenas unidades .Com isto, não estou a sugerir que Portugal deve aligeirar as regras, mas sabemos que o mercado europeu é, provavelmente, o mercado produtivo com mais regras, o mais fiscalizado, e, agora, está a abrir-se a mercados que têm poucas ou nenhumas regras, não cumprem os mínimos de garantias sociais e ambientais….
Neste contexto considerando que devem respeitar-se as normas de segurança no trabalho, de higiene, etc, mas reconhecendo o ónus da burocratização existente, gostaria de saber se o Governo no processo de desburocratização que está a ser encetado, está a considerar a tomada de medidas, que possam aliciar as pequenas empresas a manterem-se em actividade, não se afastando, eventualmente, para a economia informal, ou até a chamá-las da economia informal para a economia formal, na medida em que se transmite uma imagem mais facilitadora da permanência no mercado.
Esta é uma questão que não está reflectida no nosso relatório porque nos foi suscitada posteriormente no âmbito da reunião que referi.
Colocava uma outra questão que tem a ver com as perspectivas futuras em termos do QREN, que apoios vão ser disponibilizados em termos de instrumentos financeiros que, precisamente, facilitem o aumento da competitividade das nossas empresas no mercado global.
Concordo com o Sr. Secretário de Estado em que é preciso apoiar as empresas boas. Temos de procurar fomentar as boas empresas, mas acredito que também devemos apoiar as empresas que apesar de alguma fragilidade mostrem capacidade de empreendorismo e que estando neste processo de «clusterização» que apontou, possam ser parceiros na indústria têxtil e do vestuário de um mercado

mais global. Assim, pergunto se o Sr. Secretário de Estado prevê medidas que possam robustecer as capacidades, o *know-how* e a formação desta parte do nosso sector empresarial, medidas que possam apoiar as pequenas e médias empresas, pois acredito que têm de ter uma oportunidade. Uma oportunidade às empresas e às regiões dominadas por esta monoindústria. Acredito que devemos apoiar a diversificação, mas também valorizar e apoiar as empresas capazes de sustentar no conjunto global parcerias com as grandes empresas que são *players* em termos internacionais.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor.

O Sr. **Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor**: — Gostava de «agarrar» uma questão muito pertinente que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro colocou. É evidente que, só quem não me conhece é que pode pensar isso, eu não sou insensível às questões do emprego e do desemprego, mas, com todo o respeito, para cada questão os seus instrumentos e as suas políticas.
No fundo, temos é de calibrar os instrumentos para dizer o que é que vale ou não a pena estar de pé, até do ponto de vista do custo social, para questões de desemprego. Tenho a experiência vivida de salvar temporariamente 2500 postos de trabalho na Corda da Serra e hoje não está qualquer empresa de pé. Foi um mero álibi, pois fecharam e isso custou caríssimo.
No fundo, parece-me que a resposta a isto é a de termos bons instrumentos na dimensão social, na reconversão dos postos de trabalho, na qualificação, na diversificação de actividades, porque em bom rigor se nós quisermos ser razoáveis o nosso drama está menos no têxtil e está mais no vestuário.
E o vestuário, Srs. Deputados, é uma indústria que, do ponto de vista tecnológico, tem economias de escala muito baixas. É possível ter um têxtil com qualquer dimensão e nas indústrias em que as economias de escala não são relevantes a mortalidade e o nascimento de empresas é a regra do jogo e para sobrevivermos melhor. Queremos que tudo sobreviva? Não há recursos que cheguem e para isso e a pergunta que colocamos é a seguinte: então qual é a dinâmica do mercado? E qual é o papel calibrador do mercado? Temos de arranjar aqui um equilíbrio para isto.
Dou razão ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro e com isto respondo a um outro problema que colocou sobre a visão e o futuro. Penso que há espaço — e deve haver — para que na zona de maior incidência têxtil tenhamos uma acção integrada a inscrever em sede de QREN para ajudar a qualificar o número máximo de empresas sendo certo que temos de pôr as melhores a puxar por isto tudo.
Portanto, o que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que, no fundo, devemos tirar partido das iniciativas e isto tem de nascer dos territórios. Eu não acredito em soluções paternalistas, quando elas são impostas de cima «morrem na praia».
São balões de ensaio efémeros que custam, aliás, imenso dinheiro. Acredito e há aqui espaço para que estas zonas se pensem a si próprias com os sectores mais dinâmicos, se enquadrem nas regras do jogo do QREN que há-de vir aí e proponham uma forma de se inscreverem no «bolo» que há a repartir, mas em cima da visão e esta é partilhada, nós temo-la, o Governo tem-na e os sectores dinâmicos têm-na.
Aliás, o projecto Dínamo é um bom cadinho laboratorial que pode explodir com maior incidência territorial, porque os *clusters* têm sempre uma incidência territorial, a proximidade cria uma cultura, um caldo de relações, o que nós temos é de olhar para as instituições que já estão, ver como é que elas podem trabalhar melhor umas com as outras para passarmos da dimensão de incentivo da célula ao tecido, ou seja, densificar as relações.
Quer dizer, em vez de atacarmos empresa a empresa, atacarmos a envolvente, a produção de bens públicos. É porque só no vestuário temos cerca de 9000 empresas. Então, como é que se pode lidar ao mesmo tempo com todas elas? É fisicamente impossível, não há burocracia que chegue, não há recursos suficientes.
Desse ponto de vista, vale a pena dizer o seguinte: dou nota de que o Ministério da Economia, através do IAPMEI, está, neste momento, envolvido no projecto têxtil dos tais 2015 com estratégias para impulsionar a cooperação internacional para a indústria do têxtil e do vestuário portuguesa, em parceria com a ANIVEC, com a APIV, com o ATP, com o CITEV
Mas, porventura, há aqui espaço para qualificar mais o próprio *cluster* e, desse ponto de vista, tenho boas notícias para vos dar, que resultam exactamente daquilo que acabou de referir. O centro de neotecnologias do CITEV foi aprovado há dois meses e deverá ser articulado com o novo centro ibérico de investigação que está instalado no Minho. O centro de inteligência da moda já está a decorrer um projecto-piloto no sentido de criarmos uma infra-estrutura que seja verdadeiramente de estudo, de observação e de prospectiva para o têxtil, porque o têxtil exige muita prospectiva. É preciso conhecermos as grandes tendências, não só de mercado mas também de moda, de *design*. Temos um projecto-piloto que cabe na geração das novas tecnologias que se podem inscrever no QREN.
Sobre o QREN colocaram uma questão sobre o poder. Ora, é evidente que em política as questões do poder são relevantes, mas gostaria de vos dizer o seguinte: quem desenhou o Programa Operacional Temático Factores de Competitividade foi o Ministério da Economia. Eu próprio coordenei esse grupo de trabalho. Valorizam-se muito as circunstâncias de o Ministro não estar a coordenar este texto de intervenção… Simbolicamente isso é capaz de ter algum significado, mas o Ministro faz parte do grupo de coordenação do apoio automático da competitividade e do grupo de trabalho que coordena os programas regionais e aí terá sempre uma palavra a dizer no plano da coordenação política, que é aí que esses grupos intervêm, além de que as instituições do Ministério da Economia são actores dinâmicos na prossecução e na implementação do próprio Programa.
Não devemos dramatizar isto, porque estamos lá para tirar partido das oportunidades.
Foi aqui colocada a questão das micro e das pequenas empresas… Ora bem, nem todas as empresas numa indústria se colocam estrategicamente da mesma maneira no mercado. Aliás, o Michael Porter trouxe a esta discussão o conceito de grupos estratégicos e o que é um grupo estratégico? É um conjunto de empresas que se posicionam no mercado pelas mesmas formas, protegendo-se de barreiras à mobilidade e de agressões por formas muito semelhantes.
O paradoxal, no meio disto tudo, é que o número de empresas têxteis até aumentou nos últimos anos no nosso país! É um paradoxo, mas é um facto: aumentou! Reduziu o emprego, mas, repito, aumentou. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que a dimensão média baixou e que a escala não é relevante; quer dizer que atacar isto passa por criar um conjunto de condições na envolvente que gerem externalidades e bem públicos das quais elas possam tirar partido.
Parece-me que a iniciativa de densificar o *cluster* territorialmente circunscrito nestas regiões é claramente a forma como podemos abordar o problema no horizonte do QREN.
Quanto ao IVA, é, de facto, um problema relevante estar a suportar este custo, esta falta de liquidez que coloca problemas no dia-a-dia das próprias empresas.. O Sr. Ministro das Finanças está muito sensível ao argumento, pelo que espero e desejo que se encontre uma solução rápida para ele.
Quanto à questão do custo dos factores, se os Srs. Deputados compararem os custos da energia em Portugal, é verdade que temos uma desvantagem em relação a Espanha. Mas nós estamos a conquistar quotas de mercado em Espanha… E será que podemos ter uma política energética sectorialmente orientada? O que defendemos é que devemos criar condições para não penalizar sobretudo os sectores que estão sujeitos à concorrência internacional.
Acredito que a dinâmica concorrencial que se está a criar no sector da energia deverá criar condições para que tenhamos num horizonte, não muito longínquo, energia relativamente mais barata do que aquela que teríamos se esta política que estamos a pôr de pé não fosse accionada.

Em particular, quero dar-vos conta de duas medidas que trarão redução das tarifas: primeira, vão deixar de incidir sobre os custos da energia as rendas dos terrenos titulados pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos); foi revista esta remuneração para os terrenos — o que vai baixar não muito significativamente mas um pouco os custos da energia.
A segunda medida traduz-se no processo de titularização das concessões do regime hídrico que, basicamente, levaram à necessidade de regularizar um problema que não se resolvia, desde 1995. É, no fundo, saber quem são os titulares das concessões das barragens. Nós conseguimo-lo porque chegámos à conclusão de que o valor residual das barragens até ao final dos CAE (contratos de aquisição de energia), relativamente aos quais — foi dada a opção às empresas — poderia ser recuperado com indemnização ou com prolongamento da concessão. O mecanismo da qualificação da concessão e da definição, a final, do período da concessão permite criar um NPV (*Net Present Value* ou VAL na terminologia portuguesa) que é superior ao valor residual dos próprios contratos.
Com isto, conseguimos um montante na casa dos 700, 800 milhões de euros que vão ser afectos ao défice tarifário e, como o Sr. Ministro já disse, vão ter uma dupla finalidade: primeiro, reduzir o défice tarifário; segundo, ser um estabilizador de tarifas no horizonte intertemporal quando, por exemplo, a tarifa tenha de subir porque houve menos chuva, quando os preços dos factores de produção de energia possam subir de forma incontrolada no mercado internacional. Portanto, um estabilizador em paralelo com o fundo da hidraulicidade que ainda está em vigor.
Portanto, acredito que possamos ter num futuro próximo energia mais barata. Mas a partir da opção que fizemos em criar um regulador que fixa tarifas, que são custos efectivos e aditivos, as coisas têm de estar lá, temos é de mexer no enquadramento da política que leva o regulador, com aquelas condicionantes, a fixar tarifas mais baixas. Acredito que isso possa vir a acontecer, também em consequência do facto de termos mais energia para o mercado livre com as oito centrais de ciclo combinado que estão a ser construídas, de o MIBEL ter dados passos significativos e, portanto, de a importação de energia mais barata em Espanha poder «concorrenciar» os incumbentes nacionais. Portanto, parece-me que daqui há-de resultar um efeito favorável.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos a uma segunda ronda de perguntas de três minutos cada uma.
Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, registo algumas informações que trouxe relativamente a algumas questões que estávamos à espera, desde Setembro de 2005 e que estão agora a dar alguns passos.
Também é importante registarmos quando as coisas são feitas e gostaria também de realçar duas coisas que disse: uma, quando disse que, na sua opinião, no próximo QREN nas regiões onde a mono-indústria tem um peso determinante, deve haver, de facto, uma actuação estruturada para responder às necessidades dessa região.
A questão que lhe coloco é a seguinte: uma vez que a economia «está no QREN», como disse, como é que isso se vai concretizar? Vai haver um programa operacional? Está previsto ou é só uma opinião, uma vontade sua, neste momento? Como é que isso se vai concretizar?
Isto leva-me novamente a falar da questão do QREN para dizer que compreendo que o Sr. Secretário de Estado queira desvalorizar esta questão da coordenação, mas a verdade é que, depois de ouvirmos a satisfação que o Sr. Ministro do Ambiente evidenciou pelo facto de ser ele a coordenar todo o QREN, é óbvio que politicamente é muito relevante o facto de a competitividade não estar entregue ao Ministro da Economia mas, sim, ao Ministro da Administração Interna.
É um sinal político negativo que se envia para toda a economia portuguesa, porque, se nas questões que dizem respeito à valorização das pessoas está o Ministro que tem a tutela da formação, se está também envolvido o Ministro das Finanças, que, ao fim e ao cabo, é por onde passa o dinheiro para tudo isto, não faz qualquer sentido — e o Sr. Secretário de Estado vai desculpar-me que insista nisto — que no Programa Operacional da Competitividade não seja a economia a liderar, independentemente de estar presente. Mau seria se o Sr. Secretário de Estado hoje nos dissesse aqui que, de facto, a coordenação é do MAI e que o Ministério da Economia nem sequer estava presente. É óbvio que está presente, agora não está é com a relevância que devia ter, porque era um sinal diferente que se dava para a economia.
Gostava de colocar-lhe duas questões: uma que resulta do relatório, que tem a ver com a questão das contrapartidas, com o facto de se envolver também este sector no processo das contrapartidas à Lei da Programação Militar, que acho que era uma questão interessante e que eu gostaria de ver resolvida aqui, e uma outra que tem a ver com as questões ligadas à necessidade de privilegiar as empresas de responsabilidade social e à questão do *made in* na etiquetagem, do país de origem, que seria bastante importante no sentido de criar, à partida, uma diferenciação do local em que o produto é feito.
Uma vez que falou que o Dínamo pode ser a grande aposta aqui, gostaria ainda de saber qual é o dinheiro, qual é o orçamento, que está afecto a este programa no meio de todo este «bolo». Ou seja: no novo Dínamo do novo QREN, quanto é que, de facto, está previsto que este programa venha a gerir?
Uma vez que também falou da importância da formação no PRIME, que, de facto, assumiu, a partir de Setembro de 2005, esta vertente da formação profissional nas empresas, gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos pudesse dar os dados relativamente ao que é que vai acontecer às inúmeras candidaturas que estão aprovadas sem dotação orçamental. Estamos a falar num volume significativo de candidaturas de empresas. É que de Setembro a Janeiro as candidaturas despachadas e aprovadas tem dotação orçamental, depois houve meses e meses de candidaturas aprovadas sem dotação orçamental.
Primeiro, queremos tentar perceber porque é que demora oito e novo meses para analisar candidaturas, quando na própria legislação está previsto que há um prazo máximo de 45 dias, e, segundo, queremos saber que resposta é que há para todas estas empresas que, para além de terem esperado meses e meses pela resposta à sua candidatura, são agora confrontadas com o facto de ela estar aprovada, mas não ter dotação orçamental, ou seja, de não haver o tal incentivo, para tentamos perceber se é esse o *modus operandi*, se são esses os instrumentos que vão prevalecer depois de 2008.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar esta ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Ventura Leite.

O Sr. **Ventura Leite** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, os meus cumprimentos a V. Ex.ª e à sua equipa.
Mais do que colocar questões, quero transmitir preocupações.
O Sr. Secretário de Estado referiu, e parece-me que correctamente, que a globalização é hoje uma realidade, portanto não vale a pena discuti-la do ponto de vista de emissão de juízos, mas deve ser olhada como uma oportunidade.
Também referiu que este «filme» que estamos agora a ver já o vimos no passado e outros países também já o viram. Mas há aqui uma questão que me preocupa, que é a seguinte: houve um primeiro choque com entrada de produtos asiáticos. Esse choque foi contido, mas, conforme disse, as possibilidades dos países asiáticos também não estão esgotadas. Ou seja: a esse choque, provavelmente seguir-se-á um segundo e um terceiro nos próximos 10 ou 15 anos, porque o potencial que há naquela área do mundo é absolutamente cósmico.
Ora, isto coloca-nos a seguinte questão: do ponto de vista do sector têxtil e do vestuário nacional, quando fizermos um esforço para olhar a 15 ou a 20 anos, não devemos ser absolutamente rigorosos na análise do que é que pode ser feito de têxtil neste período na

Europa. Ou seja: daqui a 15 ou 20 anos, em que condições é que Portugal pode produzir têxteis e vestuário na Europa, sendo certo que também a China e a Índia vão evoluir tecnologicamente? É que esses países também vão fazer um esforço, porque, entretanto, também terão outros contendores, outros países que vão concorrer na América Latina e na África.
Portanto, a questão que coloco é esta: deve ser seguida uma política de apoiar efectivamente os melhores? Os problemas sociais têm de ser resolvidos, não pelo sector têxtil, mas num quadro de outras políticas de estímulo à economia — estímulo local. Não é um problema que caiba ao sector têxtil resolver. O sector têxtil tem o seu problema, que é: o que é que Portugal pode ser em termos têxteis daqui a 15 ou 20 anos, sabendo que há um custo de desenvolvimento e que outros países europeus também já perderam este sector?
Portugal pode ter um sector têxtil, há efectivamente uma oportunidade que tem futuro, mas só tem futuro num país pequeno se as políticas forem de absoluto rigor do ponto de vista da aplicação dos recursos apenas naquelas empresas que têm possibilidades de ser inovadoras e não para mitigar situações, para que, daqui a 10 anos, não se diga que se gastaram 1000 milhões de euros e que foi apenas um «balão de oxigénio».
Concorda que, de facto, a política tem de ser de absoluto rigor e que a articulação entre universidades, centros tecnológicos e empresas inovadoras tem de ser do melhor a nível mundial, porque, se assim não for, estaremos a adiar o problema do sector têxtil apenas por uma década?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, a Sr.ª Deputada Teresa Venda, quer colocar-lhe uma breve questão, por isso dou-lhe a palavra antes da iniciar as suas respostas.

A Sr.ª **Teresa Venda** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, é apenas para aprofundar uma ideia que V. Ex.ª aqui deixou.
O Sr. Secretário de Estado referiu, com muita propriedade — e nós também tivemos oportunidade de nos confrontarmos com isso —, que as nossas empresas têxteis têm mostrado uma grande capacidade de resistência, e a maior parte das empresas que contactámos e que estão bem são empresas que têm duas, três e quatro gerações, portanto são empresas familiares, mas que têm sobrevivido neste mercado global. Ora, elas sobreviveram e chegaram a esta altura, porque evoluíram para uma técnica que o sector automóvel nos trouxe, que foi a produção *just in time.*
Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado disse que eram precisas políticas para as empresas criarem «músculo». Não sei se pode aprofundar, porque, como muito bem disse, procuramos que este relatório tenha uma perspectiva positiva.
Gostava de registar políticas que o Governo está a dinamizar que sejam incrementadoras da inovação e da prestação de um serviço.
As empresas têxteis que abordámos todas elas consideram que, para além de serem uma indústria, são hoje prestadores de serviços, porque põem o produto na hora certa e em tempo, portanto tudo isso é para outras empresas que não têm esta capacidade, este *know-how*, esta inovação e esta dinâmica. Portanto, a questão que lhe coloco é esta: que políticas que podem ajudar a criar «músculo» é que podem ser criadas para aquelas empresas que estão no limiar de ser apoiadas, porque têm viabilidade?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Teresa Venda, começo pela sua questão. Se consultar as estatísticas sobre a demografia das empresas em Portugal, nos Estados Unidos ou em qualquer país do mundo, em indústrias em que as economias de escala são baixas, verificará que a taxa de mortalidade é elevadíssima e a taxa de natalidade também. Por exemplo, em alguns países, ao fim de cinco anos, cerca de 70% delas já não existem e já nasceram outras tantas. Esta é a realidade do mercado.
Portanto, a política económica vista deste lado da competitividade deve orientar-se para resolver o problema da morte das empresas? Ou deve antes orientar-se para que aquelas que tem a capacidade de sobreviver e de gerar estabilidade devam ser melhores? Este é o grande debate que temos de fazer.
O que é que quero dizer com isto? Os instrumentos da competitividade são instrumentos orientados para a eficiência, não se podem, misturar com os instrumentos orientados para a equidade e para as dimensões sociais. As políticas têm de ser calibradas em função das suas funções. Deixemos respirar o mercado, mas sem descurar a dimensão social dos problemas que o mercado cria. Esta é que é a questão. Senão estamos a misturar tudo.
Eu gastei imensa energia e mobilizei milhões de contos para a corda da Serra da Estrela a poupar o «impoupável» e as empresas estão fechadas! Eu, basicamente, estive a pagar salários, porque os donos das empresas fugiram, não quiseram saber delas. E o drama social era dramático. Agora, isto resolve-se com outros instrumentos.
É por isso que digo que devemos criar instrumentos de banda larga, que basicamente geram bens públicos, geram estabilidades e efeitos de demonstração, e instrumentos mais selectivos.
Respondendo agora à questão colocada pelo Sr. Deputado Emídio Guerreiro, no que se refere aos pólos de competitividade, acho que o conceito de pólo de competitividade ou de *cluster*, como lhe quiser chamar, que tem sempre uma incidência territorial, pode ser um instrumento, a forma de olhar particular, construindo um discurso mobilizador ou orientador, porque esse é o papel do Estado. Eu, se fosse empresário, não me imagino a dizer ao Estado o que é que eu devia fazer ao dinheiro. Eu acho que há qualquer coisa que está errada no meio disto tudo. A cada um as suas responsabilidades. O Estado tem a sua visão do problema e, em função disso, aloca recursos e tenta mobilizar o máximo de agentes para isso.
Agora, quando fala de intervenção, eu vejo uma intervenção que nasce de baixo. Quer dizer: não se pode definir um *cluster* em cima da secretária na Horta Seca. Eu acredito numa dimensão mobilizadora das forças mais vivas das regiões, que se pensem a si próprias, que assumam elas próprias as suas responsabilidades e que, em cooperação com o Estado, construam uma visão e a alimentem. A cada um as suas responsabilidades.
Eu acho que ao Estado deve caber a função de produzir bens públicos ou de ajudar a produzi-los, e, naturalmente, aos empresários cabe as escolhas mais íntimas a fazer no interior da própria empresa. Quem gere a empresa é o dono, são os gestores. Penso que a chave de tudo isto é qualificação, qualificação, qualificação.
Se houve qualquer coisa que não esteve certo na nossa democracia depois do 25 de Abril — desculpem-me este desabafo — foi não termos tido a clarividência de ver que um país sem recursos naturais só tem um recurso que é sustentável, que são os recursos humanos. E nós aqui falhámos todos.
O nosso drama hoje é que a montante disto tudo estão os homens e as mulheres pouco qualificados, está o nosso capital humano e depois os valores. Há uma perda de confiança e de responsabilidade, que fomos perdendo ao longo do tempo. Acho que hoje a questão da responsabilidade está um bocado quebrada, a questão da confiança está um bocadinho quebrada, mas, em cima disto tudo, temos um défice de capitalização humana terrível, basta olhar para as estatísticas. E é no vestuário que esta incidência é maior. Porque, no fundo, trabalhar com uma máquina de costura trabalha-se em casa. Temos, portanto, de qualificar. Diversificar e qualificar um *cluster* são as grandes acções para as regiões de mais mono-indústria. Esta é a minha visão de outro ângulo.

Portanto, o que vai acontecer em matéria de pólos de competitividade é que vão ser definidos critérios a que devem oferecer. Acho que um pólo de competitividade tem de ter no *backoffice* instituições de qualidade e de formação, universidade e centros de pesquisa. Um pólo de competitividade não pode ser — desculpem a expressão — um bodo aos pobres, que nasce como os cogumelos. Só onde houver instituições que os suportem é que devem ser aprovados. Nós temos de definir regras, para que as iniciativas que vêm debaixo possam ser acolhidas, sendo certo que só devem ser acolhidas as melhores, porque, senão, vamos ter um pólo de competitividade em Freixo de Espada à Cinta, para caricaturar o argumento. Nós, portugueses, temos o condão de transformar boas ideias em péssimos resultados. E acho que desta vez não podemos falhar. Não há pólos de competitividade para tudo, por isso temos de apostar num número manejável deles, com recursos que os musculem.

Vou, se me permitem, ser um pouco selectivo nas questões colocadas. O Sr. Deputado Ventura Leite pôs a questão… Acho que as forças mais dinâmicas do sector têxtil e do vestuário têm uma visão clara do futuro e, portanto, penso que devemos… Acho que a China tem um exército de mão-de-obra que nunca mais acaba, porque, no fundo, tudo começou no litoral, está a invadir os campos e quando chegar lá ao interior… Aquela reserva nunca mais acaba. É evidente que isto há-de ter um ajustamento. Eles vão perder competitividade no tempo, mas o ajustamento assintótico vai ser muito lento, porque aquilo é muito grande, tem uma grande reserva.

Portanto, só há uma forma, que é fugir daquilo que fazemos rapidamente e qualificarmos as coisas, em concertação entre as empresas, que têm de produzir coisas diferentes, melhores, e as instituições, com os instrumentos que possam ajudar a alavancar a vontade da sociedade civil, porque é esta que tem de fazer isto.

Por que é que não tiramos mais partido das coisas? Acho que há sempre uma *gaspillage* grande de recursos, quando estas coisas não são completamente queridas e não vêm de baixo. Elas têm de vir de baixo, têm de ser sentidas e não podem ser abandonadas. Vou dar-lhe o exemplo do Centro de Estudos Têxteis Aplicados (CENESTAP), que faliu. Por que é que faliu uma coisa daquelas, que é importante para recolher estatísticas, para fazer perspectiva? Porque viveu sempre de subsídios do Estado.

Oiço muitas vezes — desculpem o desabafo — dizer-se: «Mas as pessoas não têm dinheiro, os sócios não me pagam quotas». Mas não podemos dar ouvidos a argumentos destes. Quem não tem dinheiro não têm vícios. Se não se pagam as quotas é porque o serviço prestado aos associados não é reconhecido pelos próprios associados. Há que inverter isto tudo, porque senão temos sempre uma visão paternalista do problema. Responsabilidade, responsabilidade, responsabilidade: acho que é combate que temos de fazer. Temos de libertar a sociedade civil, não sermos paternalistas, mas libertá-la. Aliás, uma das grandes reformas deste país é libertá-la.

Sobre a questão de criar «músculo», vejam se consigo passar a seguinte mensagem: há dois conselhos económicos que é preciso perceber. Uma coisa são as vantagens comparativas, que estão ao alcance de qualquer empresa; outra são as vantagens competitivas.

O que são vantagens competitivas e o que é as distingue das outras? Uma vantagem competitiva é qualquer coisa que a empresa cria dentro de si a partir da vantagem comparativa. Ou seja, transforma um bem público num bem privado, numa *ownership advantage*. Ora, o drama da nossa indústria é o de que, basicamente, a vantagem competitiva confunde-se com a comparativa. Quer dizer, trabalha-se pouco a qualidade dos factores no interior da empresa. Porquê? Por causa do capital humano.

Se falhamos até agora, doravante, seja quem estiver a comandar os destinos do País, a qualificação dos recursos deve ser a grande prioridade, não deve ser abalada por ninguém, deve ser sustentável, porque esta é a via para a modernidade, é a via para as oportunidades a que todos têm direito numa sociedade democrática.

Quanto às questões da formação, vou falar do passado e do futuro.

Primeiro falo do futuro. No Programa Operacional temático da competitividade só temos Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Poderão perguntar: «Então e a formação que é financiada pelo FSE?». Há duas respostas: se os projectos são integrados, ou seja, se o projecto de investimento tiver uma componente de formação, isso significa que 10% dos recursos de FEDER podem ser alocados a acções de qualificação de recursos humanos; se o projecto for não integrado, se for de formação simples, há candidaturas ao Fundo Social Europeu, portanto, no fundo ao eixo capital humano. Este é o futuro.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que os programas são monofundo e não multifundo e isto é um imperativo comunitário. Não estou a dizer que é boa opção, mas é a opção comunitária.

Em relação ao passado, o Sr. Deputado terá conhecimento que quando tomámos conta destes programas tínhamos o Programa de Incentivos à Modernização da Economia praticamente descapitalizado, não tínhamos recursos e aportámos ao PRIME cerca de 1 bilião de euros adicionais, de resto, um processo de engenharia financeira, sem quaisquer conotações, cumprindo as regras do jogo.

A minha experiência nesta matéria diz-me que, nas rectas finais dos campeonatos dos QREN, há sempre o risco de *overbookings*, criando uma responsabilidade diabólica, por coincidência, sobre o Orçamento. O Estado, o Governo português não pode correr o risco, com o combate que está a fazer ao défice, de herdar situações que, noutras legislaturas, foram resolvidas pelo Orçamento — sei do que é que estou a falar.

Portanto, abrimos concursos para os quais alocámos orçamentos. Sr. Deputado, acha que posso controlar o número de candidaturas num concurso aberto? Tenho é que seleccionar as melhores, não é?

Vou dar-lhe um número: tenho 32 projectos que vão ser descondicionados, tenho 124 para descondicionar. Durante este mês de Abril aqueles para os quais houver recursos serão aprovados. Aqueles que não tiverem recursos serão claramente recusados não por que não tenham mérito, mas porque, porventura, não há dinheiro e, como os recursos são escassos, é assim que tem de ser feito. Qual era a alternativa? «Empurrar a barriga para a frente» e afectar isto ao Orçamento de Estado. Mas não estamos em condições de o fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, muito obrigado pela frontalidade e pela clareza com que respondeu a todas as questões que aqui foram colocadas e reitero o que disse ao seu colega que o antecedeu: foram muito úteis os esclarecimentos que teve a amabilidade de prestar a esta Comissão, os quais vão ser enriquecedores para o trabalho do grupo de trabalho do sector têxtil. Quero, por isso, em nome de todos os Deputados, agradecer a sua vinda à nossa Comissão e cumprimentar e agradecer também a todos os seus colaboradores.

Termino, pedindo aos serviços que distribuam o texto do Sr. Secretário de Estado pelos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas.

DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

Anexo IX - B

Audição do Sr . Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

Reunião de 10 de Abril de 2007

O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor faz-se acompanhar de um elemento do Conselho Directivo do ICEP, o Sr. Dr. Rui Marques e do Sr. Subdirector Geral da Direcção Geral de Empresas, o Dr. Nuno Lúcio.

O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor (Fernando Serrasqueiro) congratulou-se com a possibilidade de poder debater um dos sectores tradicionais mais importantes do país, que é o sector ligado aos Têxteis e ao Vestuário.
Deu conta de qual tem sido, em termos de política pública, a estratégia e as medidas que foram sendo tomadas, tendo em atenção a valorização e a reestruturação desta importante Fileira.
A estratégia do Ministério da Economia, relativamente à Fileira, assenta em três vectores: a Reconversão, o Reposicionamento e a Reciprocidade.
A primeira estratégia de Reconversão foi tratada, na audição, pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação. Excluiu, portanto, a área da Produção da sua intervenção.
Disse que a área do Reposicionamento visava colocar os têxteis num novo posicionamento, em termos de mercado mundial, mas esse reposicionamento é condicionado pelas regras do próprio comércio internacional, com todas as limitações que os diferentes mercados podem impor à entrada de produtos, neste caso portugueses e do sector Têxtil.
Quanto à área promocional, o Secretário de Estado referiu que a sua responsabilidade se cinge, ao nível de empresa, ao marketing e ao marketing externo, visto que tem responsabilidades na área da promoção no estrangeiro.
As medidas para apoiar a promoção no estrangeiro foram sintetizadas num programa chamado "Exportar Mais". Esse programa centra-se em três aspectos: um apoio financeiro à internacionalização, aquilo que se chamou SIME INTERNACIONAL, que se situa ao nível micro (nível das empresas, com candidaturas individuais); as parcerias com as associações e medidas de carácter geral que têm a ver, sobretudo, com o efeito pedagógico para levar muitas das empresas portuguesas, PME, especialmente, para outros mercados.
E, para isso, foram lançados programas específicos, a que o Têxtil pode recorrer, nomeadamente o "ABC MERCADOS" que é um programa inicial, que concede um incentivo financeiro para que as empresas comecem a sua fase exportadora. Estiveram presentes nesta acção 125 empresas desta Fileira ITV.
Foi também criado um tipo de programa vocacionado para determinados mercados e já dirigido a empresas, no início do seu processo exportador ("VENDER EM**…**").
Por usa vez, o "INOV-CONTACTO", é um programa que procura incentivar licenciados e técnicos a realizar estágios no estrangeiro, em diferentes áreas e em diferentes países, nomeadamente sectores de ponta.
Há também um programa em parceria com a AIP - "COMEÇAR A EXPORTAR" - que se destina a empresas portuguesas que são encaminhadas para o processo de exportação, com todas as informações e cautelas que cada mercado indicia.
Os apoios em termos financeiros foram de 25 milhões de euros para o "SIME INTERNACIONAL" e de 4 milhões para o "DÍNAMO".
Quanto ao apoio à Internacionalização da Economia o incentivo foi de 18 milhões de euros, no caso específico para a Fileira Moda.
O "SIME INTERNACIONAL" que era de 25 milhões, teve duas fases: uma fase em que foram atribuídos 15 milhões e outra fase em que foram atribuídos 10 milhões. Na Fileira ITV, na primeira fase foram contempladas 21 empresas e na segunda fase 23 empresas. Os incentivos foram de 1,53 milhões de euros e, na segunda fase de 2,58 milhões de euros.
No "DÍNAMO" – de que beneficiaram 36 empresas – o investimento foi de 3,8 milhões de euros.
A participação e o apoio concedido foram de cerca de 40% para cada uma das empresas, com um limite máximo de 40 000 euros por projecto.
O apoio à internacionalização foi um investimento de 25,3 milhões de euros, repartidos da seguinte forma: em 2006 – 19,3 milhões de euros e em 2007, 6 milhões de euros.

Os objectivos prosseguidos por estas acções foram os seguintes:
- Promover a imagem de Portugal. Tentar que houvesse uma associação favorável entre a imagem do País e algumas marcas, designadamente as marcas mais conhecidas no estrangeiro;
- Reforçar a afirmação dessas marcas portuguesas no estrangeiro, portanto convinha que muita da estratégia passasse por uma associação entre Portugal e essas marcas;
- Potenciar um posicionamento internacional das empresas de modo a que, neste sector, passássemos de subcontratante para co-contratante, em que, parte da nossa produção tivesse um maior valor acrescentado;
- Potenciar os factores de competitividade, designadamente o *know-how* que Portugal detém neste sector e orientar a acção para duas áreas: a área do fortalecimento das cadeias de distribuição das empresas, que era um factor negativo apontado à comercialização dos têxteis portugueses, e a área da Moda e do Design que são, hoje, factores fundamentais na implantação de qualquer estratégia neste sector.

Quanto à distribuição dos apoios financeiros, pode-se resumir no seguinte:.

- no ano de 2006, um incentivo de 13 milhões, repartido entre o Portugal Fashion, promovido pela ANJE e por toda a outra Fileira, em que estiveram todas as associações envolvidas, com o apoio de 9 milhões.
- em 2007, um apoio de 4 milhões com uma repartição de 3,145 milhões de euros. Destacam-se também as MEDIDAS 8.2 de apoio à internacionalização.

Quanto aos apoios para a estratégia de promoção desta Fileira, destacam-se:

- Em Portugal, quatro acções que já têm algum tempo. A Modtissimo (vocacionada para os tecidos); Portugal Fashion (desfiles de moda); *Brand Up* (*showroom* de marcas portuguesas); e o Programa Aliança (concurso de jovens estilistas e parcerias com a indústria).
- No estrangeiro – em 2006 – a presença em várias feiras. No Têxtil estivemos nos Estados Unidos, na França, na Federação Russa (2 edições), na China (1 edição), em Xangai, Itália e Lituânia.

No Vestuário estivemos na Alemanha, Dinamarca, Espanha (SIMM 2 edições), Espanha (FIMI 2 edições), Estados Unidos, Federação Russa e França.
Foram feitos *Showrooms* na Suécia e em Paris e vários desfiles de Moda em Espanha, Suécia, Rússia, Paris, Brasil e Turquia.
Foram também realizadas Missões de prospecção a feiras e mercados. Na Bélgica e nos Estados Unidos (orientadas para o mercado de crianças), Itália, Reino Unido e Japão.

- Em 2007, em Portugal, pela primeira vez, conseguiu-se, no que respeita à área do Portugal *Fashion*, (havia uma grande dispersão entre Lisboa e Porto na apresentação de algumas destas linhas), um acordo entre os diferentes promotores, para que passasse a ser uma semana com eventos em Lisboa e com eventos no Porto, do que resultou cinco eventos: Modtissimo – ligado aos tecidos; Portugal Fashion – ligado ao desfile de moda; *Showroom Brand Up,* porque se entendeu que não se devia ficar fundamentalmente pelo modelo, (havia a possibilidade de, aproveitando o desfile de modelos, termos o *showroom* de todas as empresas que quisessem mostrar as suas colecções: Desfiles Moda Lisboa; e o *Showroom Fashion)*.
  No estrangeiro, no Têxtil, a participação nas seguintes feiras: na *Première Vision,* em França; e, na Milano Única, em Itália.
  No Vestuário, a participação nas feiras: *Bread & Butter* Barcelona, em Espanha; no SIMM, em Espanha; na FIMI, em Espanha; e, na *Magic Las Vegas*, nos Estados Unidos.
  Foi realizado um *Showroom* em Paris, bem como outras acções de *workshop* no mercado alemão.

Das verbas envolvidas e dirigidas a esta Fileira, pode concluir-se que há uma **aposta na continuidade dos apoios**, embora se admita (comparando com outras fileiras) uma desproporção relativamente aos apoios, o que tem a ver com razões históricas, razões da conversão que é preciso o sector fazer, pela alteração de nichos e segmentos de mercado. Daí que a Fileira Moda represente 15,4% das exportações e tenha um apoio, no global dos apoios concedidos a todas as fileiras, de 42%.

As metas propostas foram globalmente atingidas, na medida em que houve mais empresas participantes: em 2005 – 104 empresas; em 2006 – 110 empresas; e em 2007 – 120 empresas. Houve participação de Portugal em maior número de eventos e houve uma melhoria do comportamento das exportações.

O sector teve um acréscimo de exportações de 1,2 entre 2005 e 2006. O sector, entre 2000 e 2005, tinha tido uma quebra significativa (- 4,7) no seu volume de exportações e com um valor muito favorável no sector Têxtil e menos conseguido no sector Vestuário, num quadro muito competitivo, como é o quadro de 2005 e 2006 e em que as ameaças, que são de todos conhecidas, se fazem sentir. Portugal conseguiu, mesmo assim, neste sector ter um acréscimo de exportações e inverter esta tendência negativa dos últimos cinco anos.
A percentagem de vendas para o sector extra-União Europeia, passou de 14,8 do volume de exportações em 2005, para 16,7 em 2006; enquanto que as vendas no mercado europeu passaram de 85,4 em 2005, para 83,3 em 2006. Com isto, pretende-se dizer que, apesar de existir ainda uma dependência significativa, fundamentalmente de três países europeus, começa também a haver uma tendência para que as vendas apresentem valores mais significativos no mercado extra-europeu.
Em todo o caso, as condições para que as empresas portuguesas podem, a nível da promoção, vender em mercados externos, estão condicionadas pela Política Comercial Comum.

A orientação governamental nos mercados institucionais baseia-se em três eixos:
- Contacto permanente com todas as associações e conhecimento da posição de cada associação sobre os problemas em concreto;
- Participação activa de Portugal e, nalguns aspectos, até liderante na defesa da indústria nacional e das fileiras em que Portugal tem significado;
- Definição prévia de objectivos para todas as negociações em que Portugal esteja presente.

Os objectivos ao nível do comércio internacional, são três:
- Abertura de mercados, (objectivo presente em todas as negociações internacionais);
- Utilização e reforço dos instrumentos de defesa comercial para corrigir algumas práticas ilegais que alguns países ainda praticam;
- Promoção de melhores regras de comércio internacional.

Quanto às relações bilaterais União Europeia- China, Portugal esteve sempre na defesa das posições que se vieram a contratualizar, quer no que respeita, primeiramente, ao Acordo de Xangai, quer no que respeita ao Acordo de Pequim que procurou resolver um problema entre a data da assinatura do Acordo de Xangai e a sua implementação, ou seja a resolução das mercadorias em trânsito.

Cabe destacar as seguintes acções:
- Portugal esteve sempre com os países na pressão relativa a esta Fileira, ao longo de 2004, para se chegar a um acordo;
- A Comissão Europeia criou um sistema de vigilância, que Portugal solicitou, para as importações provenientes da China;
- Portugal solicitou à Comissão, em Abril de 2005, uma investigação para a invocação da cláusula de salvaguarda, porque previamente tem que haver uma investigação. O Governo português, na Reunião de Ministros do Comércio Externo, no Luxemburgo e posteriormente por carta reafirmou a necessidade de se avançar nesse sentido;
- A Comissão Europeia abriu um inquérito a 9 categorias de produtos têxteis e de vestuário, todas elas sensíveis a Portugal;
- Chegou-se ao Acordo de Xangai que mais tarde teve de ser renegociado, para resolver o problema da ultrapassagem de quotas que se tinha estabelecido e, também, para resolver o problema das mercadorias em trânsito;
- A actuação do Governo português, dentro do quadro da Comissão Europeia, e relativamente às exportações chinesas, foi no sentido de proceder a um quadro de vigilância e inquérito;
- Viabilizou a solução que foi encontrada, o Memorando de Entendimento de Xangai;
- Pressionou a Comissão Europeia e outros Estados-membros para resolver o problema das mercadorias em trânsito e foi pioneiro na defesa de que se devolvessem apenas 50% das quantidades retidas das mercadorias (o que estava a ser solicitado pela China era que todas as mercadorias em trânsito fossem enquadradas);
- Chegou-se ao Acordo de Pequim;
- Portugal manteve uma posição de alerta e estreita ligação com a Comissão Europeia e outros Estados-membros, designadamente no Acordo de Pequim e sempre reafirmou que esse acordo não pode ser ultrapassado, mesmo quando situações de excepção começaram a surgir (a posição portuguesa foi sempre de respeito integral pelo acordo).

Em resumo:
- Portugal esteve sempre na tentativa de resolução do problema;

- Portugal exerce vigilância sobre a gestão das quotas. Nomeadamente, com referência a 9 de Abril, as quotas de Portugal nos vestidos estavam em 38,34, o que não é muito preocupante, e quanto aos Têxteis-Lar a quota era de 13,79, portanto, ainda muito aquém do que a proporcionalidade e a distribuição ao longo do ano podia acarretar.

Portugal, no entanto, está atento a outros produtos sensíveis que podem surgir, na medida em que só há acordo para dez e apenas nove são sensíveis para Portugal. Neste sentido, no quadro Multilateral do OMC, Portugal tem acompanhado a "Agenda para o Desenvolvimento de Doha".

Em Janeiro foram retomadas novamente as negociações. Portugal,dentro da União Europeia, tem-se batido pelo acesso ao mercado e, designadamente, ao acesso ao mercado dos produtos não industriais, onde está englobado o sector têxtil que não tem tido dossier próprio. Porém, Portugal é um dos países que defendem a possibilidade da existência de um dossier próprio.

Quanto aos direitos aduaneiros, é possível extrair duas conclusões:
- Os direitos aduaneiros nos Têxteis e Vestuário são superiores à média dos produtos industriais;
- Por outro lado, a média de direitos é particularmente elevada em países em desenvolvimento, o que significa que, da nossa parte, a estratégia é pedir a reciprocidade, já que Portugal e a União Europeia apresentam taxas muito mais baixas.
A posição de Portugal é de melhoria de acesso a mercados**.** Tem vindo a bater-se pela redução dos direitos e barreiras não aduaneiras; pela reciprocidade negocial, designadamente para os grandes países (China, Índia e Brasil); por uma abordagem sectorial para o Têxtil, se recíproca, com harmonização de direitos entre os principais produtores mundiais; pelo reforço das regras em matéria de propriedade intelectual; e pela clarificação numa área em que não é precisa a definição de *dumping*.

Tudo isto justifica o caminho da reconversão da ITV e toda a estratégia tem sido encaminhada para passarmos de um sector tradicional de inversão da pirâmide, em que se dava muita tónica aos sectores da produção, para mudar toda a estratégia portuguesa. Se a indústria Têxtil quiser ter futuro em Portugal – e o Governo acha que tem todas as condições para ser ainda uma indústria de ponta – terá que investir mais no marketing, na inovação, no design, porque é aqui que se gera a competitividade e as melhorias ao nível dos mercados externos.
Daí que, os factores diferenciadores, para um melhor reposicionamento desta Fileira, passam por uma capacidade de resposta rápida e flexível, utilização de novas tecnologias, produto diferenciado, incorporação de design, marcas próprias, utilização eficaz de canais de distribuição, posicionamento de alto valor acrescentado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): - Ao longo destes quase dois anos que o Grupo de Trabalho sobre o Sector Têxtil leva, fomos ouvindo os agentes do sector, as empresas, as associações empresariais, os sindicatos e estamos, agora, nesta fase de ouvirmos também neste trabalho os responsáveis pela política governamental que, de uma forma ou de outra, entroncam nos problemas, ou devem dar resposta aos problemas deste sector.
Penso que também terá visto o Relatório Preliminar que o grupo de trabalho já fez, onde há um conjunto de recomendações que resultam do trabalho realizado de quase dois anos
Relativamente à sua apresentação, gostaria de começar pela questão que tem a ver com a abertura do comércio mundial a partir de Janeiro de 2005, com todos os problemas associados e que foram bastante publicitados na altura, com a entrada dos produtos chineses, os quais inundaram o mercado europeu e também o nosso e que colocaram grandes dificuldades a muitas das nossas empresas.
Queria falar nisto, sobretudo, colocando a tónica que resulta um pouco daquele quadro que acabou por mostrar na ponta final e que tem a ver, exactamente, com as questões que dizem respeito à reciprocidade. É porque, de facto, a Europa foi muito rápida e penso que bem nesta altura da globalização é um desafio para todos aliciante, mas foi muito rápida a abrir as suas fronteiras, a facilitar a entrada dos produtos oriundos dos outros países, mas a verdade é que, o que nós constatamos no terreno, nas audições que fomos fazendo, são as grandes dificuldades que as nossas empresas sentem para fazerem o mesmo lá, ou seja, a tal questão da reciprocidade. E, até, pelas taxas que mostrou aqui, percebe-se claramente que a reciprocidade não existe. Ou seja, é muito fácil para uma empresa chinesa exportar para a Europa; e é muito difícil e é, sobretudo, mais caro, as empresas europeias exportarem para esses grandes mercados.
A verdade é que o tempo vai passando e já lá vão dois anos que o mercado abriu as fronteiras e os empresários do Sector Têxtil, no seu todo, começam a desesperar para que finalmente a reciprocidade se regulamente e que seja uma realidade, porque cada vez mais fica a sensação de que é fácil enviar mercadoria para a Europa, mas que é extremamente difícil para os europeus fazerem o mesmo.
E não deixa, também, de ser paradigmático e esta é uma questão que tem a ver com a política europeia, onde Portugal está representado pelo seu Governo e deve influenciar nesse sentido, fazendo um paralelismo com os Estados Unidos, que é outra grande economia, onde, para determinados sectores, faz acordos específicos, nomeadamente com a China. Fez relativamente aos têxteis; fez, muito recentemente, com a indústria do papel. E a verdade é que nós não vemos isso do lado de cá. Penso que seria um papel importante o Governo Português defender, junto das instâncias europeias, que também é necessário agir da mesma forma.
Relativamente às matérias que têm a ver também com isto e que estão inseridas na "Agenda de Doha", gostaria de dar conta daquilo que nos foi sendo transmitido pelos representantes do sector, pelas associações empresariais, da dificuldade em receber algum *feed-back* do que se vai passando. Foi-nos dado conta de uma reunião muito importante de preparação para a reunião, em Dezembro de 2005, em Hong Kong - há mais de um ano - onde as associações empresariais foram chamadas à presença do Sr. Ministro. E, tanto quanto me foi dado a perceber, o Sr. Secretário de Estado também terá estado presente, no sentido de preparar a reunião de Hong Kong. Foi prometido haver um *feed-back* do que se iria lá passar, por esse Fórum ser determinante para o futuro da nossa indústria. E, até hoje, pelo que nos foi sendo dito pelas várias associações do sector – e, dado o tempo que vai passando - a verdade, é que nada foi dito e fica sempre a sensação de que, por aquilo que nos vai sendo transmitido pelo sector, é de facto a ausência de interlocutor.
O que nos foi sendo dito pelas várias associações empresariais, pelos representantes dos trabalhadores, sindicatos e federações que fomos ouvindo, é que, por vezes, nalgumas matérias, estas entidades do sector não sabem com quem hão-de falar. Não sabem com quem falar, porque se for uma coisa é fulano, se for outra coisa é sicrano, ou é uma instituição, dando a ideia de que, no que diz respeito à política para o sector - sector muito importante da nossa indústria - há aqui uma indefinição e não há claramente um interlocutor que seja o rosto visível, para que os representantes possam ter um canal aberto.
Relativamente ao Memorando de Entendimento que referiu e que teve *nuances* em função do desfasamento do tempo em que foi assinada a primeira versão e o que já acontecia na realidade, ou seja de Janeiro a Junho de 2005, o que obrigou àquela revisão em Setembro de 2005. A recordar que o mesmo está em vigor até Dezembro de 2007.
Gostaria de saber, se faz parte da agenda a renegociação deste Memorando de Entendimento, se tem havido reuniões, se há metas já definidas, se há envolvimento dos parceiros, porque a sensação que ficou da outra vez, é que, quando se assinou o acordo em Junho de 2005, relativo às importações de Janeiro a Dezembro de 2005, em Junho o que aconteceu, foi que a quota já estava ultrapassada e

depois teve que se fazer um novo acordo em Setembro, ou seja, ainda estamos um pouco longe do final de 2007, mas se deixarmos ficar isto para Dezembro de 2007, com certeza que as dificuldades serão as mesmas.
E, por isso, penso que seria importante tentar perceber se o acompanhamento está a ser só feito, a partir da análise dos dados *Eurocotom,* do que vai sendo importado pela Europa, ou se também estão a desenvolver o trabalho de casa, no sentido de se preparar um novo Memorando de Entendimento para os anos vindouros.
Nesta primeira ronda, gostaria, ainda, de levantar uma questão que tem a ver com uma notícia que apareceu recentemente na Comunicação Social e que tem motivado grandes reacções, por parte dos representantes do Sector Têxtil; tem a ver com a questão de Beja, com a entrada de hipotéticas empresas de vestuário chinesas. Por princípio, sou totalmente a favor do investimento estrangeiro.
Mas, a questão que queria colocar e partilhar uma reflexão com o Sr. Secretário de Estado, tem a ver com o facto da Associação Luso-Chinesa dizer que vai trazer a mão-de-obra para estas fábricas, porque, aqui, é difícil recrutar mão-de-obra especializada no Sector Têxtil.
Ora, como nós sabemos, infelizmente este sector, nos últimos anos, por força das alterações dos mercados, tem despejado para o desemprego todos os dias, pessoal altamente qualificado nesta área. E como nunca houve nenhum comentário a nível oficial, nem nenhuma reacção à vontade que foi expressa pelos dirigentes chineses, no sentido de criar as empresas em Beja com recurso a mão-de-obra chinesa, gostaria de recolher um comentário do Sr. Secretário de Estado.

A Sra. **Teresa Venda** (PS): - O Sr. Secretário de Estado começou – e, muito bem - a dizer que este era um sector tradicional. Gostava de registar que, quando (o Grupo Têxtil e os dois membros que estão aqui presentes e que têm acompanhado mais directamente o mesmo) recebemos esta incumbência, eu pessoalmente e outros colegas, não tínhamos a consciência de que, apesar de ser um sector classificado como tradicional, é um sector que incorpora hoje elevada tecnologia. De facto face à imagem que era relatada na imprensa, nomeadamente pelas empresas que fecham, pelo pessoal não qualificado, partimos para este trabalho com uma visão distorcida daquilo que viemos a encontrar no sector.

De facto, tivemos a possibilidade de ver que, apesar de ser um sector classificado como tradicional, incorpora tecnologia elevada e sofisticada . Hoje, um conjunto de empresas deste sector concorre no mercado internacional, sem grandes problemas. Nas audições que tivemos com alguns grandes representantes destas empresas, as questões que nos puseram, eram literalmente diferentes daquelas que recorrentemente aparecem na imprensa e nas reclamações que decorrem do facto de ser um sector, que está infelizmente a produzir desemprego.
Com que é que nos deparamos?
Deparámo-nos com um sector onde um conjunto de empresas nos últimos dez anos , durante período de ajustamento conseguiu modernizar-se. Vêem a liberalização do mercado a partir de 1 de Janeiro 2005, não como uma ameaça, mas um desafio e estavam preparadas para concorrer a esse desafio. Mas, o problema que posso identificar, é de esse sector competitivo no mercado global não ser representativo no universo. E os números que o Sr. Secretário de Estado há pouco referiu, parecem confirmar, apenas apontam para 340 empresas apoiadas neste tipo de iniciativas de projecção internacional

Um constrangimento que eu registo deste trabalho, é o facto de não termos conseguido falar com as empresas sub-contratantes, eventualmente que serão as mais significativas em termos de mão-de-obra empregue, e que o Sr. Secretário de Estado identificou como um dos seus objectivos, **transformar sub-contratantes em co-contratantes.** Gostei deste conceito e, agradecia que o Sr. Secretário de Estado pudesse aprofundar esse tipo de objectivo e como se pode concretizar, porque do universo de empresas que nós conhecemos do Sector Têxtil e Vestuário estão identificados como 17 mil empresas, só 2% delas têm mais que 500 trabalhadores. Ou seja 3400 empresas, 340 empresas são as que foram apoiadas, isto é 10%, dos 2% das empresas que têm mais que 500 trabalhadores. Não quer dizer que aquelas que foram apoiadas, estejam neste leque das maiores. Mas, provavelmente, as maiores são aquelas que têm maior potencialidade e conseguiram adaptar-se melhor aos desafios de mercado.
A questão que ponho: como é que vamos conseguir alargar a possibilidade das outras milhares de empresas, que contratam 80% do pessoal afecto a este sector, a abrirem-se a estas novas situações de mercado. Um mercado global, onde para competir tem que investir em valor acrescentado, em design e inovação?
Creio que é um grande desafio. Nós, Grupo Têxtil, gostaríamos de ter algumas respostas para podermos dar a este sector e, com certeza, que o Governo tem equacionado esses problemas e que nos poderá, dar uma visão das políticas públicas a prosseguir.

Gostava de registar que, entre as audições que nós realizamos - e a maior parte foi em 2005 - muitas das críticas que nós ouvimos das associações e, nomeadamente da Câmara de Comércio Luso-Chinesa apontavam como grandes lacunas da actividade governamental, a falta de apoio às empresas para procurarem novos mercados.
Pelo conjunto de iniciativas que o Sr. Secretário de Estado apresentou, vejo que, entre 2005 e 2007, foram feitas algumas iniciativas que me parecem positivas.
Relativamente à entrada em novos mercados como a China, foram apontados diversos constrangimentos. Apontaram–nos como *benchmarketing* actividades que outros governos praticavam. nomeadamente nos centros de negócios que, entretanto, se começaram a abrir, a disponibilização de apoios jurídicos para ajudar estas empresas a abordarem aqueles mercados muito específicos.
Vejo pelos resultados que o Sr. Secretário de Estado apontou, que começamos a diversificar o nosso mercado, portanto, já não temos só os mercados tradicionais, temos outros mercados. Essa situação foi-nos confirmada por uma empresa que visitamos que já está a exportar para a China, mas está a exportar produtos de alto valor acrescentado.
O Brasil é outro mercado que tem potencial e que cruza com a ideia de reciprocidade, porque, de facto, se olharmos para a pauta de direitos, é o Brasil que se apresenta com direitos mais elevados. Gostava de saber se estão em curso negociações que conduzam a redução desse conjunto de direitos ou não?

Relativamente ao conjunto de apoios, estamos a encerrar, agora, um Quadro Comunitário, para o qual o Sr. Secretário de Estado apontou algumas verbas dispendidas em 2006 e em 2007 e há uma avaliação que eu gostaria de saber se o que o Governo está a pensar fazer, a avaliação do impacto desses investimentos, no sentido ver em que medida os apoios concedidos contribuíram para o fortalecimento daquelas empresas, para combater com mais valor acrescentado e com mais segurança no mercado global? E, se essas empresas, com este investimento e com este apoio que o Estado lhes está a dar, ganharam as *expertises* necessárias para resistirem a um período de mais médio e longo prazo neste mercado?

Relativamente ao INOV-CONTACTO, houve duas empresas receptoras de jovens orientados para esta Fileira. Uma das sugestões que nós recebemos de uma entidade - nomeadamente uma entidade que elabora parcerias com as universidades – foi, a par do INOV-CONTACTO que é uma iniciativa meritória, dinamizar o contacto em sentido inverso , ou seja contratando grandes especialistas do mercado global, nomeadamente do design italiano, o que as empresas de maior dimensão já fazem, para esses *expertises* em Portugal promoverem a inovação transportando o sector para outro patamar de excelência de uma forma mais rápida. Trazer para

dentro o *know-how*, *know-how* que incorporado no processo de desenvolvimento arrastaria a competitividade da industria portuguesa. Foi uma sugestão apresentada por uma entidade ouvida. Gostava de ouvir o parecer do Sr. Secretário de Estado, sobre esta proposta .

Para terminar gostava que aprofundasse a informação relativamente ao sistema de vigilância, que me parece muito importante, porque sem sistema de vigilância, nós não temos a certeza que o acordo bilateral está a ser cumprido. Podia particularizar melhor, como é concretizado esse sistema de vigilância? E o que acontece, se for ultrapassado e quais são as medidas de precaução que podem ser tomadas?

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): Não pertenço ao grupo de trabalho, portanto, a minha análise do sector é um pouco do conhecimento que vou tendo destas matérias.
De facto, num sector que é tradicional, onde as nossas empresas são muito pequenas - para não dizer de vão de escada -, temos um número muito reduzido de empresas com grande dimensão e com a capacidade de ter alguma internacionalização, ou para vencer a globalização. Acho que, se há um sector onde só o podemos fazer pela qualidade, este é um deles, ou seja, só com a excelência, ou criando excelência, é que nós podemos ter algum sucesso. Não vale a pena iludirmos a questão. Portanto, aqui, terá que ser uma aposta na qualidade.
Nós temos alguma tradição nos lanifícios e nos fios; temos algum saber adquirido, fruto de muitos anos no sector; e temos, inclusivamente, algumas universidades que têm feito algum investimento na formação e na investigação nesse sector.
Gostava de saber, que tipo de apoios é que existem, que tipo de acordos, ou que tipo de trabalho tem sido feito, no sentido de acarinhar esta investigação e esta aposta neste sector, onde nós podemos, eventualmente, ser uma referência - em termos europeus e não só – e que nos possibilitaria ter, aqui, algum cluster que permitisse a nossa internacionalização. E, por isso, gostava de saber o que foi feito?
Inclusivamente, não vi expresso no quadro, aquilo que é necessário fazer, que é a requalificação, quer seja da mão-de-obra, quer seja das próprias empresas, porque estamos a falar de um sector, onde, com muita frequência, surgem novas tecnologias e grandes dificuldades das empresas acederem às novas tecnologias; ou, depois, terem a capacidade de acederem às novas tecnologias, porque faltam os técnicos e os meios necessários para continuar a produzir.
Portanto, gostava de saber, se há, até agora, com os novos Fundos Comunitários, algumas verbas preparadas para incentivo à Inovação e, eventualmente, à Investigação nessa matéria, porque me parece que há um grande problema de mão-de-obra, que todos os dias ou todos os meses, principalmente, ali, nalgumas zonas da Covilhã, onde é visível quando passamos ver pessoas, já com idade avançada, no desemprego e com grande dificuldade em voltar a entrar no mercado de trabalho. Portanto, julgo que, aí, a única hipótese que haveria: ou é requalificar toda essa mão-de-obra; ou, eventualmente, arranjar outra forma de o fazer, até porque há, ainda, alguma possibilidade, se nós apostarmos nalgumas empresas de referência, de aproveitar essa mão-de-obra que tem qualidade, que tem vários anos de experiência que pode, eventualmente, servir.
Também falou no ICEP, julgo que o Governo ainda não explorou muito bem essa vertente, que é a vertente da diplomacia económica, a frase existe, mas trabalho feito nessa matéria, julgo que ainda haverá pouco.
Dei conta, pelo mapa, que as visitas à China e à Rússia farão algum efeito. Mas houve, aqui, uma pergunta que a Sra. Deputada fez, sobre o Brasil. E, eu, pergunto: o que se está a fazer, em sede da CPLP, porque me parece que está a faltar qualquer coisa nas relações bilaterais?
Nós estamos muitas vezes preocupados, apenas e só, com o mercado europeu; às vezes preocupados com África, mas centralizamo-nos muito, só em Angola, esquecemos que existe mais África, para além de Angola; existe uma possibilidade da CPLP, nomeadamente o Brasil. O Brasil deveria ser o nosso parceiro fundamental, devia haver, aqui, uma regra de relações bilaterais com o Brasil, até para alavancar potencial CPLP. E, através dos acordos bilaterais, conseguimos entrar em mercados que são fundamentais: o mercado de Angola é um mercado emergente; e só conseguiremos atingir o mercado da China, com produtos de grande qualidade, todo o resto será completamente inacessível para nós. Daí que, gostaria de saber se esta promoção já é feita com esta nova perspectiva?
Finalmente, uma última pergunta, que tem a ver com a avaliação que fazemos. Achei que as verbas são significativas, são relevantes. Quero é saber: que retorno é que temos disso? Ou seja, demos um grande apoio ao Portugal *Fashion* e à Moda Lisboa, que reflexo é que houve de todas essas actividades? Esquecemos um pouco a vertente do Vestuário global. No fundo, que avaliação é que fazemos - porque me parece que as verbas são significativas - e que retorno é que estamos a ter, em termos de captação de mercado e de vendas, propriamente dito.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor): A minha intervenção, hoje, é mais na área da promoção. Foram colocadas algumas questões que têm a ver com a área da produção, com a área interna. E, portanto, o Sr. Secretário de Estado da Indústria - que estará, aqui, dentro de momentos - está mais habilitado e é a ele que lhe compete responder às questões que têm a ver com a requalificação, o reposicionamento, racionalização de meios, a questão de recursos humanos, é uma área do mercado interno, é uma área da produção, relativamente à qual eu não tenho essa responsabilidade.
Começaria, por responder ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro.
Primeiro ponto. Portugal coloca-se nas negociações internacionais no Quadro da União Europeia. A par de alguns acordos bilaterais, com países que já iremos falar, fundamentalmente, nós enquadramos as negociações, União Europeia - OMC, União Europeia – China, União Europeia – Rússia e outros países.
Portanto, a nossa posição tem que ser consertada dentro desta posição. Nós temos tido e tentei transmitir uma posição, relativamente à Fileira Têxtil, procurando chamar connosco um grupo de países que seja maioritário, para ser determinante nas negociações no quadro da União Europeia. Quero-lhe dizer que têm sido negociações muito difíceis, dentro da União Europeia e que muitas vezes não conseguimos criar maiorias no interior da União Europeia.
Dirão que pareceria evidente que, num relacionamento de mercado União Europeia – China, havia todas as condições para que as nossas posições pudessem ter consistência.
Acontece – e é bom lembrá-lo – que, grande parte dos países europeus, têm fábricas na China. E quando estamos a falar em importações chinesas, é uma forma de dizer, porque elas no fundo: ou são importações suecas, são importações alemãs, são importações de vários países, e, se quiserem, também já são importações portuguesas. Nós temos empresas já na China e temos empresas têxteis na China.
Portanto, dentro deste quadro, compreendam as dificuldades que, às vezes, são encontradas, para podermos chegar às posições a que chegamos, tais como: o Memorando Entendimento, o Acordo de Pequim e o Acordo de Xangai, em que a nossa posição foi no sentido de salvaguardar os principais produtos portugueses que são nove. É evidente que um ou outro ficou de fora, porque só tem interesse para Portugal e para os outros países tem menos interesse. E o acordo a que se chegou, foi o que nos pareceu nas circunstâncias adequado, na medida em que definimos quotas para cada um desses produtos, houve que resolver o diferencial de tempo entre a assinatura do acordo e a sua concretização e, portanto, ficava por resolver as mercadorias em trânsito. Conseguimos,

mesmo assim, que nem todas fossem consideradas fora do acordo, 50% foram consideradas no acordo. E estamos a acompanhar no Quadro da União Europeia e através das estatísticas aduaneiras que possuímos, qual tem sido a evolução.
Neste momento, o que podemos garantir, é de que há o respeito pelas quotas definidas, a situação não é de alarme, nem de nenhum alerta. Dei-vos as contas de qual tem sido da quota total, os valores já utilizados pela China. Portanto, as nossas posições têm sido sempre concertadas no âmbito e com o acordo e com as posições das diferentes associações.
Foi referido que, porventura, deveria haver mais reuniões para nos concertarmos nas posições do OMC. É bom não esquecer que o OMC foi suspenso e que fomos confrontados com uma situação, em que as negociações pararam a todos os níveis e estão a ser feitos contactos pontuais - com a China, com o Brasil e com a Índia - para ver se conseguimos desbloquear e se conseguimos chegar a um princípio de acordo, por forma a reatar as negociações.
Mas, de qualquer forma, está aqui o Sr. Subdirector Geral, da Direcção Geral de Empresas, que faz os contactos directos com as associações e ele pode-lhe dar conta dos contactos individuais - associação a associação - que são feitos, antes de avançarmos para qualquer reunião, em que a posição portuguesa tenha que ser definida.
Quanto à questão da política do sector, creio que o Sr. Secretário de Estado Castro Guerra fará uma intervenção sobre a política global, no que respeita ao reajustamento e ao reposicionamento da Indústria Têxtil em Portugal e, sobre essa matéria, poderá ser mais explícito do que eu próprio.
Falou-me de Beja. Essas declarações foram declarações que vi na Comunicação Social, o processo não passou pelo Governo. Mas, posso-lhe ler uma carta do Sr. Presidente da Câmara de Beja, em que ele próprio diz que não há problemas relativamente à questão que foi colocada e que esteve envolvido nessas negociações.
O problema da mão-de-obra foi um problema que terá sido sugerido para algumas especialidades, se, porventura, Portugal não tivesse especialistas numa ou noutra área. Portanto, não era uma questão de importação de mão-de-obra indiferenciada, porque esse problema nunca se teria colocado.
Quanto à Sra. Deputada Teresa Venda, de facto, ao chamar-lhe sector tradicional, não tem conotação negativa, até porque temos evitado falar em crise, porque sempre que falamos em crise deste sector, o próprio sector sente-se, ele próprio, a diferentes níveis. Portanto, tudo o que pudermos fazer para evitar a palavra crise nesta área é um factor favorável para a própria Fileira.
No entanto, o que nós quisemos aqui dizer, passar de sub-contratante a co-contratante, é, no fundo, podermos ter maior decisão sobre o produto e sobre a cadeia de distribuição. Ora, as empresas portuguesas sub-contratantes eram aquelas que esperavam que a encomenda lhes chegasse e normalmente diziam: olhe, produza-me 100 metros do tecido x, cor branca, azul, vermelha e, portanto, não determinavam o produto, não determinavam a cadeia, não determinavam a própria tecnologia utilizada.
Ora, o que nós pretendemos, é que haja parcerias para podermos partilhar com as cadeias de distribuição, com outras associações, com outras marcas, por exemplo, é bom lembrar que Portugal tem representações para toda a Europa, designadamente de marcas muito conhecidas: Benetton, Agatha Ruiz de la Prada. Portugal tem a representação da distribuição e da produção dessas marcas no território europeu.
Relativamente aos novos mercados, temos vindo a acompanhar os mesmos, eu próprio já visitei esses mercados, com feiras. Mas, dizemos, não entramos na China. Bom, nós estamos a entrar nos Estados Unidos, onde falar de lençóis é falar de Portugal. Suponho que, quando se fala num lençol de qualidade nos Estados Unidos, a ideia que vem, é que este é português, o que às vezes não é, mas, pelo menos diz-se.
Se conseguimos entrar nos Estados Unidos, temos de conseguir entrar na China. Simplesmente o mercado chinês é um mercado que tem dificuldades ao nível da distribuição interna. Portanto, não dominando a cadeia de distribuição que podemos dominar nos mercados mais abertos, temos dificuldade em dominar o mercado chinês.
Estive muito recentemente, há dias, na Rússia, onde os Têxteis portugueses têm penetração e, nós, estamos a crescer significativamente nestes mercados, que são mercados fundamentalmente para um segmento de qualidade, um segmento de topo, em que, aí, temos vantagens competitivas.
Relativamente ao Brasil teríamos eventualmente todas as condições, só que os acordos com o Brasil não são bilaterais, são feitos acordos no que respeita ao Acordo Mercosul – União Europeia, processo esse que é lento e que está em desenvolvimento e que nós temos feito grandes esforços para que o Acordo Mercosul – União Europeia possa ser concretizado mais rapidamente, até porque estão em discussão as questões de dupla tributação e as questões de pautas aduaneiras para podermos rapidamente ultrapassar. O Brasil, como foi referido, é dos países que tem maiores taxas aduaneiras, portanto, é um constrangimento às produções portuguesas.
Duas empresas do INOV – CONTACTO: uma na China de Têxteis portugueses, Organtex, onde estagiou um jovem português; e a outra no Reino Unido que é a Sorema. Portanto, foram empresas de têxteis em que jovens portugueses estagiaram e, uma delas, por coincidência portuguesa na China e de têxteis.
Quanto à questão de técnicos estrangeiros é uma questão de mercado interno e deverá ser posta ao Sr. Secretário de Estado Castro Guerra que virá a seguir.
Relativamente ao Sr. Deputado Helder Amaral, algumas questões também remeto para o Sr. Secretário de Estado da Indústria que têm a ver com o fortalecimento das empresas, a mão-de-obra, a ligação às universidades, falou da Universidade da Covilhã que é uma das universidades com a qual temos relacionamento, mas toda a matéria que seja da musculação das empresas portuguesas é da área da indústria.
Diplomacia Económica. Nós temos vindo a fazer um grande esforço em que este conceito se concretize. Produzimos legislação, existe já legislação sobre diplomacia económica e todas as delegações do ICEP e, neste momento, 2/3 delas já concretizaram a fusão de instalações e ao mesmo tempo de funcionários entre o corpo diplomático e os conselheiros técnicos da parte do ICEP. Funcionam em instalações conjuntas, grande parte delas, 2/3 pelos menos garanto-lhe que já funcionam, a diplomacia económica sobre esse aspecto está a funcionar da parte do ICEP.
Agora, é necessário também que toda a diplomacia económica, da parte do MNE, possa vir a ter sensibilidade e que todos os embaixadores possam ter sensibilidade para esta questão. Mas é um conceito que temos vindo a melhorar e em que o ICEP está a dar um papel muito importante, no sentido de se conseguir ter instalações conjuntas com os consulados ou com as embaixadas.
Por último, a questão da avaliação. Nós temos vindo a fazer a avaliação destes investimentos - aliás, alguns resultados estão ali -, o ICEP, se for caso disso, podemos precisar melhor como é que temos analisado, mercado a mercado, sabendo qual o impacto que essas medidas estão a ter. E o sinal mais evidente é que nós estamos a perder quota nos países, onde tradicionalmente Portugal tinha todo o peso, Espanha, França, Alemanha e estamos a ganhar quota de mercados exactamente em mercados que são muito mais difíceis. Nós estamos a ter acréscimos significativos na China, é bom recordar que na China temos acréscimos das exportações superiores a 50%, estamos a ter acréscimos significativos na Rússia, estamos a ter acréscimos significativos para a Índia, para Angola. E estes são os países onde mais temos crescido.
Sr. Deputado Hélder Amaral, quando falo em Moda estou a falar na Fileira toda e, portanto, não estou a falar só na questão propriamente dos desfiles, mas estou a falar nos têxteis, no vestuário.
Portanto, disse que ultimamente temos posto como condições aos desfiles, que os mesmos sejam acompanhados de *showroom*, ou seja o desfile não é pura e simplesmente uma apresentação, alguma delas sofisticada que pode ter pouco impacto, ela é uma acção de marketing que é acompanhada também de *showrooms,* em que diferentes empresas podem anexar-se a esses eventos e fazerem

mostras dos seus produtos, quer em termos de vestuário, quer em termos da própria apresentação dos seus tecidos. Daí que temos conjugado desfiles de moda com *showrooms*, tornando mais alargada a Mostra Portuguesa.

O Sr. **Presidente** (Duarte Lima): Passamos à segunda ronda de perguntas.

A Sra. **Teresa Venda** (PS): - Começava por fazer o comentário, Sr. Secretário de Estado, que concordo consigo que não se deve falar em crise, quando se fala deste sector. Foi uma questão que ficou completamente registada nas audições que tivemos e nomeadamente na nossa deslocação às regiões têxteis - Covilhã e Guimarães.
De facto, quando nós olhamos para o Sector Têxtil que se adequou e que está a competir no mercado global, o falar-se em crise é prejudicial. O sector é competitivo, tem capacidade, tem inovação e associar lhe a palavra crise prejudica-o .

Como nos disseram os empresários, sempre que se fala em crise no sector é-lhes aumentado o *spread* nos financiamentos bancários, e os empregados desse sector também são prejudicados, porque a própria possibilidade de recurso ao crédito, nomeadamente na habitação é prejudicada.

Nas universidades o capital humano afasta-se, porque os jovens não querem ir investir a sua formação em sectores com imagem negativa. Sendo certo que nós só podemos evoluir neste sector com mais valor acrescentado, com mais formação e com mais aposta na inovação e no conhecimento.
Neste contexto deixava um desafio ao Sr. Secretário de Estado, para além de vender a imagem de Portugal no estrangeiro, também tentasse vender esta imagem positiva do sector em Portugal, ou que o reflexo do investimento no estrangeiro também se fizesse sentir aqui,

Para terminar deixava uma ultima pergunta -nós vamos ter agora um novo quadro financeiro comunitário, gostava de saber se os programas que estão e que foram desenvolvidos, no quadro que estamos agora a encerrar, são considerados suficientes e se, se vão manter, se há uma perspectiva de adequar, se há novas acções para apoiar este sector em termos de internacionalização e na subida do valor acrescentado que, como se sabe, é fundamental.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): - A questão que eu levantava era para o futuro, digamos, se há aqui uma palavra que se possa passar já para o sector, no sentido de a partir de 1 de Janeiro de 2008 estarem as condições todas salvaguardadas para, pelo menos, não se repetir aquilo que se passou em 2005, fruto daquele desfasamento que existiu. E relativamente a isso, se a ideia que existe é manter o mesmo valor de quotas, se é diferente, um ponto de situação não tanto ao actual, ao de hoje, ao nível de importações que resulta do mapa que apresentou, mas sobretudo a partir de Janeiro.
Relativamente à questão de Beja, também conheço o teor da carta do Sr. Presidente da Câmara. Agora, o que ainda não vi, foi o Sr. Presidente da Associação das Indústria e Comércio Chinesa em Portugal dizer o mesmo, porque foi quem proferiu as primeiras declarações.
A questão do comentário tem a ver com isso, porque a matéria é pública, o Sector Têxtil, através das suas associações, fez chegar por carta ao Governo, no sentido de procurar perceber que tipos de apoio é que iriam ser disponibilizados - se é que eles iriam existir - para a implementação das indústrias de vestuário chinesas com importação de mão-de-obra chinesa. Mas, já percebi que o Sr. Secretário de Estado respondeu dessa forma, porque com certeza é o conhecimento que tem do dossier. Colocarei, também, a questão ao Sr. Secretário de Estado que iremos receber, a seguir.
Duas questões concretas que têm a ver, também, com a promoção.
Há um dado ainda que eu gostaria que comentasse e tem a ver com as promoções que vão sendo feitas através das associações, as missões ao estrangeiro.
No outro dia, numa reunião com um empresário que costuma participar nesta Fileira, dava-me conta do seguinte: de que os preços praticados por estas missões são tradicionalmente mais caros, do que quando eram - todas elas - dinamizadas pelo ICEP.
E dava-me o exemplo de uma missão ao México, onde a missão era organizada exactamente por uma associação – que não vem agora aqui ao caso – mas que o mesmo empresário, em função do programa que estava disponibilizado, via a agência de viagens, no mesmo hotel, partida do mesmo dia, regresso no mesmo dia e ficava-lhe em metade do preço.
Acho isso preocupante porque penso que, quando o Estado chama a si os parceiros - para ajudar na organização disto - e lhes dá um papel mais "interventivo", penso que a intenção aqui não é o Estado financiar a actividade das associações.
Mas, quando vemos estas discrepâncias de valores, até parece que o apoio estatal já não é só dirigido para a acção de promoção em si, mas também para apoiar financeiramente os custos da associação e eu gostaria, de facto, que assim não fosse.
Por outro lado, falou também aqui do Portugal *Fashion*. Em 2005, eu retive uma frase da Comunicação Social, que tem a ver com um dos grandes estilistas, o Moschino, que costuma estar presente neste evento em Paris, dizer assim: *"É a quarta vez que venho a Paris, gosto muito de vir Paris, mas não vendi nunca uma peça de roupa"*. Gostaria de perceber se, de facto, existe a monitorização deste tipo de eventos. Ou seja, qual é de facto a importância desta acções e qual é a replicação depois nas empresas? Porque, são frases que aparecem na Comunicação Social e que penso que a todos nós nos surpreende.
Penso que as questões do *dumping* são com o Sr. Secretário de Estado Fernando Serrasqueiro e não com o Sr. Secretário de Estado Castro Guerra. Eu percebo a dificuldade das negociações disto. Mas uma das queixas que o sector faz, é que estes processos demoram muito tempo e eu percebo que isto é tudo dentro da União Europeia, mas é um reforço que eu gostaria de transmitir da necessidade de pressionar muito os nossos parceiros europeus, no sentido de perceberem, porque não é só a nossa indústria que fica em risco, mas são todas.
Uma das recomendações que resulta deste Relatório tem a ver com a recomendação 14 do mesmo, que é o impor o princípio da responsabilidade social das empresas no respeito pelas normas da OIT e Convenções Internacionais em matérias de ambiente, exigindo-se nas importações extra-comunitárias a etiqueta de origem *made in,* o sistema de rotulagem europeu, que é de facto uma luta de há muito tempo e para a qual continua-se a aguardar resultados, que eu acho que seria importante.
Neste momento, está-se a inovar bastante na utilização dos materiais. Termino com esta questão, Sr. Presidente, que tem a ver com a utilização de fibras sintéticas novas, nomeadamente o bambu, soja e milho que as nossas indústrias já estão a utilizar, mas todo o sistema legal de etiquetagem está deslocado, isto é tudo como sendo viscose.
Ora bem, o que é que acontece? Acontece que as empresas que estão a incorporar esta tecnologia, esta inovação, depois do ponto de vista do comércio não têm nenhuma vantagem competitiva, relativamente aos outros que não utilizam estas novas fibras e continuam a ter na sua etiqueta de composição como sendo tudo viscose.
Por isso, estas alterações de legislação para acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas, também eram necessárias. Penso que cabe desencadear esse processo ao Sr. Secretário de Estado e ao Governo, quer dizer acompanhar aqui um pouco a inovação que as próprias empresas vão produzindo, no sentido da legislação se adequar rapidamente a ela, porque se não, perdem-se nichos de

mercado e são negócios que se perdem. E o que nós queremos, de facto, é que a Indústria Têxtil continue a empregar muita gente e que continue a contribuir para o desempenho do nosso País.

O Sr. **Fernando Serrasqueiro** (Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor): - Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Deputado começaria por si, porque de facto esqueci a questão do Memorando de Entendimento. Qual é a situação sobre o Memorando de Entendimento e pelo que percebi da sua pergunta, do seu prolongamento.
Bom, nós temos estado atentos porque o acordo termina em 2007 e das conversações existentes, eu passo-lhe a dar conta do seguinte: o Comissário Europeu, Mendelson, veio a Portugal, a convite do Sr. Ministro da Economia e a posição pública que tomou nessa altura, foi de impossibilidade de se proceder a uma prorrogação do Memorando de Entendimento, dado não haver condições políticas para o efeito. O Director Geral, o Sr. David O'Sullivan, em Portugal e no quadro das negociações que estamos a fazer para a Presidência Portuguesa, reiterou essa posição.
Portugal tem vindo a ter reuniões com os chamados Amigos dos Têxteis: França, Espanha, Grécia, Lituânia, no sentido de encontrarmos uma solução para o eventual problema, se existir.
Portanto, a colocação que temos vindo a dizer é: bom, se a quotas dispararem, se as exportações dispararem, algo que não está neste momento a acontecer, portanto, está a haver umas restrições relativamente a essa matéria, como é que o problema poderá ser resolvido?
Nós vemos dificuldades na União Europeia em que a nossa posição e a posição dos Amigos dos Têxteis possa, desta vez, ter maioria. Por isso, estaremos sempre de acordo com as posições que possam vir a surgir, no sentido de prolongamento de qualquer acção que possa, de alguma forma, condicionar uma abertura plena do mercado europeu às exportações russas. A não conseguirmos pela via da prorrogação deste acordo, resta-nos, porventura, recorrer às figuras já existentes das cláusulas de salvaguarda, quer a cláusula de salvaguarda China, quer a cláusula de salvaguarda geral.
Portanto, é matéria que poderemos utilizar, mas, como é sabido, uma cláusula de salvaguarda implica averiguações prévias. Daí que aguardaremos a evolução após o *terminus* para, se porventura acontecer uma alteração significativa, podermos tomar a iniciativa de propor qualquer uma destas medidas.
Agora, de qualquer forma, convém alertar que a posição da Comissão em geral não é favorável á prorrogação do actual Memorando de Entendimento.
Quanto a Beja, o que lhe posso dizer é que além da carta, tenho o protocolo que foi assinado. E nesse protocolo - a par das declarações que foram feitas e que são as conhecidas - nada aponta para que essas declarações tivessem fundamento, nem o Governo Português deu qualquer apoio, nem qualquer incentivo a que essas afirmações pudessem ter subjacentes alguma negociação prévia, que não existiu relativamente a essa questão.
Quanto ao Portugal *Fashion*, uma discussão sobre, se vale a pena ou não vale a pena. Disse-lhes que, desta vez, nós já procedemos primeiramente a uma semana que conjugamos, e além de conjugarmos Lisboa e Porto, conjugamos desfile com *showrooms* e mostras. Significa que, para nós, o desfile funciona como uma acção de marca, aliás, é assim que funciona para qualquer criador, muitos de nós sabemos que aquelas roupas não são para uso quotidiano e que são fundamentalmente acções de marketing para captar as atenções quer para o criador, quer para o país.
E, portanto, o que temos vindo a proceder é que sabendo da importância desses desfiles - alguns deles, como sabem, são definidores da Moda Internacional - temos vindo a introduzi-los num pacote, procurando racionalizar meios e maior eficiência ao nível da sua imagem pública. Daí ter dito sempre que pusemos como condição *showrooms* com desfiles, integrar Lisboa e Porto e fazermos só um grande evento português ligado ao Portugal *Fashion* e não um despique que existia - que deve conhecer - entre o que se passava no Porto e o que se passava em Lisboa e a dificuldade que havia em que as duas associações conversassem entre si.
Relativamente à questão *made in*, a nossa posição - a par de outros países - é no sentido de defesa de um sistema de marcação de origem, mas temos contra nós a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca, a Alemanha, a Holanda, o Reino Unido e outros Estados-membros que ainda não tinham posição, mas que sobre esta matéria nos parece que possa vir a surgir.
A posição da Comissão é eventualmente poder-se, para lá do quadro da União Europeia, eventualmente defender o *made in* Portugal, o *made in* Itália ou doutros países, posição que está a ser ponderada.
Agora, é matéria de grande divisão interna, porque há quem justifique que num sistema aberto, como aquele que queremos implantar - um sistema de mais acesso a mercados - que não deve ser utilizada este tipo de referência que procura ser uma marcação.
Portanto, a nossa posição é favorável, mas temos vindo a sentir uma forte oposição de muitos países. E só estamos a defendê-la para lá da União Europeia, porque no quadro da União Europeia, isso, é totalmente impossível.
Última questão, Têxteis Técnicos. Falou-me fundamentalmente de uma área que está a despoletar em Portugal e que já tem significado. Muito da reconversão dos Têxteis tradicionais passou também pelos têxteis técnicos. Hoje já existe um mercado específico nessa área, Portugal tem na área dos têxteis para hospitalares já algum desenvolvimento; nos têxteis de impermeáveis também temos um sector muito avançado. Porventura poucos sabem que grande parte dos blusões de utilização no ski são de produção portuguesa, com marca francesa e que a produção é totalmente portuguesa e que dominamos essa técnica da impermeabilização para a água, mas da não impermeabilização para o suor. É um produto que neste momento está em grande exploração quer na indústria do calçado, quer na indústria da impermeabilização, designadamente nos equipamentos de *ski,* em que Portugal tem aqui algum papel, nalgumas empresas que se reconverteram.
Financiamento da promoção. Estamos a estudar neste momento, o novo modelo para o próximo ano, na medida em que temos o novo Quadro Comunitário de Apoio, estamos a desenhar - e o ICEP tem vindo a tratar disso nos últimos dias - os novos sistemas de incentivos.

Anexo IX – C

Audição do Sr. Secretário de Estado do Emprego de da Formação Profissional (Fernando Medina)

Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

Reunião de 18 de Abril de 2007

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Antes de mais, desejo dar as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional.
Esta audição insere-se no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho desta Comissão para fazer o estudo e o acompanhamento do sector têxtil, que produziu um relatório que penso ser do seu conhecimento, Sr. Secretário de Estado, uma vez que lhe foi remetido oportunamente.
Já foram ouvidos, na semana passada, dois colegas seus, designadamente os Srs. Secretários de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e Adjunto, da Indústria e da Inovação, e o que se pretende do Sr. Secretário de Estado é que se pronuncie acerca da matéria. Vem, com certeza, preparado para o efeito, não sei se deseja produzir uma intervenção inicial mas é este o modelo que costumamos seguir, ou seja, damos ao membro do Governo a possibilidade de fazer uma intervenção inicial, se o desejar, após o que, naturalmente, responderá às questões que os vários grupos parlamentares entenderem colocar-lhe.

O Sr. **Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional** (Fernando Medina): — Sr. Presidente, irei fazer uma intervenção inicial.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra, Sr. Secretário de Estado, mas peço-lhe, desde já, que não ultrapasse os 15 minutos, uma vez que temos um tempo destinado à audição de cerca de 1 hora e 30 minutos e a nossa reunião não deverá ir além das 12 horas ou das 12 horas e 10 minutos.
Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com gosto que estou nesta reunião e que tenho a oportunidade de transmitir a apreciação geral do Ministério do Trabalho sobre a situação e as perspectivas do sector têxtil e as políticas públicas nesta área.
Tenho acompanhado com bastante detalhe e proximidade o trabalho deste grupo de trabalho do sector têxtil e tenho também mantido com os agentes do sector — empresas, associações empresariais e sindicais, enfim, a universidade — um contacto estreito, no sentido de «tomar o pulso» à situação e fazer o ajustamento das políticas públicas para esta área.
Permitam-me que comece por reforçar um aspecto que vem muito bem destacado, no meu entender, no relatório do grupo de trabalho. Refiro-me à enorme importância do sector e da indústria têxtil na economia portuguesa, que representa aproximadamente 25% do total do emprego da indústria transformadora. É um sector com uma enorme importância económica e que tem, em simultâneo, uma enorme diversidade interna, na sua situação e na forma como se tem desenvolvido, nos últimos anos, na economia portuguesa.
No fundo, sob uma ideia geral de severas dificuldades e até uma imagem negativa que, injustamente, tem transparecido, a verdade é que um conhecimento mais profundo do terreno, das empresas e do trabalho que tem vindo a ser feito mostra uma realidade muito diversificada e que eu segmentaria, no fundo, em três grandes grupos. Um primeiro grupo é o das empresas que estão, já hoje, claramente, na linha da frente das empresas da modernidade em Portugal — e julgo que isto é notório também no sector têxtil, em várias das suas áreas e dos seus subsegmentos —, são empresas que fizeram um forte esforço em inovação, quer em inovação tecnológica quer em desenvolvimento do produto, e também algumas que conseguiram mesmo alcançar a capacidade de atingir os circuitos da logística e da distribuição e foram capazes de se posicionar em segmentos de alto valor acrescentado. Esta é uma realidade que hoje existe, não é devidamente conhecida nem valorizada mas existe, e que deve ser, na minha opinião, do ponto de vista político e nacional, acarinhada e demonstrada enquanto exemplo.
Um segundo grupo é o das empresas que tiveram a capacidade de fazer um conjunto significativo de melhorias, ao nível do processo e do produto, mas não conseguem ainda, por uma questão de opção e, outras vezes, por uma questão de possibilidade de desenvolvimento, o controlo da cadeia de distribuição e acabam, por isso, por estar mais sujeitas a circulações e oscilações do comércio internacional. Julgo que o ano de 2005 demonstra, um pouco, a realidade de algumas das empresas deste segundo segmento, mas são empresas que, com a recuperação dos grandes clientes internacionais, nomeadamente das grandes cadeias de distribuição norte-americanas, que, depois de um primeiro período de experimentação de países do leste asiático, retornam hoje aos seus fornecedores tradicionais, e devido à sua qualidade, do ponto de vista da produção, mas também do nível que atingiram, em termos de gestão, de entrega atempada, de entrega de pequenas séries junto dos clientes, conseguiram reconquistar importantes posições quer no mercado espanhol, quer no mercado americano. E, por isso, em alguns subsegmentos, nomeadamente no têxtil-lar, não é pouco frequente ouvirmos a expressão de que uma parte importante do ano de 2007 está conseguida, do ponto de vista das vendas, o que demonstra uma recuperação deste segundo grupo.
Um terceiro segmento é, certamente, o de maior dimensão e é aquele que tem demonstrado que continua ainda numa situação de debilidade. Trata-se de um segmento, como é também bem identificado no relatório, onde predominam pequenas e microempresas, fundamentalmente numa lógica de produção a feitio e de subcontratação, e que, de uma forma ou de outra, mantém ainda um padrão com algumas debilidades de sustentabilidade.
Portanto, no fundo, nesta minha introdução, poderia dizer que, hoje, este sector tem uma enorme diversidade e deve ser, claramente, acarinhado no sentido da valorização das boas práticas e de permitirmos a passagem das empresas deste terceiro segmento para o segundo e do segundo para o primeiro, porque não creio, não acredito, do ponto de vista da concepção sobre a realidade económica empresarial e industrial do País, que haja sectores tradicionais ou sectores em desaparecimento, o que haverá são núcleos de excelência e capacidade de competir em todos os sectores, em todas as actividades, quer seja no sector têxtil, quer seja no sector do calçado, quer seja noutros sectores, nomeadamente associados a sectores globalmente em dificuldades, e penso que podemos encontrar casos de referência que devem ser valorizados.

O segundo ponto da minha intervenção visa, no fundo, situar-vos quanto à forma como as políticas públicas, nomeadamente as que estão na área do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, têm estado a contribuir e podem contribuir para o objectivo de apoiar a modernização do sector têxtil e das empresas do sector têxtil mas também, porque está ainda na esfera do Ministério do Trabalho, para apoiar a situação dos trabalhadores que, eventualmente, e em demasiadas circunstâncias, obviamente, para a nossa vontade, estejam em empresas que não têm condições para continuar.
Ora, situo a intervenção das políticas públicas em seis pontos fundamentais.
Em primeiro lugar, há uma atenção muito particular ao segmento das pequenas e das microempresas, que, no fundo, corresponde a uma parte muito importante do núcleo do terceiro segmento que referi há pouco e que julgo caracterizar o sector. Trata-se de pequenas e microempresas de reduzida dimensão e, muitas vezes, com debilidades em termos de gestão. Em relação a estas, ao nível das políticas públicas, a aposta que temos feito e que vamos seguir, com grande intensidade, no futuro Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), é a do apoio ao desenvolvimento dos modelos de consultoria e formação. Estes modelos são, no fundo, uma modalidade de organização da formação profissional, no sentido da sua adequação, e procedem, em simultâneo com a formação, a um diagnóstico de consultoria e de apoio à modernização da empresa. Nas micro e nas pequenas empresas, aquilo que, muitas vezes, sentimos, relativamente à formação profissional, é que as empresas têm dificuldade em diagnosticar as suas próprias necessidades de formação e, uma vez diagnosticadas, têm uma grande dificuldade na própria organização do processo produtivo. E é fácil conceber que não podemos ter a mesma política pública de formação profissional para uma empresa com 200 ou 250 trabalhadores e para uma empresa com 10 trabalhadores, quando um trabalhador numa empresa com 10 representa 10% da força de trabalho. Importa, por isso, ter programas ajustados ao desenvolvimento destas empresas.
Julgo que estes programas de consultoria e formação têm provado bem, no nosso país, ao longo dos últimos anos, é uma experiência que se tem vindo a solidificar e a reforçar e terá uma dimensão particularmente significativa no próximo QREN, onde se prevê que estejam disponíveis para este tipo de iniciativas cerca de 247 milhões de euros — mais que duplicam os valores disponíveis no período anterior —, o que permitirá apoiar, ao longo do período, acima de 31 200 empresas.
Estes programas associam uma parte de diagnóstico das necessidades de modernização e de desenvolvimento da empresa à estruturação de uma resposta ao nível da formação profissional.
O segundo ponto que tem vindo a ser desenvolvido, também centrado sobre as pequenas e médias empresas e com impacto neste sector, prende-se com os estágios profissionais, a capacidade de se financiar a contratação de mão-de-obra qualificada, através de uma subsidiação, com algum significado, durante o primeiro ano, de recursos humanos licenciados em engenharia, gestão e tecnologias para as pequenas e médias empresas.
O terceiro ponto está, no fundo, em desenvolvimento, em forte articulação com as associações empresariais e sindicais do sector, e prende-se com a reestruturação dos centros de formação ligados ao sector têxtil.
Em Portugal, ao longo dos últimos 25 anos, fomos conseguindo desenvolver uma figura, do ponto de vista dos prestadores de formação, que creio ter vindo a dar também muito bons resultados mas que se encontra insuficientemente explorada, na perspectiva da sua escala, que é a dos centros protocolares. Trata-se de centros de formação que são construídos em parceria entre as associações empresariais e sindicais de determinados sectores de actividade e que conseguem resolver uma parte importante dos problemas que, normalmente, associamos à formação profissional. Muitas vezes, as dificuldades de termos uma formação excessivamente orientada pela oferta e não pela procura ficam resolvidas com estes centros, na medida em que a participação na gestão e na direcção desses centros permite uma forte ligação com as empresas do sector e também a adequação sistemática do trabalho que vem sendo feito.
Neste momento, e é gratificante dizê-lo, em virtude da parceria e da grande capacidade de trabalho conjunto que tem havido com os interlocutores do sector, está em curso o desenho de uma solução de um centro único relativamente ao sector têxtil. Veremos se teremos capacidade de levar esta iniciativa a bom porto. Actualmente, existem três centros de formação profissional protocolares com o sector têxtil, dispersos pelo País, com vários pólos, mas o projecto é o da criação de um único centro que possa ter massa crítica, qualidade e uma direcção com a capacidade suficiente para dotar o sector de um instrumento fundamental para a sua modernização.
O quarto ponto, que está, obviamente, muito ligado à questão da modernização do sector mas também às pessoas, aos trabalhadores, eventualmente, àqueles que se encontram em situação de desemprego, prende-se com o projecto das Novas Oportunidades e da qualificação escolar e profissional dos cidadãos.
De facto, o sector têxtil padece do problema que resulta do diagnóstico geral do País e que se traduz num défice geral de qualificações. De qualquer forma, neste caso, esse diagnóstico surge ainda agravado, do ponto de vista das pessoas e da estrutura do emprego, pelo menos com qualificações de nível secundário ou superior. Para vos dar um exemplo — e, no fundo, este grande número ilustra, um pouco, o esforço que temos a fazer nesta área —, no âmbito da população activa portuguesa, cerca de 30% tem o ensino secundário completo ou o ensino superior, mas este valor cai para cerca de 7,8% quando falamos dos empregados no sector têxtil. Por isso é que o esforço de qualificação e de reforço das competências de base, das competências transversais, de elevação desse nível de competências dos trabalhadores é uma condição essencial para o progresso.
A quinta dimensão da política pública nesta área traduz-se no reforço das políticas activas em geral e não exclusivamente da Iniciativa Novas Oportunidades. Estas políticas activas prendem-se, por um lado, com uma dimensão de reforço e de pró-actividade do serviço público de emprego — uma actuação mais virada para o contacto directo com as empresas e para uma resposta mais rápida aos trabalhadores que estão em situação de desemprego — e os dados mostram um crescimento significativo das ofertas e das colocações realizadas pelos centros de emprego, nomeadamente relacionadas com esta indústria têxtil, e, por isso, um significativo aumento das ofertas de emprego e das colocações nesta indústria e neste sector.
É evidente que estes dados demonstram, em primeiro lugar, uma alteração associada, julgo, ao regresso dos grandes clientes das cadeias nalguns dos segmentos de que vos falei, mas também reflectem, em minha opinião, uma actuação mais pró-activa, como ficou definido no Plano Nacional de Emprego, de relação dos serviços públicos directamente com as empresas.
Por último, dois pontos relativamente à área do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Na área da protecção social temos, no fundo, feito um esforço particularmente significativo de diminuição dos prazos médios de concessão das prestações, de forma a permitir um apoio mais rápido e mais sistemático às pessoas que ficam na situação de desemprego. Em último lugar — não vou detalhar muito porque julgo que o meu colega da área da economia o terá feito —, realço o trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria, no âmbito do gabinete de apoio às reestruturações empresariais, de concertação das posições das várias entidades públicas na análise dos processos de reestruturação empresarial.
De facto, trata-se de uma situação complexa e talvez algo anómala que encontrámos no início do mandato, ou seja, o Estado não tinha a capacidade sequer de assegurar uma posição comum enquanto credor perante uma empresa numa situação de reestruturação. E, como todos sabemos, numa empresa em dificuldades, normalmente, o primeiro credor é o Estado, quer seja através dos impostos quer da segurança social, os segundos credores mais importantes serão a banca. E, no fundo, segue-se o padrão desta lista. Por isso, a concertação dos principais credores, nomeadamente fisco e segurança social, é algo que temos vindo a trabalhar de forma regular e sistemática e que me parece de grande importância para a viabilidade de algumas empresas.
O último ponto que eu destacaria nesta intervenção inicial é, julgo, um ponto de esperança e de um certo conforto relativamente à realidade institucional e dos agentes que encontramos no sector. Julgo que hoje — o relatório salienta esse aspecto e partilho dessa

apreciação, pelo contacto que tenho — vivemos um momento um pouco único de convergência de posições, de opiniões e de capacidade de trabalho em conjunto dos vários agentes ligados ao sector têxtil, sejam empresariais, sindicais ou institucionais, do ponto de vista da política pública. E foi isto que permitiu, na minha opinião, um acordo histórico em matéria de contratação colectiva, numa primeira fase de construir uma nova grelha de regulamentação colectiva envolvendo as três principais associações empresariais do sector sob aspectos fundamentais de modernização da contratação colectiva, no que julgo ser um exemplo ao nível do que temos tido, e que normalmente gostamos de citar, na Autoeuropa.
Conhecer o novo contrato colectivo dos têxteis é um excelente ânimo para a modernização da contratação colectiva em Portugal e as associações empresariais e sindicais envolvidas devem ser felicitadas por isso.
Numa segunda dimensão, que foi um trabalho posterior que já não envolveu todas as associações empresariais mas que espero possa vir a envolver, houve a renegociação do vasto leque de categorias profissionais que estavam envolvidas no contrato. Esta capacidade de diálogo social num sector que tem enfrentado dificuldades é um elemento positivo que deve ser valorizado e sobre o qual poderemos, depois, ancorar parte significativa do trabalho para o futuro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar à primeira ronda de perguntas por parte dos grupos parlamentares.
Antes de dar a palavra gostaria de perguntar se, para além das intervenções em nome dos grupos parlamentares, há mais algum Deputado que queira usar da palavra. Para uma boa gestão do tempo peço-lhes o favor de me darem essa indicação.

Aparte inaudível.

Mantenho a pergunta: há algum Deputado que queria usar da palavra depois da primeira ronda de perguntas dos grupos parlamentares? Se não houver mais Deputados que queiram falar para além da primeira ronda de intervenções de cada um dos grupos parlamentares posso dar 10 minutos a cada orador, caso contrário a gestão do tempo é completamente diferente. A pergunta faz sentido!
Portanto, peço aos Srs. Deputados o favor de se inscreverem neste momento para a mesa poder fazer uma boa gestão do tempo.

Aparte inaudível.

Sr.ª Deputada, temos 55 minutos. É completamente diferente haver ou não pedidos de palavra. Penso que os Deputados podem inscrever-se agora.

Pausa.

Como parece que há mais inscrições, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosário Cardoso Águas, dispondo de 5 minutos para a primeira intervenção. O seu grupo parlamentar poderá fazer uma segunda intervenção, se o desejar.
Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Sr. Presidente, atendendo a esta nova redistribuição e orientação da audição, como estou inscrita apenas uma vez, agradeço que me reserve o direito de falar novamente caso se justifique ao longo desta audição, uma vez que vão falar três pessoas do PS, e eu considere imprescindível fazer uma segunda pergunta, que será com certeza breve, como geralmente faço. Para já, pretendo fazer apenas um conjunto de perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr.ª Deputada, que terá direito a usar da palavra uma segunda vez se o desejar. A minha pergunta visava apenas saber se havia ou não pedidos de palavra. Não havendo os grupos parlamentares disporiam, cada um, de 10 minutos. Penso que poderíamos resolver a questão nesses termos, mas parece que não pode ser desse modo.
Sendo assim, tem a palavra a Sr.ª Deputada para uma primeira intervenção, dispondo de 5 minutos.

A Sr.ª **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, antes de mais, gostaria de cumprimentá-lo, muito em especial porque da sua intervenção ficou claro o conhecimento e o interesse que atribui a esta questão do sector têxtil português, sobre o qual tem opinião e números. Gostava, por isso, de cumprimentá-lo. Não é que isso não seja a sua obrigação, mas não era necessariamente expectável que assim fosse.
Uma vez que acompanhou a actividade deste grupo de trabalho sobre o têxtil, dispenso-me de fazer alusão a alguns aspectos que tinha pensado referir. Há um aspecto, no entanto, que é importante e que manifestamos neste relatório, que é a consciência que temos de que abordámos apenas parte do problema. Por exemplo, no que diz respeito a visitas privilegiou-se um pouco casos de sucesso. Isto não tem de ser necessariamente um inconveniente nem contraditório com o facto de este grupo se constituir para acompanhar com muita preocupação o que estava a desenrolar-se nos têxteis.
Acho que teve o mérito de se criar aqui uma nova atitude e abordagem sobre este tema, que é a de termos a preocupação de quando se fala de têxteis não fazer um discurso choroso e de desgraça sem que ele seja acompanhado da invocação dos casos de sucesso e da divulgação das boas práticas. Penso que essa atitude pode contribuir, em termos de expectativas, para ajudar um pouco a resolução destes problemas.
Ouvimos já entidades e o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação sobre este assunto. Naturalmente, naquilo que diz respeito ao Ministério em que é Secretário de Estado gostávamos de focar um pouco mais e de chamar a atenção para as questões do desemprego.
O Sr. Secretário de Estado fez aqui uma intervenção muito pró-activa, das medidas que estão a ser equacionadas para enfrentar este problema, mas há uma questão que não pode ser posta de parte, que é a questão do desemprego efectivo consequência de todo este problema no sector têxtil.
De acordo com os dados que temos, no Vale do Ave o desemprego atinge cerca de 14%, número a que deve ser adicionado, embora não tenhamos dados fiáveis, números de emigração temporária e semanal. Temos hoje conhecimento de que há inúmeras zonas do País, nomeadamente esta, de que saem centenas de trabalhadores ao domingo à noite para Espanha, para trabalhar, e que regressam no final da semana. Portanto, este é um tema que também nos preocupa e sobre o qual não temos muito números. Agradecia que o Sr. Secretário de Estado, na sua resposta, pudesse adiantar-nos números sobre o desemprego, focalizado neste sector têxtil em particular, diferentes ou mais actualizados do que os que temos.
Em relação às políticas públicas activas para enfrentar este problema há dois aspectos a que gostava de ouvir, a um deles, referir-se e, ao outro, desenvolver um pouco mais.
Portugal tem tido em relação ao sector têxtil uma atitude francamente diferente da de outros países da Europa que também estão a sofrer com o problema da globalização e das suas consequências no têxtil. Por exemplo, Espanha, Grécia e Itália não têm problemas nenhuns em assumir um problema neste sector têxtil e em consignar verbas elevadas para a resolução dos problemas do sector. Em

Portugal temos sempre uma atitude um pouco mais cerimoniosa de não querer estar a privilegiar este ou aquele sector. Isso tem acontecido, pelo que gostava de o ouvir sobre esta matéria.
Quanto ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, naturalmente que ele nos abre um conjunto de oportunidades. O Sr. Secretário de Estado falou aqui em várias medidas e há uma com a qual manifesto o meu total acordo porque acredito mesmo que, se devidamente executada, pode produzir grandes efeitos. Por isso, gostava que o Sr. Secretário de Estado pudesse desenvolver um pouco mais como pensa que vai acontecer a questão dos modelos de consultoria e formação. É que, de facto, quem tem formação na área de gestão, já passou por empresas e conhece um pouco o mercado sabe que, em muitos casos, os problemas maiores se localizam exactamente na área da gestão, da organização, da capacidade de enumerar e de elencar uma missão e uma estratégia consequente e bem delineada. E, portanto, tudo aquilo que seja a afectação, a ajuda a estes empresários na identificação e no diagnóstico da sua situação empresarial apontando-lhes caminhos de futuro é bem-vindo.
No entanto, gostava que explicasse um pouco melhor como é que isto vai funcionar porque, depois, no segundo eixo que enumerou falou em subsidiação de licenciados de gestão. Não tenho nada contra a ajuda e a integração de recém-licenciados na área de gestão, mas estas empresas precisam muitos mais de *seniors* em gestão do que propriamente de licenciados em gestão. Os recém-licenciados podem ir aprender noutras grandes empresas que estejam bem estruturadas e que até podem constituir uma boa recolha de conhecimento. Agora, para aquelas que estão em dificuldades, acho que recém-licenciados só irão ajudar a criar alguns problemas, porque todos sabemos que é na prática da vida profissional que aprendemos a maior parte daquilo que sabemos.
O Sr. Secretário de Estado falou em 247 milhões de euros para esta medida de modelos de consultadoria e formação. Ora, gostava de saber se, à partida, ela está minimamente afecta ao sector têxtil e quanto é que está afecto a este sector. Isto, para perceber se, de facto, o sector têxtil está a ser encarado como um sector especialmente problemático e se o Governo está com vontade de fazer políticas que não protejam artificialmente o emprego ou as empresas, porque isso — e dizemo-lo para que não haja confusão — não subscrevemos. Agora, há com certeza neste universo, no tal terceiro grupo da realidade (tendo em conta que o Sr. Secretário de Estado a dividiu em três), isto é, neste último grupo de microempresas com grandes debilidades, muitas centenas que têm oportunidade de vingar, desde que lhes seja dada a devida ajuda.
Gostava também que nos dissesse, uma vez que tem esta matéria tão aprofundadamente estudada, qual é, em termos de números, a dimensão deste terceiro grupo de empresas e se, na sua perspectiva (e não é para assustar), estamos a chegar ao fim do saneamento destas empresas têxteis, ou se o Sr. Secretário de Estado tem uma estimativa do número adicional que ainda terá de encerrar portas. Isto não numa perspectiva negativa, mas na perspectiva de que não há forma de podermos tomar decisões políticas adequadas sem termos a consciência do diagnóstico que está em cima da mesa. É, pois, nesta perspectiva que lhe faço a pergunta e não noutra.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.ª Deputada.

A **Oradora**: — Então, para concluir, só mais uma pergunta que tem a ver com a última perspectiva de que falou sobre a concertação dos principais credores, Estado e segurança social. Esta é, de facto, uma realidade, sabendo — e o Sr. Secretário de Estado também sabe, mas não sei se será esse o caso dos têxteis, não deve ser — que, em muitos sectores da actividade económica portuguesa, a administração central e a administração local são muitas vezes responsáveis pela falência absoluta de empresas. Julgo que não será esse o caso no têxtil, em particular, mas gostava que desenvolvesse um pouco melhor em que sentido é que estão a pensar fazer esta concertação. É ligando esta concertação quando as empresas estão a ser favorecidas com o tal modelo de consultadoria financeira? Quer dizer, vão abordar estas empresas em termos de pacote de ajuda? Como é que isto vai ser feito? É que se estamos a pensar nestas seis medidas que enumerou individualmente para cada empresa, isto, depois, não funciona. Quer dizer, estas são abordagens que certamente terão de ser conjuntamente aplicadas às empresas que estão em dificuldades.
Com isto, conclui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Venda.

A Sr.ª Teresa Venda (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, começo por cumprimentá-lo e por registar que conhece perfeitamente os constrangimentos, as potencialidades e as oportunidades do sector têxtil. Penso que fez uma intervenção que, metodologicamente, sintetizou todas as observações que o grupo de trabalho, no âmbito das suas atribuições, abordou. Globalmente, a sua leitura do sector foi muito positiva. E dessa leitura positiva também podemos inferir que o Ministério do Trabalho e, concretamente, a sua Secretaria de Estado está a olhar para o sector têxtil numa perspectiva dinâmica, sector este que, como bem referiu, representa 25% do emprego. E é precisamente por representar 25% do emprego da indústria transformadora que este sector é tão importante para o País e tem sido, nas últimas dezenas de anos, um sector estratégico de desenvolvimento de certas áreas regionais. É pelo seu peso no volume de emprego que, hoje, este sector é tão sensível quando, podendo vir a ser afectado, afecta não só um número significativo de trabalhadores mas um número significativo de trabalhadores e de famílias que estão concentrados em zonas específicas do nosso território. É nessa perspectiva que considero muito positivas as medidas que elencou, em termos das diferentes dimensões de políticas públicas que o Governo está a dinamizar para apoiar este sector.
No entanto, não falando da óptica do emprego, nem das questões que a minha colega Deputada do PSD já colocou, pois não quero repetir, gostava de fazer uma pergunta específica que vou enquadrar.
O Boletim da Primavera do Banco de Portugal, de 2006, traduz o que foi o desempenho não só da nossa economia no global mas também do sector têxtil em particular, no ano de 2006. Conforme refere o relatório, o ano de 2006 foi globalmente favorável e mais favorável do que os anos anteriores.
Também na indústria têxtil, sentimos que, entre a data em que começámos o nosso trabalho, em Setembro de 2005, e o presente, houve um certo ânimo no sector. Se é verdade que com a liberalização do comércio internacional no âmbito da OMC a partir de 1 de Janeiro de 2005 se registou uma retracção significativa nas encomendas ao sector, em 2006 os nossos clientes tradicionais, reconhecendo a nossa qualidade de trabalho e capacidade de resposta pronta às encomendas, voltaram ao País. Mas para este facto não podemos esquecer os efeitos positivos do acordo que a nível comunitário acabou por ser negociado – Memorando de Entendimento, e das restrições impostas às importações da Ásia que decorreram daquele memorando, mas que terminarão no fim de 2007.
Penso que gerir é prever e o Governo deve prever o futuro. Ora, julgo que não está afastada uma crise potencial neste sector e, sobretudo, naquele sector, que, como classificou, é o terceiro grupo, que abrange a maioria das micro e pequenas empresas têxteis, aquelas que são mais sensíveis e têm mais debilidades, quer de potencial de resposta às ameaças da globalização, quer de debilidades sociais porque normalmente são famílias inteiras que estão ligadas à produção.
Ainda relativamente ao relatório do Banco de Portugal, penso que há nele um parágrafo que traduz a percepção que nos foi transmitida pelas associações de empresários, ao referir que a rigidez do mercado de trabalho português, uma das mais elevadas da União Europeia, não facilita o ajustamento das empresas a choques negativos sobre a procura dos seus produtos, especialmente tendo em conta a legislação laboral que dificulta a adaptação do número de trabalhadores à evolução da actividade das empresas. Esta situação

é particularmente relevante no contexto de Portugal na área euro e da alteração do padrão de vantagens comparativas associadas à intensificação do processo de globalização.
Assim, uma das questões que coloco é se, em termos de políticas públicas, há a perspectiva de o sector têxtil poder ser visto como um sector com alguma discriminação positiva em termos de medidas que potenciem alguma flexibilidade de trabalho. E falo, em termos da lei do trabalho e da contratação colectiva. É que uma das grandes dificuldades que os empresários nos referiram. A dificuldade de adaptarem o seu núcleo de trabalho fixo a essa restrição de encomendas que, às vezes, pode ser pontual, mas que, representando uma ameaça, leva o empresário, por vezes, a fechar a porta. Daí, surgirem por vezes na *media* aquelas situações que nos dão uma imagem errada do sector. Portanto, gostaria de saber se há a perspectiva de haver algumas medidas que propiciem alguma flexibilidade para este sector?
Passando à segunda questão, gostaria de abordar os aspectos também da constituição da própria unidade produtiva. Sabemos que a economia paralela ou a economia informal neste sector se quantifica entre 20% a 25%. Recentemente, estive presente num encontro em que uma associação têxtil referiu que as acções de fiscalização que o Ministério do Trabalho está a desencadear, estava a levar ao fecho de algumas pequenas empresas o que concretamente colocava problemas de produção até às grandes empresas, porque é um sector que funciona em «clusterização», havendo grandes empresas que recorrem às pequenas empresas para as suas encomendas. Tendo comentado que provavelmente estávamos perante situações de informalidade foi – me referido que não era uma questão de informalidade, porque as empresas estavam legalmente constituídas, com os trabalhadores registados na segurança social (não sabemos se todos), decorrendo as dificuldades de haver alguns constrangimentos em termos de exigências físicas da própria unidade que eles não conseguiam respeitar. Então, o mais fácil era fechar e, eventualmente mais tarde, abrir noutro sítio, onde, enquanto não fossem novamente fiscalizados, assegurariam o funcionamento. O facto de este sector funcionar em «clusterização» leva a que estas pequenas empresas também sejam factor de desenvolvimento do próprio sector, porque elas contribuem para o valor acrescentado das outras empresas. Será que pode ser equacionadas medidas facilitadoras do licenciamento destas pequenas unidades produtivas, respeitando claramente as garantias em termos de segurança e higiene no trabalho e o meio ambiente?
Para terminar, gostava também de posicionar-me numa perspectiva que foi sugerida no âmbito dos trabalhos que levámos a cabo e que tem a ver com o facto de, neste sector, jamais podermos tentar competir em termos de baixos salários, porque tanto a China como todo a região asiática sempre nos baterá, mas podermos competir, dado que temos uma boa imagem de produção de grande qualidade e de respeito de encomendas mercado internacional, em termos de valor acrescentado, evoluindo nesse domínio.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr.ª Deputada.

A Oradora: — Concluo já, Sr. Presidente.
Ora, para evoluir em valor acrescentado, temos de substituir as nossas costureiras por modelistas, temos de introduzir o *design*, temos de criar marcas, introduzir muito mais valor acrescentado e esse maior valor acrescentado podia ser incrementado por efeito de demonstração. O Governo tem uma iniciativa saudável, INOV CONTACTO que envia para fora licenciados para em contacto com outras dinâmicas e experiências trazerem mais experiência para o País. Ora, uma das sugestões que nos deram — e acerca disso gostava de saber a opinião do Sr. Secretário de Estado — passa pela dinamização de um programa para trazer para cá grandes *experts*, nomeadamente de *design*, que pudessem dar um contributo para aumentar a notoriedade do têxtil português, ou na vertente do têxtil técnico, de grande especificidade técnica, ou, nomeadamente, da imagem, (recordo que o Japão começou a ser conhecido pelo *design* e pelos seus costureiros). Poderia um programa desta natureza ser equacionado nesta óptica de acelerar as vantagens competitivas do País?
São estas as minhas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, começo igualmente por saudá-lo. Quero colocar-lhe um conjunto de quatro questões, no que tentarei ser o mais sintético possível.
Acho bastante positiva, como já foi aqui referido, esta perspectiva do sector têxtil não como uma massa homogénea de empresas, todas com o mesmo tipo de problemas ou de êxitos, mas como ele é na realidade. Penso que este é um ponto de partida extremamente importante para sermos capazes de responder aos problemas que temos para muitas centenas, senão milhares, de pequenas e médias empresas.
Neste sector, como é sabido, há umas vantagens competitivas que não são aceitáveis, que são as que resultam da violação das regras da legislação do trabalho. Deste ponto de vista, continua a haver queixas dos seus trabalhadores e dos sindicatos, em particular resultantes das dificuldades de recursos humanos dos serviços de inspecção do trabalho, e não só.
Continua a haver uma queixa de que há um prazo de dois a três meses, portanto, suficientemente dilatado, entre o acto da queixa e o da intervenção.
Sabemos que o Sr. Ministro do Trabalho anunciou recentemente o reforço dos serviços de inspecção com cerca de 100 novos agentes, sendo uma medida positiva.
Porém, estou a lembrar-me dos serviços de inspecção localizados no distrito de Braga, no Vale do Ave, não sei o que está previsto como reforço, mas trata-se claramente de uma situação que necessita de um reforço significativo, porque não é adequada. Até porque não tenho exactamente ideia do resultado líquido da situação depois da entrada dos 100 novos agentes, com os processos de reforma que também vão acontecendo, e não só.
O problema que já tenho levantado coloca-se também ao nível dos serviços de inspecção da segurança social. Por exemplo, a situação actual de 7 equipas no centro regional de segurança social é manifestamente insuficiente para responder aos problemas que temos no distrito e no Vale do Ave, em geral.
Aliás, o Sr. Secretário de Estado falou da redução dos prazos das prestações sociais e este é, sem dúvida alguma, um dos problemas graves que temos, com atrasos, por exemplo, ao nível do fundo de garantia salarial, que rondam, ou rondavam, os dois anos.
O Centro Regional de Segurança Social de Braga também tem uma situação de reconhecido défice de recursos humanos, com uma média de cerca de 0,44 trabalhadores por beneficiário com prestações para uma média nacional de 0,84%, o que é manifestamente insuficiente.
A questão que coloco é a de saber o que é que está em cima da mesa do ponto de vista do reforço destes centros regionais de segurança social.
Penso que é de grande importância que na formação se encontrem as regras e os instrumentos adequados aos problemas das micro e pequenas empresas, portanto, acho que é adequado o que foi referido e a sua concretização. De qualquer das formas, espero que os apoios às micro e pequenas empresas do sector têxtil não fiquem por aí, como aparentemente o QREN pretende estabelecer, com este tipo de iniciativas e de engenharia financeira e que para as empresas de grande capital haja fundos reembolsáveis, fundos perdidos, que, aliás, o relator do parecer do CES sobre o QREN declarou recentemente numa audição desta Comissão que considerava um lapso.

O Sr. Secretário de Estado falou da reestruturação dos centros de formação protocolar e fez uma referência que não coincide com a informação que tenho. É que, actualmente, esses centros funcionam em parceria entre o Estado e as associações empresariais, onde, estranhamente, as estruturas sindicais não estão presentes.
Pergunto-lhe, por isso, se a reestruturação que está em curso vai passar a ter a participação das organizações sindicais, porque é, sem dúvida alguma, de grande importância a intervenção dos sindicatos nesta área.
O Sr. Secretário de Estado referiu também a redução dos actuais três centros no sector têxtil, dois de vestuário, em Lisboa e Porto, e um de lanifícios, na Covilhã, a um único centro. Do ponto de vista da organização, não terei grandes objecções, mas pergunto se isso não vai significar a anulação de pólos do centro único nas regiões do sector têxtil, concretamente na zona do Vale do Ave e Beira Interior, na Covilhã.
Relativamente a uma outra questão que diz respeito à remuneração, o Sr. Secretário de Estado referiu a importância do acordo colectivo de trabalho concluído durante o período de elaboração do relatório. Nas recomendações do grupo de trabalho presentes no relatório refere-se que este e os acordos em torno do salário mínimo deviam abrir uma fase de revalorização dos trabalhadores e das melhorias das suas condições laborais, vencendo-se o estigma de um sector de mão-de-obra barata e desqualificada. Pensamos que esta será uma questão central.
Mas, recentemente, pelo menos uma associação de empresários veio colocar em cima da mesa, a propósito do acordo em torno do salário mínimo nacional, duas ideias: a ideia de redução substancial dos apoios das indemnizações por despedimento e a de alteração da actual situação do quadro de remuneração, integrando o 13.º mês e o subsídio de férias no salário mensal.
Podemos dizer que, do ponto de vista formal, o vencimento anual dos trabalhadores não sofreria alterações, mas isto teria implicações nas futuras actualizações de salário, dado que teoricamente alguns destes salários passariam, para além de outros aspectos, a estar acima do salário mínimo nacional, e, portanto, deixariam de estar afectados pelos aumentos que se viessem nele a verificar.
Pergunto-lhe como é que o Governo reage a estas duas propostas desta associação patronal.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que tenha em conta que ainda haverá uma segunda ronda para a qual estão inscritos três Srs. Deputados.
Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tentarei ser breve e telegráfico, respondendo às questões fundamentais que me foram colocadas.
Em primeiro lugar, relativamente à situação da evolução do emprego e da composição do sector, não tenho, obviamente, o número exacto da classificação que fiz em três partes, embora conheçamos os grandes números: cerca de 90% das empresas têm menos de 50 trabalhadores dentro deste sector, o que, curiosamente, até é um número um pouco inferior ao da média nacional. Mas, de qualquer maneira, está próximo desta caracterização de um sector dominado em termos de micro e pequenas empresas. No entanto, não me custa ter uma apreciação de que a parte fundamental do emprego se coloca dentro destas unidades, e que também é aqui, nomeadamente nas médias empresas, que encontramos pólos significativos de inovação e de modernidade.
A realidade destas micro e pequenas empresas está também muito ligada ao que acontece nas médias empresas e nas que — como referiu a Sr.ª Deputada do Partido Socialista —, como funcionam numa lógica da «clusterização», acabam por poder ter um efeito positivo de arrastamento sobre o que se passa nas médias empresas.
Relativamente à situação do desemprego e do emprego nestas regiões, neste momento, existem cerca de 42 500 desempregados registados oriundos destes sectores das indústrias do têxtil e do vestuário, sendo um número que sofreu uma ligeira diminuição face ao ano anterior.
Para responder à Sr.ª Deputada Rosário Águas, diria que o elemento mais significativo que destacaria sobre a evolução da situação do emprego e do desemprego no sector é o que se está a passar ao nível das ofertas e das colocações registadas por estas empresas e, por isso, também partilho um pouco da apreciação feita de que o sector estará numa fase de alguma estabilização e recuperação, que temos de acompanhar e de monitorizar.
É um sector que, como todos conhecemos, tem tido um processo de ajustamento estrutural, que não é dos últimos 3 anos e, por isso, não decorre só directamente da recente entrada da China e da Índia na Organização Mundial do Comércio. Era um processo de ajustamento que já se vinha a fazer há pelo menos 10 anos.
Deixo aos Srs. Deputados quatro números que me parecem significativos.
As ofertas recebidas nos centros de emprego oriundas de empresas do sector da fabricação dos têxteis e da indústria do vestuário cresceram cerca de 4,9%, no ano de 2006, face a 2005, e, no primeiro trimestre de 2007, face ao primeiro trimestre de 2006, estas ofertas cresceram 8,3%. Só na região norte estas ofertas cresceram, no primeiro trimestre, 12,3%. O que mostra uma dinâmica do ponto de vista de alguma recuperação da capacidade de criação de emprego que está ligada à capacidade de desenvolvimento económico e de recuperação económica que se sente nesse sector.
O segundo elemento que deixo aos Srs. Deputados prende-se com o aumento das colocações realizadas neste sector, que foi de 4%, entre 2005 e 2006, e de 6,4% no primeiro trimestre de 2007, face ao primeiro trimestre de 2006.
Gostaria de dar uma segunda nota sobre a questão do funcionamento do AGIR e da abordagem do Estado enquanto credor.
Julgo que o que se pretende do funcionamento de um grupo com a natureza do AGIR é que tenha uma capacidade de resposta muito rápida e de apreciação de cada caso concreto e, no fundo, que desenvolva um processo de triagem, de avaliação e de encaminhamento, do ponto de vista das respostas das políticas públicas, particularmente célere. Perante uma situação de uma empresa em dificuldades perceber se ela está em condições de poder, desde já, aceder aos sistemas de incentivos de empresas recuperadas, se estão numa situação em que precisam de protecção de credores e de programas especiais de conciliação, então, há que fazer nessa sede a conciliação das posições dos credores públicos, fundamentalmente fisco e segurança social. Depois, obviamente, em casos de total inviabilidade relativamente a essas empresas, accionar, desde logo, os mecanismos do Ministério do Trabalho para um apoio mais efectivo no processo de reestruturação empresarial ao nível dos trabalhadores.
A terceira questão colocada diz respeito a um programa específico para o sector têxtil. Não tenho qualquer objecção ou predilecção quanto a isso. Julgo que, em Portugal, temos de encontrar os programas e as respostas que tenham maior capacidade e eficácia de dar respostas aos problemas concretos. E, por alguma experiência que vamos tendo dos sucessivos governos e das sucessivas épocas de administração pública, normalmente, quanto mais abrangentes e mais largos são os programas mais dificuldades se colocam depois na sua efectiva concretização e coordenação territorial.
Não se trata de um problema de um ou de dois governos é um problema da nossa estrutura administrativa, que têm alguma dificuldade em lidar com programas de base transversal. No fundo, até hoje, nós temos privilegiado as abordagens que consigam ter instrumentos mais eficazes a funcionar com maior rapidez no terreno. Agora, eu não excluo que isso, obviamente, possa vir a acontecer, e haverá toda a disponibilidade de participação e empenho em programas transversais, mas julgo que ainda temos muito para poder realizar, também em parceria com o sector, nomeadamente na área de emprego e formação.
Relativamente ao desenvolvimento dos modelos de consultoria e formação, a primeira questão directa colocada foi se, à partida, estava afectado um montante de recursos. Não está, mas poderá vir a estar e a ser definido, embora ele, em sede de execução, tenda,

obviamente, a concentrar-se nas regiões e nos sectores com determinado tipo de dificuldades e de especificidades, como acaba também muito por ser o caso do sector têxtil. É algo que decorrerá da boa gestão das coisas, que decorrerá da boa prática relativamente aos instrumentos.
Julgo que este instrumento dos modelos de consultoria e formação é um instrumento para o qual temos de olhar com atenção e que temos de valorizar devidamente. Porque, se virmos o fundo – e permitam-me aqui um *zoom* – da situação da formação profissional e olharmos para o seu mapa geral em Portugal, vemos um País profundamente fragmentado.
Vemos um primeiro grupo de empresas que fazem formação profissional e que a integram no seu modelo de desenvolvimento e no seu modelo competitivo e que a fazem independentemente dos apoios públicos, onde se inclui já um número muito significativo de empresas, também com um número muito representativo de trabalhadores. Julgo que este é um segmento de empresas que, obviamente, não deverá ser o beneficiário fundamental de apoios públicos, pois trata-se de empresas que já realizam formação profissional, independentemente de ter apoios públicos, por isso não é necessário canalizar recursos públicos para elas, exceptuando, como é natural, os casos em que se coloca a questão da posição competitiva de Portugal enquanto factor de atracção de investimento estrangeiro.
Existe um segundo grupo de empresas que tem, no fundo, uma relação mais oscilante com a formação profissional: não faz ou faz de forma não regular e muitas vezes associada à existência ou disponibilidade de apoios públicos. Este tipo de empresas deve, obviamente, ser alvo de apoios da política pública e do financiamento público, desde que se trate de formações críticas que permitam, no fundo, alavancar e fazer com que estas empresas passem para o patamar da frente. Também neste segundo grupo tem de haver uma particular atenção do ponto de vista de gestão e de selectividade, para também não permitir uma perpetuação de um conjunto de práticas menos competitivas.
Depois, há um terceiro grupo, que eu denominaria, de forma muito genérica, de micro, pequenas e médias empresas, em que os problemas se colocam com maior acuidade. Nós temos demonstrado que modelos anteriores de financiamento de formação profissional não eram adequados a essas empresas. Porquê? Porque, no fundo, o que está em causa muitas vezes é a própria capacidade de identificação das necessidades de formação, de definir programas de formação adequados e integrados num processo integrado de modernização dessa micro ou dessa pequena empresa e, depois, a dificuldade de executar a própria acção da formação em si.
Por isso, os programas de consultoria e formação funcionam de uma forma simples: existe um apoio de consultoria, por isso um consultor, um técnico ou uma equipa de técnicos especializados, que apoia a realização de um diagnóstico, em parceria com o empresário e com a pequena empresa; faz-se um diagnóstico e um programa de modernização, que abrange várias áreas da empresa, que podem ir do sistema de contabilidade, de distribuição, financeiro e logístico a várias dimensões tecnológicas de produção; feito este diagnóstico, há obrigatoriamente um diagnóstico relativamente às necessidades de formação; e depois haverá um apoio à realização dessa acção de formação, tendo em conta, nomeadamente, o facto de serem micro e pequenas empresas, por isso a questão do número de trabalhadores e das horas de trabalho que as pessoas têm é uma função crítica. Este processo integrado permite dar uma resposta positiva, porque também associa a própria formação dos empresários, relevantes neste papel.
As associações empresariais têm tido um papel importante na realização e no desenvolvimento deste modelo de consultoria e formação. Eu acho que ele tem de ser actualizado relativamente à prática que tem sido seguida até hoje, pois admito que o modelo esteja um muito mais centrado sobre uma dimensão consultoria do que sobre uma dimensão formação. Julgo que no futuro QREN temos de reforçar a componente formação de empresários, mas também de trabalhadores. Mas acho que é um modelo que, no fundamental, funciona bem.
A aposta que fazemos no QREN é partir estes modelos em dois, para nos permitir… Este modelo, como acabei de explicar, é um modelo altamente personalizado e, por isso, é caro. Do meu ponto de vista, trata-se de diagnósticos, de apoios, de consultorias a empresas concretas, de apoio ao processo e de apoio à formação dessas pessoas.
O que pretendemos, no fundo, é fazer dois grupos: um primeiro grupo, em que os processos de consultoria e formação sejam da forma como eu os descrevi, atomizados, personalizados e, obviamente, mais caros e mais pesados do ponto de vista da sua organização; e um segundo grupo em que os processos de consultoria possam ser aplicados em bases sectoriais, onde a proximidade e a similitude dos problemas e das empresas permite que possamos, com um diagnóstico, porventura, menos personalizado, abranger um maior número de empresas. Tratar-se-ia, portanto, de uma solução mais *standard*.
Posso dar-vos um exemplo onde isto se vai passar, que é ao nível da restauração. Esta é uma área onde isto se vai passar. O desenvolvimento das actividades e dos negócios e aquilo que é necessário fazer pode, de alguma forma, ser mais padronizado, reduzindo os custos, o que nos permitirá alargar muito significativamente o número de empresas abrangidas.
Partilho consigo, obviamente, a apreciação que faz dos tais profissionais e do seu papel. Não são instrumentos alternativos, são instrumentos complementares, porque também no domínio das micro, das pequenas e das médias empresas encontramos, felizmente, realidades muito diversificadas. E no próprio sector têxtil e nas empresas de apoio e de suporte ao desenvolvimento do sector têxtil encontramos hoje já um conjunto de competências e de potencialidades, porque o apoio ao nível dos estágios se tem demonstrado eficaz.
Relativamente às questões levantadas pela Sr.ª Deputada Teresa Venda, há uma primeira que me parece de grande importância, que se prende com a questão das políticas de combate à informalidade. Julgo que nesta matéria não podemos ter hesitação e todos temos de ter permanente consciência…
Julgo que a informalidade da economia tem sido, porventura, o maior obstáculo ao desenvolvimento das práticas de inovação e de modernização empresarial, porque tem permitido, no fundo, uma sobrevivência e uma concorrência desleal de uma parte importante de empresas menos competitivas e com práticas menos razoáveis do ponto de vista dos elementos de competitividade.
Julgo que aqui todos os sinais têm de ser de reforço, de prioridade, de concentração e de efectividade, nomeadamente na área fiscal, na área da segurança social e também na área da legislação laboral. Isto não implica que não tenha de haver em simultâneo uma atitude de proximidade e de inteligência das administrações para com a realidade económica com que nos estamos deparados. E julgo que este é um outro passo. Quando a nossa Administração e nós ganharmos uma capacidade de actuação com grande eficácia, também devemos ter a capacidade de desenvolver instrumentos que não sejam cegos face às diferentes realidades que vão encontrando pelo território.
Julgo que a proposta e a tentativa de funcionamento relativamente ao AGIR é uma tentativa de um instrumento nesse sentido, de tentar aproximar do contacto com a realidade económica e com os agentes económicos no concreto, porque muitas vezes são instrumentos relativamente cegos, que são decididos longe das empresas e das pessoas.
Tenho de saltar aqui algumas questões, porque julgo que já estou um pouco em cima da hora.
As questões colocadas pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes relativamente à Inspecção-Geral do Trabalho e à segurança social inserem-se exactamente na mesma linha. Julgo que o reforço e o aumento da eficácia no terreno dos serviços da Inspecção-Geral do Trabalho relativamente à realidade que conhecemos são uma prioridade. É nesse sentido que estamos empenhados e que estão a ser desenvolvidas medidas no âmbito da reestruturação do PRACE, que, no fundo, acaba por criar e tentar resolver um problema de uma inconsistência do ponto de vista de estruturação orgânica, que se vem a sentir nesta área desde há largos anos, com oscilação entre um ou dois organismos ligados à segurança e higiene no trabalho e à inspecção do trabalho.

Este aumento do número de inspectores que vai ser realizado é o maior aumento de inspectores e de capacidade inspectiva alguma vez realizado nos últimos anos nesta área. Ele permitirá aproximar e até enquadrar o número médio de inspectores por trabalhadores activos nos padrões *standard* Trata-se, obviamente, de uma área em que vamos continuar a apostar, no sentido do reforço da sua capacitação. É, porventura, das áreas do Ministério do Trabalho e da Segurança Social aquela que, do ponto de vista da capacidade operacional no terreno, está neste momento a merecer maior atenção, no sentido de reforço da sua eficácia.
A segunda questão colocada tem a ver com a questão da participação das organizações sindicais na reestruturação dos centros protocolares. Há pouco eu falava do modelo do ponto de vista geral, por isso há sectores de actividade em que os centros protocolares têm participação de associações sindicais. Há alguns que são só compostos por associações sindicais e outros que são compostos por associações sindicais e empresariais, que são poucos, porque a grande maioria dos centros protocolares são compostos só por associações empresariais.
Eu falei de um centro de formação, mas poderão ser dois. A situação dos três centros é que já está ultrapassada. O objectivo aqui é criar uma estrutura com muito maior capacidade de massa crítica, que nós, depois, possamos contratualizar do ponto de vista da sua progressão e do seu desenvolvimento a médio prazo.
Não está prevista a anulação dos pólos, a não ser que resultem da eliminação das sobreposições dos três centros existentes. É evidente que, se hoje olharmos para o mapa dos pólos existentes, se calhar, vemos que precisamos de reforçar muito mais a actividade e a intensidade dos pólos, nomeadamente, na Região do Ave, que não tem, por exemplo, neste momento, a sede de qualquer dos centos. E, porventura, se calhar, em regiões como Lisboa, por exemplo, poderemos ter de equacionar um pouco a dimensão das estruturas de oferta formativa.
Por isso, há aqui um trabalho de adequação e de racionalização, mas a lógica que aqui preside não é, obviamente, uma lógica de racionalização e de corte financeiro, é, pelo contrário, uma lógica de racionalização para a capacitação de uma verdadeira organização de formação, para que essa organização também sirva como pólo aglutinador dos parceiros e da dinâmica positiva que se vê nos agentes neste momento.
Eu pessoalmente tenho total preferência – e já o transmiti aos parceiros – por um centro protocolar em que também haja a participação dos representantes sindicais. A posição do Governo é de preferência por este modelo. Agora, isso, obviamente, depende dos parceiros, depende dessa capacidade de entendimento.
Neste momento no processo vai dar-se início à fusão de centros, que só são feitos em parceria com associações empresariais. Se houver essa capacidade de enquadrar as associações de natureza sindical no mesmo modelo, essa solução terá todo o acolhimento e toda a proactividade do Governo. Espero que isso seja possível, mas, não sendo possível, decorrerá da vontade dos parceiros empresariais e sindicais.
Relativamente às questões que foram colocadas sobre o salário mínimo nacional, não tenho qualquer conhecimento e, nomeadamente, a segunda questão que me é colocada é uma surpresa para mim do ponto de vista da sua formulação. Mas obviamente que não partilho de qualquer posição que venha a desvirtuar os termos do acordo conseguido e os termos da projecção que é feita, face à evolução do salário mínimo nacional.
Aliás, em relação a esta matéria, devo dizer que o sector têxtil foi um dos sectores em que mais dificuldades se colocaram aquando da negociação das propostas de actualização do salário mínimo. Mas também tenho de dizer aqui, em abono da verdade e para bem do sector, que também foi dentro deste sector têxtil que encontrei de imediato os primeiros apoios e as primeiras soluções de dizer «isto tem de ser desta forma».
Por isso, aquilo que a Sr.ª Deputada Rosário Águas dizia, de não ter um discurso de «choro e de lamentação» sobre o sector, uma parte do próprio sector também assumiu, relativamente a um aspecto crítico como era o do aumento do salário mínimo nacional, dizer que não podemos ficar fora desta estratégia, não podemos ficar fora desta opção e temos de contribuir. No fundo, temos de estar na linha da frente, de apoiar este aumento progressivo do salário mínimo, porque Portugal não poderá conviver mais com estes níveis actuais e, depois, resolveremos na frente da competitividade aquilo que tivermos para resolver.
Quanto à segunda questão colocada, relativamente à redução das indemnizações, também não tenho conhecimento dela. Mas estou em crer que, com a recente alteração em matéria do subsídio de desemprego, o anterior modelo de processamento das indemnizações é um modelo que vai, obviamente, cair e ter muito menor utilização. O sentido de que se pagavam rescisões por mútuo acordo a um valor determinado de *n* salários mínimos nacionais, obviamente que estará a (e irá) sofrer uma evolução, será uma alteração que teremos de acompanhar e ver qual é. Neste momento, as indemnizações ao nível do despedimento colectivo são as definidas na lei e abaixo dessas, obviamente, não é pensável, nem sequer admissível, que possa ser equacionado que venham a ser feitas rescisões.
Se houver alguma questão de que, eventualmente, me possa ter esquecido, deixo depois para responder numa segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pelos seus esclarecimentos, Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional.
Registo o pedido de palavra de três Srs. Deputados e pergunto se mais algum Sr. Deputado deseja inscrever-se.

Pausa.

Inscreveu-se o Sr. Deputado Agostinho Lopes e vou, de imediato, dar a palavra à Sr.ª Deputada Hortense Martins. Faça favor.

A Sr.ª **Hortense Martins** (PS): — Sr. Presidente, vou tentar ser muito breve, e começo por cumprimentar o Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional pela exposição que nos fez.
Sabemos que o sector não é só têxtil, muitas vezes designamo-lo correntemente como têxtil, mas é composto pelo têxtil e vestuário sendo, portanto, com realidades muito diferentes; e também é composto por empresas que não são todas iguais, que têm realidades diferentes, como foi dito, e requerem medidas diferentes para estes três grupos. Temos, pois, de saudar este olhar estruturado que nos foi aqui trazido. Pensamos ser claro que é assim que o assunto está a ser visto e que estão a ser tomadas medidas nesse sentido.
Do ponto de vista do meu conhecimento das empresas, uma das questões que tenho de saudar como muito positiva é este olhar novo quanto ao aspecto concreto da formação profissional, no que diz respeito à adaptação às realidades empresariais diferentes. Como o Sr. Secretário de Estado muito bem disse, é diferente um trabalhador numa empresa de 10 trabalhadores ou um trabalhador numa empresa de 500 ou 250 trabalhadores. Portanto, quanto a nós e em minha opinião, é muito positivo haver a adequação dos programas no sentido de as empresas poderem efectivamente fazer a sua formação.
No que diz respeito à reestruturação dos centros do sector, e como o Sr. Secretário de Estado, agora, nos seus esclarecimentos, disse que estará a ser estudada a concentração num único centro, ou um, ou dois, porque pertence a uma região, a Região da Beira Interior, gostaria de perceber como é que isso se enquadra na questão do sector dos lanifícios, dado que na Beira Interior a maior concentração diz respeito à questão dos lanifícios. Quando lá estivemos na visita e na UBI (Universidade da Beira Interior), tivemos também por parte das associações empresariais algum *feedback* quanto a essa questão no sentido de que estaria a ser reestruturado. Mas eu gostaria de perceber o sentido de uma forma um pouco mais clara relativamente a este aspecto.
Por último, no que diz respeito ao redimensionamento e reestruturação empresarial, o Sr. Secretário de Estado da Indústria disse-nos aqui também que foi criado um fundo de apoio aos efeitos sociais da globalização no horizonte 2007-2013 e que os Estados-membros

se podem candidatar ao fundo, fazendo prova da existência de regiões que sofrem os efeitos da globalização. Ora, também no que diz respeito a Portugal, este é um aspecto concreto e que gostaria que o Sr. Secretário de Estado nos dissesse, se fosse possível, se efectivamente o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) está a preparar essa candidatura, que nos parece muito importante, uma vez que vai de encontro a este enfoque regional e a este aspecto muito importante de apoio ao sector.
Considero muito positiva a visão do Governo, aqui expressa pelo Sr. Secretário de Estado, no sentido de que o sector deve acarinhado no sentido de incentivar as boas práticas e ajudar a que as tais empresas que se situam no terceiro grupo passem para o segundo grupo, e por aí… Mas também não podemos esquecer esta óptica e portanto gostaria que nos falasse deste aspecto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Laranjeiro.

O Sr. **Miguel Laranjeiro** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, quero, antes de mais, fazer uma referência à intervenção inicial do Sr. Secretário de Estado que nos apresentou aqui rapidamente, mas de uma forma muito correcta, a diversidade que o sector têxtil, entendendo-o de uma forma larga, tem no nosso país.
Desde logo, dizer que o sector têxtil é também um sector que incorpora inovação, tecnologia, e investigação, em que há trabalho desenvolvido nas universidades, nos centros tecnológicos. Isto para combater muitas vezes uma certa ideia generalizada de que sectores, não lhes chamemos tradicionais, mas sectores clássicos, se quisermos, na nossa sociedade estão desactualizados e em perda. É evidente que, como referiu também na terceira dimensão, provavelmente a maior até, em termos de emprego, há aí problemas.
Creio que foi importante percebermos aqui que, até no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, ao nível da formação haverá o modelo de consultadoria e formação de apoio às pequenas e médias empresas. Todos nós, já aqui foi referido, temos esta noção de que as grandes empresas, pela massa crítica que têm, pelo interesse e pela visão estratégica que têm, elas próprias fazem formação interna ou externa, mas dos seus trabalhadores, mas que há de facto constrangimentos nas empresas mais pequenas.
Ontem e anteontem, decorreu aqui um colóquio parlamentar sobre a produtividade e foi referido, por mais do que um dos elementos e, aliás, também com a presença do Sr. Ministro do Trabalho, que Portugal tem algumas vantagens e vantagens que se podem agregar ao sector que são do cumprimento de prazos, da qualidade, da proximidade dos mercados, de consumidores do mercado europeu, de confiança no fundo. Mas também foi referido aí, como já aqui foi salientado, as questões da formação profissional são centrais.
O Sr. Secretário de Estado referiu que, ao nível do emprego no sector têxtil, o nível de formação ainda é mais baixo do que em termos nacionais e, em termos nacionais, ele por si só já é mais baixo do que a média da União Europeia. Eu gostaria de saber, porque tem havido protocolos nesse sentido, qual tem sido a adesão, a aceitação e, portanto, qual a dimensão dos protocolos com as associações empresariais, com os empresários e qual a aceitação por parte, até, dos próprios trabalhadores e das empresas, para um esforço que é nacional. Esta seria a primeira questão.
Quanto à segunda e última questão que eu aqui queria colocar, embora já tenha sido desmentido, nomeadamente por responsáveis autarcas, mas em Fevereiro/Março deste ano, surgiram algumas notícias no sentido de que haveria a intenção ou se estariam a preparar investimentos da China no concelho de Beja, nomeadamente na instalação de unidades fabris.
Como é evidente, para nós e certamente para o Governo, o investimento estrangeiro é todo ele importante quer seja dos Estados Unidos da América, de qualquer país da Europa ou de outros países emergentes. Mas aqui a questão estava na notícia que, como eu disse, terá sido desmentida, mas era importante aqui também ter uma palavra sobre isso, da instalação de unidades fabris, mas também com mão-de-obra vinda desse país. Gostaria, pois, que pudesse aqui referir o que o Governo tem a dizer sobre esta matéria e, a haver este tipo de investimentos, que critérios e que regras regem este tipo de iniciativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, penso que o Sr. Secretário de Estado pode manifestar alguma surpresa, relativamente às propostas que referi, em matéria de remuneração, apresentadas por associações empresariais, mas são notícias de início de Março que uma das associações tornou público que apresentou nove sugestões de imediata aplicabilidade ao ministro do trabalho, entre as quais está, exactamente, esta em torno das indemnizações e a outra em torno da organização do pagamento mensal.
Mas registo que o Governo terá uma opinião contrária a estas medidas que, inevitavelmente, poriam em causa os progressos que apesar de tudo…

(*Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar a parte final desta intervenção*)

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ventura Leite.

O Sr. **Ventura Leite** (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, relativamente à questão dos centros de formação e à questão da fusão do um ou dois, o objectivo do Governo nesta matéria é o de criar um instrumento que permita acelerar a modernização do sector.
Ora, para criarmos este instrumento, do que é que precisamos? Precisamos de concentrar a massa crítica que existe no sector e na formação do sector, precisamos de lhe dar condições, do ponto de vista de instalações de equipamentos, de competências de formação e precisamos de ter aqui um projecto de médio prazo relativamente a esta matéria. Neste sentido, sou favorável a um projecto que seja, ele também, ao nível da formação, um instrumento agregador das associações empresariais e sindicais envolvidas e que, havendo uma consciência colectiva do esforço que há a fazer em matéria de formação que se invistam aqui as energias de concertação nesta matéria. É evidente que isto significa uma perspectiva, como disse e reafirmo, para que não haja dúvidas nesta matéria, de forte avanço do esforço da política pública em matéria de formação relativamente ao sector têxtil. É nessa perspectiva que esta fusão ou este processo está a ser conduzido e organizado. Há áreas (que teremos de ver) em que, porventura, o sentido não será o mesmo, mas esta é uma área que tem de ser de modernização daquilo que é feito do ponto de vista da formação mas também de reforço do investimento nesta área.
A forma institucional concreta final, um ou dois, dependerá obviamente da vontade e da dinâmica dos parceiros. Conheço e tenho debatido a situação e as questões que são suscitadas na área da Beira Interior e espero que tenhamos a capacidade de encontrar uma boa solução. De qualquer modo, devo dizer que o Estado não imporá qualquer solução aos parceiros, nem o fará contra a sua vontade, respeitá-la-á. Sou, porém, favorável a uma situação mais concentrada, porque acho que favorece a afirmação institucional e o futuro da formação profissional, que vai no sentido, nos próximos anos — e acho que esta é uma tendência muito importante —, de reforço do ponto de vista dos recursos financeiros ao nível dos centros protocolares, em detrimento de outro tipo de soluções. Daí, a tentativa, como consta do acordo de formação profissional, de criação de núcleos de referência e de excelência, em matéria de formação profissional, que possam afirmar e desenvolver, de forma sistemática, a sua actuação ao longo dos anos, seja no sector têxtil, seja no sector da metalurgia, seja no sector da electricidade e electrónica, seja no sector automóvel. Isto é, Portugal já tem hoje núcleos de

referência e de qualidade, que devemos ampliar e consolidar — e o sector têxtil é um deles, em que temos de construí-lo como ponto de referência.
Mas, como referi, nada imporemos à vontade dos parceiros, nomeadamente nesta área ligada aos lanifícios, e espero que tenhamos a inteligência de encontrar a boa solução.
Relativamente à questão colocada sobre o fundo de apoio à globalização, colocada pela Deputada Hortense Martins e também pelo Deputado Agostinho Lopes, quero dizer que, neste momento, o fundo acabou de sofrer a sua regulamentação mais fina, estando, neste momento, Portugal a estudar a candidatura para acesso a esse fundo. É uma candidatura que está a ser preparada pelos serviços do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, concretamente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pelo departamento de estudos do Ministério, estando a ser avaliados vários sectores e regiões sobre os quais se poderá fazer a mobilização do recurso a esses fundos e sendo obviamente o sector têxtil um deles. A possibilidade e a exequibilidade de apresentação de candidaturas está a ser avaliada, porque as regras que, neste momento, estão impostas e que decorreram da data da aprovação do fundo limitam de forma séria a própria possibilidade de apresentação de algumas candidaturas. Na realidade, trata-se de um fundo de apoio à globalização, mas que exige a concentração no tempo de um elevado número de despedimentos e também, em simultâneo, uma concentração territorial. Por isso, este fundo não cobre situações passadas, ou seja, é um fundo não para apoiar situações do passado, mas que está a ser feito para projectar a situação do futuro. Daí estarmos, neste momento, a estudar quais os sectores que terão condições de elegibilidade. O sector têxtil é um deles, havendo mais quatro ou cinco sectores que estão a ser avaliados com algum cuidado, sendo que, muito em breve, apresentaremos todas as candidaturas sobre as quais tivermos condições de elegibilidade e de garantia de acesso a esses recursos.
Quanto à questão da escola profissional do Vale do Ave, não se trata de matéria da minha tutela, mas sou da opinião de que necessitamos de reforçar a presença de oferta formativa na região do Vale do Ave. Precisamos de alguma reorganização do ponto de vista das estruturas, isto é, os sítios, a forma e a intensidade com que estão, e necessitamos claramente de um reforço do investimento nessa área. É também por essa razão que, quer no distrito de Braga, no Vale do Ave, quer no eixo Covilhã/Castelo Branco, houve um esforço de reforço de abertura dos Centros Novas Oportunidades, desde o início. Por isso, dos cerca de 96 Centros Novas Oportunidades em funcionamento em toda a região norte, há cerca de 19, no distrito de Braga, e 22, na região têxtil um pouco mais alargada.
A este propósito, devo também dizer, em resposta ao Deputado Miguel Laranjeiro, que foi particularmente gratificante — e, ainda ontem, tive oportunidade de estar num seminário na cidade de Guimarães — o facto de ter sido com todas as associações empresariais do Vale do Ave que o Governo assinou o segundo protocolo, na semana seguinte ao lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades. Por isso, houve, de imediato, uma adesão das várias associações empresariais, com quem se definiu não só o número de Centros Novas Oportunidades a abrir mas também a responsabilização dos parceiros na mobilização dos trabalhadores para acesso a esses processos de reconhecimento e de qualificação ao nível do 9.º ano e que agora vão prosseguir, ao longo dos próximos anos, para o 12.º ano.
Em relação às duas últimas questões, sobre uma situação que veio noticiada de Beja, não terei muito acrescentar. De facto, a situação inicialmente descrita, de tentativa de criação de um *offshore*, digamos, do ponto de vista laboral, em Portugal, é algo que não é aceitável — e, por isso, em Portugal, trabalha-se segundo as regras da legislação laboral portuguesa e são essas regras que serão aplicadas —, o que não é obviamente a mesma coisa que tratar um processo de investimento estrangeiro que vem para Portugal, cumprindo as regras portuguesas, nomeadamente as regras da legislação laboral, em Portugal. Que isto fique claro.
Não conheço o projecto, do ponto de vista oficial, nem oficioso, o conhecimento que dele tenho é por informação da comunicação social. Por isso, investimentos estrangeiros que venham para Portugal, com capacidade de produção de valor e cumprindo as regras existentes no nosso país em todas as dimensões laborais, sim. Mas qualquer solução estranha e, no fundo, um pouco *sui generis*, como aquela que é avançada, não merece obviamente apoio, nem será viabilizada.
Por último, relativamente à questão do salário mínimo e das propostas de salário mínimo, quero reafirmar, Sr. Deputado Agostinho Lopes, que não tenho conhecimento dessa posição — porventura, ela poderá estar em trânsito… Tenho conhecimento de algumas posições das associações empresariais relativamente à necessidade de apoio ao sector, que tenho seguido com atenção. No entanto, relativamente ao salário mínimo, quero dizer-lhe que, não tendo conhecimento concreto dessas propostas, não teremos qualquer simpatia nem aceitaremos propostas que, no fundo, tendem a desvirtuar o essencial daquilo que é conseguido em matéria de acordo. É também minha convicção que uma parte importante do sector empresarial, na área do sector têxtil, é uma parte do sector que está com este acordo relativamente ao salário mínimo, que promoveu, que apoiou e que fez com que ele fosse possível. E refiro isto, pois estive directamente envolvido nestas negociações.
Julgo que respondi a todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, agradeço-lhe o conjunto de informações que deu sobre políticas de emprego e formação profissional para o sector têxtil. Com a audição de V. Ex.ª fica a Comissão informada acerca do conjunto das políticas do Governo para o sector, antes de realizarmos um colóquio parlamentar sobre o impacto da globalização no sector têxtil, o que pensamos fazer durante o mês de Junho.
Muito obrigado pela sua presença e disponibilidade.
Srs. Deputados, está concluída a audição do Sr. Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional.

Eram 12 horas e 25 minutos.

DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL